

AS IDENTIDADES CULTURAIS NO PLANALTO CATARINENSE

Dinâmicas históricas e processos
contemporâneos de construção
da diversidade



EDIÇÕES
do BOSQUE



Série didática
Instituto
Brasil Plural

Organizador
Daniel Granada

AS IDENTIDADES CULTURAIS NO PLANALTO CATARINENSE

**Dinâmicas históricas e processos contemporâneos
de construção da diversidade**

Organização:

Daniel Granada



Florianópolis

2023

Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária
da Universidade Federal de Santa Catarina

U58i Universidade Federal de Santa Catarina. Instituto Brasil Plural.
As identidades culturais no planalto catarinense [recurso eletrônico] :
dinâmicas históricas e processos contemporâneos de construção da
diversidade / Universidade Federal de Santa Catarina, Instituto Brasil
Plural ; organizador, Daniel Granada. – 1. ed. – Florianópolis : Edições do
Bosque/UFSC/CFU/NUPPE, 2023.
122 p. : il., gráfs., mapas.– (Série didática Instituto Brasil Plural)

E-book (PDF)
ISBN 978-65-88969-27-4

1. Identidade cultural – Planalto Serrano (SC). 2. Pluralismo cultural –
Planalto Serrano (SC). I. Granada, Daniel. II. Título. III. Série.

CDU: 316.722(816.407)

Elaborada pela bibliotecária Dênira Remedi – CRB-14/1396



Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0)

Permite Compartilhar e Adaptar - remixe, transforme e construa sobre o material para qualquer propósito, mesmo comercialmente, nos seguintes termos:

Atribuição - Você deve dar o crédito adequado, fornecer um link para a licença e indicar se foram feitas alterações. Você pode fazê-lo de qualquer maneira razoável, mas não de forma alguma que sugira que o licenciador endossa você ou seu uso.

Sem restrições adicionais — Você não pode aplicar termos legais ou medidas tecnológicas que restrinjam legalmente outros de fazer qualquer coisa que a licença permita.



Edições do Bosque Gestão 2020-2023

Ana Lúcia Campos Brizola e Paulo Pinheiro Machado

Conselho Editorial

Arno Wehling - Universidade do Estado do Rio de Janeiro e UNIRIO
Edgardo Castro - Universidad Nacional de San Martín, Argentina
Fernando dos Santos Sampaio - Universidade Estadual do Oeste do Paraná
José Luis Alonso Santos - Universidad de Salamanca
Jose Murilo de Carvalho - Universidade Federal do Rio de Janeiro
Leonor Maria Cantera Espinosa - Universidad Autonoma de Barcelona
Marc Bessin - École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris
Marco Aurélio Máximo Prado - Universidade Federal de Minas Gerais

Sobre as Edições do Bosque

As Edições do Bosque tem como foco a publicação de obras originais e inéditas que tenham impacto no mundo acadêmico e interlocução com a sociedade. Compõe-se de um conjunto de Coleções Especiais acessíveis no repositório da Universidade Federal de Santa Catarina. A tônica da Editoria é aproximar os autores do público leitor, oferecendo publicação com agilidade e acesso universal e gratuito através dos meios digitais disponíveis. A Editoria do Bosque conta com a estrutura profissional e corpo científico do Núcleo de Publicações (NUPPE) do CFH/UFSC.

Endereço

Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina.
Campus Universitário. Trindade. CEP 88040-970 Florianópolis – SC, Brasil
<http://nuppe.ufsc.br/> • nuppe@contato.ufsc.br

Equipe

Organizador: Daniel Granada¹

Participantes do projeto de extensão: Alexandre Lima de Oliveira²; Francine Soares de Almeida³; Karen Wesseler Jung⁴

Revisão: Karolina A. da Silva⁵

Consultora pedagógica: Janaína Santos

Arte e design: André Nogueira

Revisão final: Monique Izoton

Fotos: Gabriel Felipe Olivo

Ficha técnica

Formato: Livro digital - e-book

Tamanho: 122p. il.

Categoria: Livro didático

Comitê científico

Professor Doutor Daniel Granada - Universidade Federal de Santa Catarina, Instituto Brasil Plural, Departamento de Ciências Sociais e Naturais

Professora Doutora Eliana Diehl - Universidade Federal de Santa Catarina, Instituto Brasil Plural

Professor Doutor Estevan Felipe Pizarro Muñoz - Universidade Federal de Santa Catarina, Departamento de Ciências Naturais e Sociais

Professora Doutora Priscila Pavan Detoni - Universidade Federal da Fronteira Sul, Departamento de Medicina

Professora Doutora Regina Yoshida Matsue - Universidade Federal de São Paulo, Departamento de Medicina Preventiva

Professora Doutora Zilma Isabel Peixer - Universidade Federal de Santa Catarina, Departamento de Ciências Naturais e Sociais

1 Coordenador do Projeto e Professor da UFSC. Contato: daniel.granada@ufsc.br

2 Estudante do Curso de Agronomia da UFSC e bolsista do programa Bolsa Cultura. Contato: alexandre.l.o@grad.ufsc.br

3 Estudante do Curso de Medicina Veterinária da UFSC e voluntária do Projeto. Contato: francine.almeida@grad.ufsc.br

4 Estudante do Curso de Medicina Veterinária da UFSC e bolsista do programa Bolsa Cultura. Contato: karen.jung@grad.ufsc.br

5 Mestranda em Letras - UFSC

Sumário

Apresentação	
Daniel Granada e Janaína Santos	05
As mulheres do Contestado	
Dulce Tonet	11
Os povos indígenas na região do Planalto Catarinense: dinâmicas históricas e permanências	
Flavio Braune Wiik e Eloi Giovane Muchalovski	21
O fortalecimento da identidade como forma de redução das desigualdades no Contestado	
Eduardo do Nascimento Karasinski	35
Mosaicos: aspectos da formação histórica do Planalto Catarinense	
Zilma Isabel Peixer	54
História da Colônia Japonesa de Celso Ramos: Parque Sakura, Casa Octogonal, Parque Sino da Paz e Kendo	
Takanori Ogawa	62
Novos imigrantes em Santa Catarina no tempo presente	
Gláucia de Oliveira Assis, Samira Moratti Frazão, Magali Aloatti, Eduardo Zanatta de Carvalho, Luis Felipe Aires Magalhães, Michelle Maria Stakonski Cechinel e Janaina Santos	74
A economia regional do Planalto Catarinense	
Estevan Felipe Pizarro Munõz	84
Agriculturas familiares no Planalto Serrano Catarinense	
Cleber José Bosetti	98
Entre canhões, porretes e orações forjam-se masculinidades no Contestado: gênero, psicanálise e universidade	
Lucas Emmanoel C. de Oliveira	111

Apresentação

O Planalto Catarinense, especialmente a região do Vale do Contestado, foi constituído ao longo dos últimos séculos por uma importante diversidade de povos que tiveram influência das populações originárias — os povos indígenas que viviam e vivem no território —, dos tropeiros e da cultura cabocla, da Guerra do Contestado, das populações escravizadas, das migrações europeias e dos movimentos migratórios contemporâneos, fazendo com que a compreensão dessa multiplicidade de culturas e identidades seja muito relevante para a formação de estudantes do Ensino Básico ao Ensino Superior. Levando em consideração a conjuntura espacial, econômica e cultural brasileira, pode-se dizer que ainda existe, na contemporaneidade, um importante êxodo rural em certas áreas relacionadas a modos de vida mais ligados às atividades do campo. Esta tendência tem sido enfrentada, recentemente, com a construção de políticas de fixação de jovens no campo, e o conhecimento histórico é um fator que contribui para esta perspectiva. Mas fato é que a população jovem e adulta, muitas vezes, tem as cidades mais industrializadas como horizonte.

Este livro é um esforço conjunto para abordar questões relativas às “culturas” e identidades constituídas historicamente na região aqui denominada de Planalto Serrano Catarinense. Segundo DaMatta (1981), a cultura pode ser levada em consideração a partir de dois aspectos: o sentido do senso comum e o sentido antropológico, que modificam seu conceito, deixando de ser uma simples palavra e se tornando uma categoria intelectual que, teoricamente, nos ajuda a ver o mundo de uma maneira melhor. A temática das identidades tem demonstrado grande fôlego na teoria social, com diversos/as autores/as assinalando a importância de compreender as identidades como fluidas e em permanente negociação com os contextos nos quais elas se realizam e se transformam (AGIER, 2001; APPADURAI, 2001; HANNERZ, 1997).

Em resumo, o argumento pode ser sintetizado da seguinte maneira: as velhas identidades que por tanto tempo estabilizaram o mundo social estão em transformação ou declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo como moderno, até aqui visto como um sujeito unificado. A assim chamada “crise de identidade” é vista como parte de um processo mais amplo da mudança, que está deslocando as estruturas e os processos centrais da sociedade moderna e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social (HALL; GAY, 1996).

É neste contexto que se insere nossa proposta, em busca de colocar em evidência os processos de mudança operados nas identidades regionais do território em foco, bem como colocar em relevo os processos de formação, as ancoragens históricas e seus sentidos e desdobramentos. Assim, a proposta do e-book não se limita a uma compilação de dados históricos, mas a pensar como estas questões históricas se articulam no presente, com vistas à construção de um futuro mais inclusivo e plural.

A seleção geográfica não é aleatória. No Planalto Serrano Catarinense, sobre o qual se debruça este trabalho, é onde se situa o Centro de Ciências Rurais, um dos campi da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), o Campus Curitibanos. Esta região apresenta o menor índice de desenvolvimento humano de Santa Catarina, o que torna necessário um maior estudo e valorização da cultura regional e de fatos históricos relevantes, como a Guerra do Contestado, episódio complexo que mar-

cou definitivamente a região. Desde então, este território passou a ser chamado também de “Vale do Contestado”, articulando vários fatores, de ordem social, política, econômica, cultural ou religiosa, inter-relacionados com o desenvolvimento do capitalismo, que introduziu um elemento importante: a pessoa imigrante em virtude da necessidade de mão de obra e do projeto de colonização.

Serão discutidos neste livro aspectos culturais da região, e para esta tarefa foram convidados diferentes autores e autoras que abordarão temas relacionados à história, economia, sociologia e antropologia. Os textos tratam da importância dos povos indígenas e sua história local; da Guerra do Contestado, abordando a participação feminina, as consequências do conflito para a região e suas implicações identitárias; de como as migrações conformam parte da identidade cultural do Planalto Catarinense, no passado e no presente, e preservam seus costumes através de festas, culinária e artes marciais. A economia e as agriculturas familiares também são contempladas. Essa retomada da identidade cultural tem o objetivo de conectar os/as moradores/as com suas identidades culturais, ressaltando que a região continua, ainda hoje, atravessando processos de mudança relacionados com as mobilidades humanas e as novas populações que passam a ocupar o território.

Não temos a pretensão de esgotar o tema, pelo contrário, buscamos oferecer uma singela contribuição para motivar os/as docentes a abordar as questões regionais aqui discutidas em sala de aula, com seus/suas estudantes. Em vez de nos debruçarmos sobre os “personagens” da história, buscamos aproximar este livro das discussões provocadas pelo movimento da “École des Annales”, la “Nouvelle Histoire” (BURKE, 2010), oferecendo aspectos relevantes acerca da constituição e ocupação histórica do território. Neste sentido, a interdisciplinaridade deste trabalho não se trata de uma escolha, mas de uma necessidade.

A definição de território aqui empregada não o contempla como uma área de terras, mas sim pelo viés da influência e ocupação humana, pelos embates e lutas que o configuram e reconfiguram ao longo do tempo, como nos ensina Vidal de La Blache e a escola francesa de geografia (RIBEIRO, 2014). Entendemos o território como uma porção da face terrestre apropriada por grupos sociais, para garantir sua reprodução e a satisfação de suas necessidades vitais. É uma entidade espacial e local de convivência, que é dele indissociável, portanto, coloca-se em evidência o território como fruto da ação humana, sendo que sua produção acarreta disputas de poder em diferentes dimensões, entre elas a econômica e a social (PAQUOT, 2011).

Entendemos que, apesar dos diversos recursos tecnológicos hoje disponíveis, o livro didático ainda possui papel fundamental nos processos de ensino e de aprendizagem, e a produção de um material de qualidade sobre a região facilitará o trabalho de educadores e educadoras, permitindo-lhes demonstrar e aprofundar reflexões sobre as muitas identidades culturais do Planalto Catarinense. Espera-se, assim, contribuir com a educação e com as escolas do estado de Santa Catarina, difundindo o conhecimento gerado dentro das universidades em ações de pesquisa traduzidas numa linguagem acessível para estudantes e população em geral.

Este livro pode ser entendido como o fechamento de um ciclo, representando a conclusão de um trabalho que começou ainda em 2018 e que, graças ao apoio financeiro e institucional das bolsas Cultura (Secretaria de Cultura, Arte e Esporte) e de extensão (Pró-Reitoria de Extensão) da UFSC,

conseguiu chegar até aqui. Diversos/as estudantes, bolsistas ou não, passaram pelo projeto e contribuíram com seus olhares e percepções. Através dos últimos bolsistas que atuaram no projeto, Karen Jung e Alexandre Lima, agradecemos a todos/as os/as estudantes que dedicaram seu empenho, mesmo durante o duro período da pandemia, para que este projeto conseguisse avançar. Agradecemos também o apoio do Instituto Brasil Plural, que colaborou com o empréstimo de filmadora e câmera digital fotográfica para que pudéssemos registrar as entrevistas, elaborar os vídeos, bem como financiou esta publicação. Nosso reconhecimento à UFSC e ao Centro de Ciências Rurais de Curitiba, que ofereceram as melhores condições para que este projeto fosse desenvolvido.

O resultado aqui apresentado tem a colaboração de diversos colegas docentes pesquisadores, sem os quais esta proposta não teria sido possível. A eles pedimos desculpas pelo tempo excessivo que foi tomado na produção, retardada pela pandemia e por problemas de ordem pessoal. Aos colegas que se dedicaram a fazer a revisão dos artigos e elaborar os pareceres, nossa gratidão pela confiança e disponibilidade.

Esperamos que os/as estudantes possam tomar os assuntos aqui abordados como temas para suas pesquisas e trabalhos escolares e também para compreender melhor as mudanças de paisagens humanas, sociais, econômicas e culturais da região de Santa Catarina e do território brasileiro.

Apresentação dos capítulos

Nosso e-book abre com o texto de Dulce Tonet, em que a autora aborda a participação das mulheres na Guerra do Contestado. Seu trabalho começa explicando as razões do apagamento da memória da presença feminina na história e, a seguir, partindo de uma análise das relações de gênero, Dulce demonstra como as mulheres sertanejas tiveram papel ativo no Contestado, trazendo à luz as trajetórias de algumas personagens femininas, como Maria Rosa, Teodora, Chica Pelega e a benzedeira e parteira Nega Jacinta. Na sequência, Wiik e Muchalovski colocam em relevo a presença dos povos indígenas na região hoje conhecida como Território do Contestado. Os autores ressaltam a importância da presença dos povos originários no Planalto Serrano, explicando que a ocupação humana é registrada na região há 5.000 anos, aproximadamente, sendo que a presença dos indígenas Proto-Jê, dos quais os povos Xokleng e Kaingang que habitam a região na atualidade provavelmente descendem, está estimada entre 700 e 1.000 anos. Wiik e Muchalovski demonstram a importância de se compreender os processos de ocupação e uso dos povos indígenas no território, bem como os conflitos e violências dos quais estas populações foram e continuam sendo vítimas.

O terceiro capítulo, de Eduardo do Nascimento Karasinski, interroga sobre a relevância da produção das identidades regionais. O autor começa explicando didaticamente o processo de produção das desigualdades, suas raízes históricas e consequências sociais, para seguir traçando um profundo panorama das identidades caboclas, forjadas no tempo e na memória regional, que ainda hoje buscam ser desestabilizadas, inclusive por instâncias governamentais, como no caso da mudança do nome da região de “Vale do Contestado” para “Vale dos Imigrantes”. Eduardo advoga pela necessidade de se valorizar positivamente a riqueza das identidades regionais como um diferencial importante

para a construção dos processos identitários da região.

A colega Zilma Peixer apresenta, no capítulo Mosaicos, um panorama histórico da região. Em seu texto, Zilma discute as diversas camadas da ocupação do território que resultaram, e ainda hoje estão se produzindo, na região do Planalto Serrano Catarinense, construído, habitado e cruzado por homens, mulheres, indígenas, tropeiros, imigrantes, quilombolas, caboclos, coronéis, movimentos religiosos e messiânicos que, através de suas lutas e presença em diferentes momentos, foram forjando as identidades regionais. A autora nos convida a apreciar a história da região de uma forma bem acolhedora, como se estivéssemos em uma roda de chimarrão, compartilhando ideias e visualizando as transformações históricas, econômicas e socioculturais que deram ao planalto serrano suas características singulares. O quinto capítulo, de Takanori Ogawa, discorre sobre aspectos históricos e práticas culturais da colônia japonesa de Celso Ramos. O texto é construído através das memórias de quem faz parte desta história. Takanori explica as origens da criação da colônia, suas festas e rituais, os desafios ligados à sustentabilidade econômica e os esforços dos jovens de manter os elos com o Japão através da prática de diversas atividades culturais. Ele coloca em evidência o Kendo, uma arte marcial que envolve disciplina, lealdade e diversos valores que criam laços identitários entre os japoneses e seus descendentes da diáspora, provando que as práticas culturais esportivas permitem a criação desses laços entre os praticantes. Taka, como é carinhosamente chamado pelos colegas da UFSC, nos conta sobre a Festa da Florada da Cerejeira, o Parque Sakura e o Parque Sino da Paz, importantes contribuições da comunidade japonesa para a constituição da paisagem cultural do Planalto Serrano.

Na sequência, Janaína Santos oferece um panorama das migrações no estado de Santa Catarina. O texto sintetiza um artigo publicado por diversos colegas pesquisadores da Universidade do Estado de Santa Catarina, da Universidade do Extremo Sul Catarinense e da UFSC, integrantes do Observatório das Migrações de Santa Catarina, em que traçam um quadro dos processos migratórios históricos e contemporâneos que transbordam a região do Contestado. Contemplam os processos históricos ocorridos durante os séculos XVIII e XIX, com a chegada de alemães, italianos, portugueses e poloneses, até os processos contemporâneos, com a chegada de haitianos e senegaleses a partir de 2010 e, mais recentemente, de venezuelanos, demonstrando que Santa Catarina também tem sua formação marcada por esses movimentos migratórios internacionais. O texto enfatiza a necessidade do combate à xenofobia e também alerta para o fato de que nem sempre a inserção dos imigrantes ocorre de maneira favorável; precisamos estar vigilantes para proporcionar o acolhimento adequado e a promoção da diversidade em nossa sociedade.

O sétimo capítulo, de Estevan Felipe Pizarro Muñoz, aborda a economia regional do Planalto Catarinense. O autor inicia o diálogo estabelecendo conceitos básicos que servem para orientar os/as estudantes na descoberta da economia regional. Na sequência, Estevan apresenta uma série de tabelas com os indicadores econômicos dos municípios da região, que certamente oferecem um panorama bastante rico e didático para que professores e professoras possam trabalhar em aula com os estudantes. Aspectos como indústria, comércio e atividades agrícolas são analisados e detalhados de forma acessível e didática.

Na sequência, o oitavo capítulo, do colega Cleber Bosetti, apresenta uma lente de aumento sobre um dos aspectos abordados no capítulo anterior: as agriculturas familiares no Planalto Serrano Catarinense. A escolha de utilizar agriculturas familiares no plural não é aleatória, pois assim como existem diversos tipos de agrupamentos que podemos chamar de família, a forma como estas famílias cultivam a terra também é diversa. Cleber nos conta os usos da terra por parte dos camponeses, aquelas pessoas que historicamente utilizavam o território como forma de subsistência, e explica, sob uma perspectiva histórica, os modos através dos quais, ao longo do tempo, as pessoas cultivavam a terra na região do Planalto Catarinense, lembrando que a luta por direitos e dignidade esteve no centro da produção do território na região do Contestado.

O capítulo que fecha este livro didático é escrito pelo colega Lucas Emanuel C. de Oliveira, que nos oferece um retrato da região a partir de sua formação como psicanalista e psicólogo. O olhar arguto de Lucas destaca um quadro bastante contemporâneo sobre as relações de gênero no Planalto Catarinense, na medida em que questiona os modelos de masculinidade e virilidade presentes no imaginário local, situando seu texto em desdobramentos dos chamados “estudos das masculinidades” ou *men’s studies*. Ao propor uma crítica às ideias dominantes acerca de papéis de gênero na região, especialmente em Curitiba, o autor desconstrói as noções de virilidade e masculinidade, colocando em xeque uma suposta essência que poderia estar atrelada a uma “verdade biológica”. O olhar de psicanalista desvenda características naturalizadas e essencializadas no *ethos* dominante regional, e sua escrita, colocada de forma bastante contundente, convoca os docentes a tocar nesses temas em suas aulas, e convida a pensar novas e criativas formas de se questionar os papéis de gênero a partir de contexto regionais.

Enquanto realizadores deste livro que pretende ser didático, esperamos que os temas aqui abordados venham a provocar novos debates em sala de aula e proporcionar um maior entendimento sobre a importância de valorizar a diversidade da qual somos produtores e resultado. Celebrar a diversidade e refletir sobre ela é também preparar uma sociedade que seja mais inclusiva e menos desigual, pois a diversidade está atrás de nós, entre nós e diante de nós. Finalmente, cabe destacar que este livro esperou alguns anos para ver o dia, parece que estava esperando a hora certa. Nestes novos tempos que se iniciam em 2023, que não tenhamos medo da diferença e que possamos reconhecer no outro e em suas experiências e nas dinâmicas de ocupação do território formas e aprendizados para construirmos uma sociedade melhor.

Boa leitura!

Daniel Granada e Janaína Santos

Referências

- AGIER, Michel. Distúrbios identitários em tempos de globalização. **Mana**, v. 7, n. 2, p. 7-33, 2001.
- APPADURAI, Arjun. **Après le colonialisme**. Paris : Payot, 2001.
- BURKE, Peter. **A escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia**. São Paulo: UNESP, 2010.
- DAMATTA, Roberto. Você tem cultura? **Jornal da Embratel**, Rio de Janeiro, 1981.
- HALL, Stuart; GAY, Paul du (ed.). **Questions of cultural identity**. London : Sage, 1996.
- HANNERZ, Ulf. Fluxos, fronteiras, híbridos : palavras-chave da antropologia transnacional. **Mana**, v. 3, n. 1, 1997.
- PAQUOT, Thierry. Qu'est-ce qu'un territoire ? **Vie Sociale**, v. 2, n. 2, p. 23-32, 2011.
- RIBEIRO, Guilherme. Question régionale, identité nationale et émergence du monde urbain-industriel. La modernité dans l'œuvre de Paul Vidal de la Blache. **Annales de Géographie**, n. 699, p. 1215-1238, 2014/5. DOI: 10.3917/ag.699.1215.



As mulheres do Contestado

Uma introdução: cadê as mulheres que estavam aqui?

Dulce Tonet¹

Por muito tempo, a escrita da História não se preocupou em registrar as histórias das mulheres, e as razões para isso têm relação com os interesses dos sujeitos que escreviam. Em seu livro *Gênero e história*, Bonnie Smith (2003) explica que, no século XIX, eram os homens que estavam nas universidades que pesquisavam e escreviam a história, sendo mais valorizados do que as mulheres pesquisadoras e escritoras. Eles não se preocupavam em escrever sobre a atuação das mulheres nos diferentes eventos históricos. A autora argumenta que, naquele período, a sociedade ocidental entendia que o lugar das mulheres não era nas universidades, e sim nas casas, ocupando-se dos afazeres domésticos, por isso, o que elas escreviam não era considerado tão relevante quanto aquilo que os homens escreviam.

Essa escolha por quais histórias deveriam ser contadas e quais descartadas também fez com que muitas fontes históricas – os documentos, os registros históricos que são essenciais para a pesquisa da historiadora e do historiador – se perdessem. Foram guardados em arquivos e museus documentos que revelam a participação de homens em diferentes eventos históricos, mas, em relação às mulheres, poucas fontes históricas foram preservadas. A historiadora Perrot (2012), em seu livro *Minha história das mulheres*, explica que as próprias mulheres às vezes destruíam seus escritos, seus diários, suas cartas, pois eram convencidas de que tudo aquilo não tinha importância.

Essa realidade está mudando, e cada vez mais a escrita da história e também os museus e arquivos têm valorizado as diferentes pessoas e suas trajetórias de vida, o que faz com que tenhamos a oportunidade de conhecer mais histórias, mais pessoas, mais versões de um mesmo evento histórico. Como bem destaca Perrot (2012, p. 25) em relação às fontes de pesquisa histórica sobre mulheres: “Existem, entretanto, muitas fontes. Fontes que falam delas. Fontes que emanam delas, nas quais se pode ouvir suas vozes diretamente”. A história das mulheres pode ser pesquisada e escrita a partir de fontes como jornais, literaturas, registros em cartórios, em documentos judiciais, em diários e cartas que foram preservadas, e tantos outros registros do passado, sejam eles escritos, imagens, objetos ou relatos orais.

Quando buscamos saber mais sobre a história do Contestado, percebemos que, ao ser escrita, ela também silenciou a trajetória das mulheres naquele contexto, e apenas recentemente apareceram, de forma mais significativa, pesquisas e escritos sobre o tema. Nos primeiros registros históricos do conflito, raramente as mulheres eram citadas, e quando eram, sua participação não era realmente valorizada, pois apareciam como personagens consideradas menores, à sombra das ações de homens. Eram mencionadas como “as virgens do monge”, destacando assim que a figura do monge era mais

1 Professora da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória - União da Vitória, Paraná, Brasil

importante, e elas eram apenas aquelas que o serviam. Ou, então, nas raras vezes em que escreviam sobre a participação direta delas nos confrontos, não eram apontadas enquanto participantes das decisões políticas, como bem argumentam Moutinho, Cerdan e Stropasolas (2011) no texto *Quem foi Maria Rosa?*.

Escritas históricas recentes têm superado esse silenciamento e destacado a importância das mulheres no Contestado, como o trabalho de Machado (2004), que escreveu sobre Querubina e suas estratégias políticas para diminuir o poder de Maria Rosa. Mas quem foi Querubina? Quem foi Maria Rosa? Quem eram as mulheres chamadas de “virgens do monge”? Quem foram as mulheres do Contestado? Vamos conhecer um pouco mais sobre elas nas próximas seções.

Sertanejas do Contestado

A região do Contestado era habitada, na época do conflito, por muitas pessoas que viviam da agricultura de subsistência — destinada ao sustento da família que a produz em primeiro lugar — e da criação de alguns animais. Era comum que pessoas da região se ocupassem também de atividades tropeiras — a condução de gado de uma região a outra do país para venda —, um modo de vida rural e simples, marcado por diferentes papéis de gênero. Quando nos referimos aos papéis de gênero estamos pensando nas construções culturais que determinam o que uma sociedade acredita ser adequado para homens e mulheres. Para saber mais sobre esse tema, indicamos o texto de Scott (1995), intitulado *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*.

Ao afirmarmos que havia diferenças nos papéis sociais de homens e mulheres, destacamos o que era comum ao período: a elas, geralmente cabiam as tarefas ligadas ao mundo doméstico, ao trabalho na casa e com a família; enquanto os homens, entendidos como chefes de família, eram responsáveis pelos recursos financeiros que proveriam as necessidades familiares. Essa lógica fazia com que as mulheres fossem consideradas submissas aos homens e lhes devessem obediência, já que eram os provedores e protetores do lar, enquanto o trabalho delas não era valorizado da mesma maneira.

No entanto, essa dinâmica social na Região Sul do Brasil por vezes se alterava, pois as necessidades faziam com que mulheres assumissem mais tarefas e responsabilidades. Machado (2004) argumenta que, devido às ausências de maridos que saíam para o trabalho com o tropeirismo, mulheres acabavam assumindo a administração geral de sítios e fazendas, o que as tornava, naqueles momentos, chefes de família.

Essa característica regional conferiu às mulheres do Contestado — as sertanejas —, força e autonomia para tomar decisões e conduzir suas vidas, protegendo e provendo suas famílias. Machado (2011), ao escrever sobre a guerra, abordou o cerco promovido por militares e a fome que assolou sertanejos e sertanejas, apresentando o relato da filha de um pequeno fazendeiro da região de Canoinhas que destaca a atuação da sua mãe na proteção da família. Em 1914, quando os conflitos se intensificaram, rebeldes e militares começaram a recrutar a população para atuar nos confrontos, e Maria Conceição Correia, a filha em questão, narrou que estava com o pai e a mãe

[...] debulhando milho em nosso sítio. Ouvimos um barulhão, eram os jagunços atirando e dando “vivas”. Os jagunços queriam levar meu pai. Mas minha mãe deu gado e muito sal para os jagunços não levarem o meu pai. Quem não obedecesse à ordem dos piquetes dos jagunços, eles matavam. Foi minha mãe quem salvou nossa família, ela não deixou os jagunços levarem o meu pai, não deixou o pessoal do governo levar meu pai também. Naquele tempo o governo também pegava gente à força para virar soldado (MACHADO, 2011, p. 179).

A narrativa é um exemplo de como as mulheres tomavam a frente de negociações, buscavam estratégias de sobrevivência e lutavam por suas vidas e de suas famílias, sendo, portanto, protagonistas da história. As sertanejas do Contestado tinham conhecimentos diversos, pois atuavam em atividades variadas: trabalhavam nas tarefas domésticas, educavam as crianças, cuidavam das pessoas idosas, eram parteiras, tinham conhecimentos sobre as ervas medicinais, trabalhavam na lavoura, na criação de animais e em tudo o que fosse necessário para suas famílias e sua comunidade.

Obviamente, durante a guerra, muitas sofreram diferentes formas de violência. No documentário *Meninos do Contestado*² há relatos dramáticos do sofrimento de mulheres e crianças que ficavam nas casas — enquanto os homens atuavam nos confrontos — e eram atacadas por homens armados. Esse ficar em casa, no entanto, não significava que estavam escondendo-se dos combates, e sim que estavam atuando em outras formas de luta para proteger o que tinham e quem estava sob sua responsabilidade, como pessoas idosas, crianças e animais. É preciso destacar também que houve mulheres que atuaram diretamente nos espaços decisórios e nos confrontos armados, como Maria Rosa; e outras, como Nega Jacinta, que atuavam como benzedeiras e traziam consolo à população (TRENTO; LUDKA; FRAGA, 2014). Saberemos um pouco mais sobre elas adiante.

As “virgens do monge”

A religiosidade popular marcou o movimento do Contestado, e a figura do monge João Maria teve fundamental importância nesse contexto, pois nele e na esperança que ele representava, sertanejos e sertanejas encontravam forças para lutar pelo que tinham e pela manutenção de seu modo de vida. José Maria de Santo Agostinho, curandeiro rezador que apareceu na região, foi logo associado à esperança no retorno do monge João Maria, e muitas pessoas se dirigiam a ele. José Maria teria dito que morreria em conflito, mas que voltaria conduzindo o “exército encantado” de São Sebastião. Como ele morreu no primeiro conflito no Irani, a população sertaneja apegou-se à profecia, e nesse contexto surgiram as importantes figuras das “virgens do monge”, que tinham a capacidade espiritual de entrar em contato com ele para receber suas orientações e repassá-las para as demais pessoas.

O termo virgem, nesse contexto, não se refere necessariamente à virgindade biológica das meninas e mulheres que assumiram esse papel, mas à pureza de alma que lhes era atribuída, já que tinham o poder de comunicação com o monge. Esse poder simbólico das virgens, legitimado pela comunidade

2 Disponível em <https://filmow.com/meninos-do-contestado-t126672/>.

que mantinha essa fé, fazia com que as ordens transmitidas por elas fossem seguidas, influenciando decisões e ações do movimento.

Figura 1 – José Maria e as “virgens”



Fonte: Acervo Museu do Contestado (2010).

Na Figura 1, exposta no Museu do Contestado, na cidade de Caçador, consta a figura central do monge José Maria e, ao seu lado, três jovens que representam as “virgens”. Para Euclides Philippi, a fotografia pode tratar-se de uma montagem, já que as virgens teriam iniciado sua atuação um ano após a morte do monge (SILVA, 2010), mas Tonon (2012) afirma que José Maria vivia cercado por jovens, escolhidas por ele para auxiliá-lo em rezas e no preparo de chás. Seria necessária uma análise específica da fotografia para saber se é ou não uma montagem, mas, o que é relevante é que a existência das “virgens” foi importante para a manutenção da unidade do grupo em torno de uma esperança comum, o retorno do monge com o “exército encantado”, o que traria a vitória para aquela população que passava por tantas dificuldades. Vamos conhecer um pouco sobre algumas delas nas seções seguintes.

Teodora

A menina Teodora tinha apenas 11 anos e era neta de Querubina — aquela que foi antes mencionada e que Machado (2004) apresenta como estrategista política — e de Eusébio Ferreira dos Santos, um dos Pares de França, grupo formado por sertanejos que assumiam a frente do movimento, sobretudo na defesa dos redutos (SILVA, 2010). Um ano após a morte de José Maria, Teodora teria começado a ter visões e a ouvir o monge, que pedia que todos voltassem para Taquaruçu e lá aguardassem por seu retorno junto com o “exército encantado”. Várias pessoas atenderam a esse chamado e deram origem à primeira “cidade santa”, uma comunidade que seguia as ordens do monge, transmitidas pela voz de Teodora e depois por outras pessoas, outras moças e rapazes que cumpriam o mesmo papel.

Ao ser entrevistada por Maurício Vinhas de Queiroz, Teodora afirmou que as visões e as ordens do monge eram, na verdade, inventadas por seu avô, possivelmente também por sua avó Querubina, e por outros/as líderes do movimento. Depois da guerra, ela foi morar com um tio, casou-se por duas vezes, teve oito filhos e faleceu aos 78 anos, na cidade de Curitiba, em 1979 (SILVA, 2010).

Mesmo que ela tenha afirmado que as visões não eram reais e não passavam de uma estratégia dos/as líderes do movimento para legitimar as decisões que tomavam na condução do povo, sua atuação teve grande importância para aquela comunidade que buscava uma ligação com o sagrado, o que dava esperança e fortalecia o grupo.

Figura 2 – Teodora



Fonte: Queiroz (1977).

Maria Rosa

Maria Rosa é apontada como líder do reduto de Caraguatá. Filha de um lavrador chamado Elias de Souza, ela teria em torno de 15 ou 16 anos quando passou a exercer tal função. Há narrativas de que, por vezes, se trancava em seu quarto e ficava em oração até que saía e apresentava as ordens do monge. Queiroz (1977, p. 151), em seu livro *Messianismo e conflito social*, afirma que durante as procissões ela “marchava à frente, carregando uma grande bandeira com cruz verde”.

A jovem dava ordens para o grupo, dizia quem assumiria a linha de frente tanto dos combates como das demais atividades necessárias para aquela comunidade, como a busca pelos meios de subsistência ou as rezas. Machado (2004) argumenta que, na memória regional, o maior dos feitos de Maria Rosa teria sido a vitória sertaneja no combate de Caraguatá.

Figura 3 – Imagem de Maria Rosa



Fonte: Zumblick (1953).

Após esse combate, Francisco Alonso de Souza, conhecido como Chiquinho Alonso, um rapaz de 25 anos, teria se apresentado como novo comandante do reduto, e Maria Rosa teria dito à população para que seguissem as ordens dele, enquanto ela teria passado a exercer outras atividades, como o cuidado de pessoas doentes, idosas e crianças (QUEIROZ, 1977). Sua afirmação como mulher guerreira, no entanto, se deu com sua morte em 1914, quando lutava contra as tropas do General Setembrino de Carvalho (TRENTO; LUDKA; FRAGA, 2014).

A figura de Maria Rosa como líder de uma comunidade que lutava por direito à terra e pela manutenção de seu modo de vida rural é extremamente forte. Seu nome foi dado a um assentamento rural da cidade de Castro, o Assentamento Maria Rosa do Contestado. A área foi declarada como de interesse social para reforma agrária pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) em 2015, com o projeto de assentamento para produção agroecológica e familiar (FRANCELINO, 2017). O coletivo de mulheres do Assentamento Maria Rosa do Contestado foi notícia em dezembro de 2021, quando inaugurou um espaço para produção de massas, gerando renda e afirmando o protagonismo de mulheres na história (SOUZA, 2021).

Chica Pelega

A história de Francisca Roberta, conhecida como Chica Pelega, teria início na fé de seu pai (Zinho) e sua mãe (Chiquinha) no monge João Maria. Chiquinha e Zinho não conseguiam engravidar, então ele, ao encontrar os restos do que teria sido uma fogueira do monge, pegou um pouco das cinzas e colocou em dois saquinhos, que eram carregados por ele e por sua esposa como se fossem amuletos. Depois disso, Chiquinha engravidou de sua única filha, Francisca Roberta, a Chica Pelega (TRENTO; LUDKA; FRAGA, 2014).

Ao narrarem a sua história, Trento, Ludka e Fraga (2014) afirmam que a menina, desde pequena, aprendeu a cuidar de animais e a preparar chás com ervas medicinais, e isso era entendido pela população como um dom concedido pelo monge. Um dia, quando ela e sua mãe voltavam da roça, encontraram o pai e um tio mortos, após um ataque de jagunços cuja função era despejar as famílias da região. No ataque, eles teriam também incendiado o paiol da família. Chica e Chiquinha correram para buscar ajuda em uma família vizinha e encontraram as pessoas também mortas. Fugiram então para a mata, onde encontraram outras pessoas que perambulavam sem rumo após serem também despejadas de suas casas. Teria sido nesse momento que Chica Pelega começou a liderar o grupo rumo a Taquaruçu, onde encontrou-se com o monge e passou a atuar ao seu lado nas rezas e preparações de chás, e também a cuidar de doentes e crianças.

O apelido de Chica Pelega teria origem no fato de que a jovem havia ganhado de um fazendeiro, como retribuição aos serviços que prestava, um cavalo e um pelego, que é uma espécie de manta, e era vista cavalgando com seu pelego, sendo chamada pelas pessoas de Chica Pelega, guerreira de São Sebastião.

Figura 4 – Chica Pelega



Fonte: Canal Meio Oeste (2018).

Machado (2004) explica sobre o cerco e o bombardeio ocorridos em 1914 ao reduto de Taquaruçu, por parte das forças do governo. Os homens adultos haviam se deslocado para o novo reduto de Caraguatá, então ali estavam somente crianças, pessoas idosas e mulheres. Pelos relatos da população local, Chica Pelega teria então assumido o comando da defesa do reduto e ali teria morrido.

Tirando as narrativas populares, não há outras evidências históricas, ou seja, documentos que comprovem a existência histórica de Chica Pelega; para algumas pessoas, ela pode nem ter existido de fato. No entanto, sua presença no imaginário popular como heroína sertaneja é forte e serve como inspiração. Sobre ela, foi escrito o romance *Chica Pelega: a guerreira de Taquaruçu*, de Aulo Sanford de Vasconcellos, e os seguintes versos:

Lá estava Francisca Roberta
Moça esperta, linda e facera,
Correndo ligera no meio da estrada
Brandindo uma espada, em punho na mão.
Ali vinha ela arçando a bandeira
Da cor brasileira, verde e branca,
Risonha e franca, muié corajosa
Frautendo formosa, uma linda canção.
A Chica Pelega trinava e sorria
A tudo atendia com grande alegria
Como lebre corria, ligera e disposta
Dando em resposta seu grito de guerra.
Tecendo pra cá, traçando pra lá
Sem se cansá, com grande corage...
Era a image de rija guerrera
Com fé verdadeira em defesa à sua Terra!
(FELIPPE, 1995, p. 138).

Nega Jacinta

A benzedeira e parteira Nega Jacinta teria vivido e atuado no município de Três Barras. Sobre ela também não foram encontrados documentos que comprovem sua real existência, mas ela é muito real no imaginário da população que a exalta como santa. As práticas de benzimentos eram comuns na região, pois se tratava de uma população rural que tinha pouco acesso a hospitais e médicos e, por isso, tinha nas práticas médicas populares e nos chás de ervas medicinais o seu socorro. Aliado a isso, aquelas pessoas também não tinham a presença de padres ou pastores em suas capelas de forma constante, pois era comum que nas regiões interioranas os padres e pastores visitassem as comunidades apenas em algumas datas especiais. Sendo a religiosidade uma questão importante para a vida

daquelas pessoas, as crenças populares se fortaleciam, e as figuras de rezadores e benzedoras traziam conforto espiritual à comunidade. Nega Jacinta pode ou não ter existido, mas com certeza existiram muitas mulheres como ela na região, rezando pelas pessoas, benzendo e preparando chás, atuando como parteiras, dando conforto ao corpo e à alma.

Nhá Emídia ou Nega Jacinta teria vivido em uma gruta³, onde teria abrigado o monge João Maria quando passou por ali.

Figura 5 – Capa do vídeo Gruta de Santa Emídia Três Barras/SC⁴



Fonte: Gruta (2019).

Considerações finais: as mulheres estavam e estão por aí fazendo história

As mulheres do Contestado foram guerreiras, benzedoras, videntes, mães, cuidadoras, parteiras, lavradoras, cozinheiras, trabalhadoras, chefes de suas casas e famílias. Todas elas, as que tiveram seus nomes e feitos gravados na memória da população; aquelas poucas que tiveram suas trajetórias registradas em textos históricos; aquelas que são lembradas apenas pelas famílias a que pertenciam e das quais dificilmente saberemos seus nomes ou conheceremos suas histórias; e aquelas que ainda vivem na região e lutam por uma vida digna para si e suas famílias, foram e são protagonistas da história.

³ Você pode ver a gruta e saber um pouco mais sobre essa história no vídeo “Gruta de Santa Emídia Três Barras/SC”, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-gJydeqMoPk>.

Referências

FELIPPE, Euclides J. **O último jagunço**: folclore na história da Guerra do Contestado. Curitiba: Universidade do Contestado, 1995.

FRANCELINO, Maria Luiza. Acampamento Maria Rosa do Contestado comemora dois anos de agroecologia e resistência. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**, 31 ago. 2017. Disponível em: <https://mst.org.br/2017/08/31/acampamento-maria-rosa-do-contestado-comemora-dois-anos-de-agroecologia-e-resistencia/>. Acesso em: 29 dez. 2021.

GRUTA de Santa Emília Três Barras/SC. [S. l.: s. n.], 2019. 1 vídeo (6 min). Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?vYj1p0A8DMrE>. Acesso em: 14 mar 2022.

MACHADO, Paulo Pinheiro. Guerra, cerco, fome e epidemias: memórias e experiências dos sertanejos do Contestado. **Topoi**, v. 12, n. 22, jan./jun. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/g7TjcVHxBkHjZ85pwRxcQ7b/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 27 dez. 2021.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado**: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916). Campinas: UNICAMP, 2004.

MOUTINHO, Zaira; CERDAN, Claire; STROPASOLAS, Valmir. Quem foi Maria Rosa? Conflitos e abusos de memórias sobre a Guerra do Contestado e a atual militância política feminina do campo. **REVER**, v. 1, n. 1, jan./jun. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/rever/article/view/3276>. Acesso em: 27 dez. 2021.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012.

QUEIROZ, Maurício Vinhas de. **Messianismo e conflito social**: a guerra sertaneja do Contestado. 2. ed. São Paulo: Ática, 1977.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 2, n. 16, jul./dez. 1995.

SILVA, Natália Ferronato da. As “virgens messiânicas”: participação e influência das “Virgens” Teodora e Maria Rosa no Contestado (1912-1924). **Revista Santa Catarina em História**, Florianópolis, v. 1, n. 1, 2010. Disponível em: <https://www.nexos.ufsc.br/index.php/sceh/article/viewFile/331/168>. Acesso em: 28 dez. 2021.

SMITH, Bonnie G. **Gênero e história**: homens, mulheres e a prática histórica. Bauru: EDUSC, 2003.

SOUZA, Lucas. Mulheres com a mão na massa ampliam geração de renda com criação de agroindústria de macarrão. **Brasil de fato**, Curitiba, 2 dezembro 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/12/02/mulheres-com-a-mao-na-massa-ampliam-geracao-de-renda-com-criacao-de-agroindustria-de-macarrao>. Acesso em: 29 dez. 2021.

TONON, Eloy. Dossiê Contestado, 100 anos: virgens, videntes, guerreiras. **Revista de História**, out. 2012. Disponível em: <https://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/virgens-videntes-guerreira>. Acessado em: 29 dez. 2021.

TRENTO, Aline E.; LUDKA, Vanessa M.; FRAGA, Nilson C. Guerreiras imortais do contestado, as que tudo viam e faziam durante a guerra de extermínio. **Geographia Opportuno Tempore**, v. 1, p. 272-292, jul./dez. 2014. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/Geographia/article/view/20295>. Acesso em: 25 jun. 2020.

Os povos indígenas na região do Planalto Catarinense: dinâmicas históricas e permanências

Flavio Braune Wiik¹

Eloi Giovane Muchalovski²

Introdução

Este capítulo apresenta a histórica presença dos povos indígenas no Planalto Catarinense, especialmente na região hoje conhecida como Território do Contestado. Traz informações relevantes para compreender a importância que esses povos têm para a história do Brasil, discutindo sobre os primeiros contatos entre indígenas e não indígenas nos séculos XVI, XVII e XVIII. Também aborda os conflitos e as tentativas de aldeamento no século XIX e início do século XX, assim como destaca a atual presença de indígenas na região, os quais vivem não só em reservas e terras indígenas a eles destinadas, como também residem em vilas do interior e nas periferias de suas cidades.

Pesquisas no campo da Arqueologia — ciência que estuda os vestígios de culturas antigas e recentes por meio da escavação de objetos, fósseis, pinturas e monumentos — indicam que sociedades humanas têm ocupado a região do Planalto Catarinense há pelo menos 5.000 anos. Já a presença dos indígenas designados Proto-Jê, dos quais muito provavelmente descendem os povos Xokleng e Kaingang que habitam a região na atualidade, está estimada entre 700 e 1.000 anos³. Estes povos são denominados Jê Meridionais por descenderem e estarem ligados, linguística e socioculturalmente, aos demais povos indígenas falantes das línguas pertencentes ao tronco linguístico jê, ou seja, falam línguas que, apesar de serem diferentes, têm origem em uma mesma língua de uso muito antigo.

Os Jê Meridionais tiveram ao longo do tempo variadas denominações, como Bugres, Coroados, Guaianás, Xocrés, Aweikoma, Kaingang de Santa Catarina, Botocudos, entre outros. Compartilham o mesmo tronco linguístico com alguns povos que vivem no Brasil Central, como os Kayapó, Apinajé e Kraho, por exemplo.

1 Ph.D. em Antropologia pela Universidade de Chicago. Professor Associado de Antropologia junto ao Departamento e Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina, no Paraná (UEL). Dedicou-se a estudos e pesquisas voltados aos indígenas Xokleng e Kaingang há mais de duas décadas.

2 Mestre em História pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO). Desenvolve pesquisas sobre o Movimento do Contestado, como também sobre temas relacionados à Etnicidade, História Indígena e História Agrária. É membro do Grupo de Pesquisa “Entre indígenas e Caboclos: (Etno)História, Cultura e Diacricidade entre coletivos indígenas invisibilizados na Região do Contestado” da UEL, e do Grupo de Pesquisa “NUPHIS - Núcleo de Pesquisa em História, da Universidade do Contestado”, ambos certificados pelo CNPq.

3 Para saber mais acesse os seguintes sites: 1) <https://jornal.usp.br/ciencias/ciencias-exatas-e-da-terra/arqueologos-reconstituem-trajetorias-e-costumes-dos-povos-je-no-sul-do-brasil/>; 2) <https://racismoambiental.net.br/2017/03/04/indigenas-proto-je-agricultores-e-sedentarios/>

O termo botocudo, especificamente, foi utilizado para designar os Xokleng devido estes usarem um ornamento cônico e pontiagudo usualmente confeccionado em madeira, chamado botoque, inserido no lábio inferior dos rapazes em ritual de iniciação por meio de uma incisão na pele (ver Figura 1). Outros povos indígenas do Brasil, como os Aimorés, também utilizavam botoques. No caso dos Xokleng, o uso do botoque e o termo “botocudos” também designava um distintivo classificatório que os distinguia dos Kaingang, denominados Coroados, devido ao corte de cabelo dos homens em forma de coroa, não adotado pelos homens Xokleng.

Figura 1 - Retrato do cacique Xokleng “Camrém” feito pelo pintor alemão F. Becker.
Foto de V. Dirksen, 1997.



Fonte: Santos (1997, p. 61).

Um esclarecimento importante diz respeito ao uso do plural para designar os povos indígenas. Isto é, por que o correto é “os Xokleng”, ao invés de “os Xoklengs” ou “os Xoklengues”, se, conforme a gramática da língua portuguesa, os gentílicos devem flexionar-se de acordo com as regras dos adjetivos e substantivos? A resposta é que a grafia dos nomes indígenas foi definida na Primeira Reunião Brasileira de Antropologia, realizada no Rio de Janeiro em 1953. Nesta oportunidade, foi aprovada a Convenção para a Grafia dos Nomes Tribais, a qual definiu que os nomes tribais não teriam flexão de número ou gênero e que se escreveriam com inicial maiúscula, podendo ser com inicial minúscula quando utilizados como adjetivos (BRASIL, 2016).

Os Xokleng e Kaingang estão presentes em um território que compreende desde o Planalto de São Paulo até o Rio Grande do Sul (ver Figura 2). Este espaço abrange o Planalto Norte, Planalto Serrano, Meio Oeste e Oeste Catarinense, assim como parte das regiões formadoras dos Campos Gerais, Centro, Centro-Sul e Vale do Rio Iguaçu paranaense. Toda essa região integra o Território do Contestado, o qual foi disputado pelos estados de Santa Catarina e Paraná durante o século XIX e as duas

primeiras décadas do século XX⁴. Região que desde a criação da província do Paraná, em 1853, era contestada por Santa Catarina, ficando assim conhecida com o nome “Contestado”. O mesmo nome foi atribuído ao conflito que se deu naquele espaço entre 1912 e 1916: Guerra do Contestado.

Cabe ressaltar que a partir da segunda metade do século XIX, havia três grupos de indígenas Xokleng⁵. Um denominado Laklãnõ, que percorria a região de Ibirama, Santa Catarina, junto ao Rio Itajaí do Norte (também chamado de Rio Hercílio); outro conhecido como Angying, estabelecido próximo à Serra do Tabuleiro, no Litoral Sul de Santa Catarina; e o terceiro, Ngrokòthi-tõ-prèy, que habitava a área de fronteira com o Paraná, no atual município de Porto União, também em Santa Catarina.

Figura 2 – Presença histórica dos Jê Meridionais na Região Sul do Brasil



Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

4 Para ver outros mapas sobre as populações indígenas, acesse: http://www.portalkaingang.org/index_aldeia_principal_1.htm

5 No seguinte site é possível ter acesso a um banco de imagens que retratam os indígenas Xokleng: <https://www.flickr.com/photos/77994933@N07/sets/72157631552809908/>.

Recentes pesquisas também confirmam a presença milenar de sociedades Tupi-Guarani na região do Planalto Catarinense. Houve longos períodos marcados por conflitos e interações pacíficas entre os Tupi-Guarani e os Proto-Jê em boa parte da área aqui considerada. Constataram-se influências e trocas na cultura material, como ocorrido na influência sobre os traços e formas cerâmicas entre os dois grupos. Porém, sabe-se pouco sobre os desdobramentos destas relações, pois muitas questões ainda não foram respondidas pelos estudos etnológicos, antropológicos e históricos, tais como: 1) a incorporação dos Guarani pelos Jê ao longo da história de contato; 2) o seu extermínio em conflitos e guerras, quando costumava-se matar os homens e incorporar as mulheres e crianças do grupo vencido; 3) sua partida da região ou integração à sociedade nacional a partir do século XVI; 4) ou mesmo as suas possíveis alianças com os Guarani, capturados em São Paulo e trazidos, forçosamente, pelos Bandeirantes nos séculos XVII e XVIII em expedições destinadas à ocupação da região.

A atual presença dos Guarani no Planalto Catarinense é discreta em termos numéricos, políticos e de visibilidade étnica, e a maioria deles encontram-se em aldeias, localizadas dentro de Terras Indígenas (TIs) com maioria Jê. Os casamentos entre os diferentes grupos são pouco frequentes, embora as relações sejam geralmente amistosas. As pessoas que transitam pelas estradas do Território do Contestado estão habituadas a ver vários pontos de venda de artesanato com cestaria tipicamente guarani, assim como tipos de roça e culinária guarani fazem-se presentes⁶.

Primeiros contatos – séculos XVI a XVIII

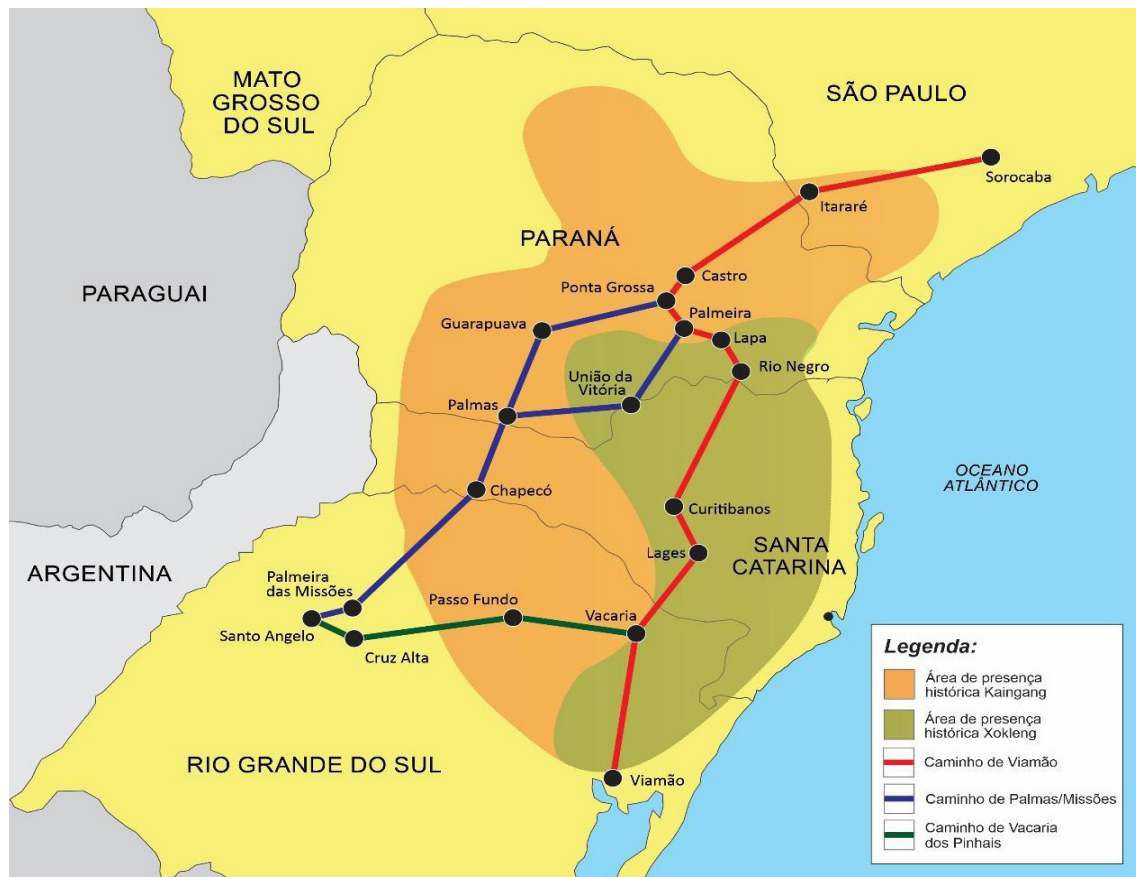
Os primeiros contatos dos ancestrais dos Kaingang e Xokleng no Território do Contestado com grupos não indígenas iniciaram-se nos séculos XVI e XVII, por meio das “expedições de apresamento”⁷, as quais consistiam em breves ações de extrema violência. Portanto, não poderiam ser propriamente chamadas de “contato”, mas sim de ataques. Embora os Jesuítas tenham estabelecido algumas formas de contato com esses indígenas entre os séculos XVII e XVIII, sobre elas pouco se sabe, pois faltam estudos e pesquisas aprofundadas. Somente com a abertura do Caminho de Tropas⁸ (ver Figura 3), a partir de 1728, observou-se a criação de fazendas nos Campos de Lages, Curitiba e Guarapuava. A ocupação sistemática do território tradicional indígena intensificou-se com a migração de diversos grupos não indígenas para a região, e com ela o surgimento de vilarejos e cidades nos anos que se seguiram. A estes, soma-se a vinda de imigrantes europeus a partir de 1829.

6 Estudos consistentes sobre as suas origens e presença na região estão ainda por ser realizados. Para estudos arqueológicos sobre os Tupi-Guarani e sua relação com os Proto-Jê na região, ver: Iriarte *et al.* (2014) e Noelli e Souza (2017).

7 As expedições de apresamento, também chamadas de bandeiras de apresamento, tinham por objetivo capturar indígenas para serem usados como mão de obra escrava. Foram intensamente praticadas no Período Colonial. Para um maior aprofundamento didático sobre o assunto, sugere-se a obra *Entradas e Bandeiras*, de Luiza Volpato (2000).

8 O Caminho das Tropas, também chamado de Estrada das Tropas ou Caminho do Sul, consistia em via de ligação terrestre entre o Rio Grande do Sul e São Paulo, utilizada para o transporte de gado, mulas, dentre outros produtos.

Figura 3 – Caminhos de tropas e áreas de presença histórica Kaingang e Xokleng



Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Século XIX e início do século XX

Entre 1810 e 1850, na transição do período Colonial para o Imperial, houve a ocupação dos Campos de Palmas e Guarapuava. Temia-se que o território fosse tomado pela Espanha e depois pela Argentina, que se tornara independente dos espanhóis em 1816. Portanto, no pensamento dos governantes portugueses da época, a ocupação militar protegeria as fronteiras.

A movimentação militar e civil para tomada do território dos atuais Planalto, Meio Oeste e Oeste Catarinense criou diversos conflitos entre indígenas e não indígenas. Para que a conquista pudesse ser consolidada, o príncipe regente Dom João VI, então governante de Portugal e exilado no Brasil, declarou guerra aberta aos “botocudos” por meio de carta régia⁹ em 1808, estimulando o extermínio de milhares de indígenas.

A carta régia, também chamada de ordem régia, era um documento assinado por um rei ou governante que tinha o objetivo de instituir uma determinação específica, uma ordem a ser seguida por seus súditos.

9 No link a seguir é possível acessar a íntegra da carta régia de 1808 que declarou guerra aos “botocudos”: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/carreg_sn/antioresal824/cartaregia-40169-13-maio-1808-572129-publicacaooriginal-95256-pe.html.

O governo central também tentou a “pacificação” dos indígenas por meio da criação de aldeamentos. Em troca de regalias e favores pessoais, convenceu lideranças indígenas de grupos rivais a ajudar na localização e no “amansamento” de índios tidos como “arredios”. Houve também o aprisionamento e o deslocamento forçado de coletivos indígenas para outras regiões do país como mão de obra escrava. Com isso, aumentou a rivalidade histórica entre diferentes grupos Kaingang e suas lideranças e estes com os grupos Xokleng na região, considerados mais “bravios” e resistentes ao contato.

Após a tomada dos Campos de Palmas pelo governo imperial, em 1840, e a posterior instalação de fazendas de gado, deu-se o fim do domínio secular dos Xokleng naquele espaço, até então um território Xokleng praticamente autônomo. Portanto, a ocupação por colonos ao longo da primeira metade do século XIX não foi capaz, aos olhos do governo, fazendeiros e companhias de colonização, de resolver a questão da resistência indígena a tal ocupação. Resistência que se deu não apenas pelo conflito com não indígenas, mas também pela luta de indígenas já aldeados que ora estavam nos aldeamentos, ora refugiavam-se junto a outros grupos, os quais recusavam-se a viver nesses núcleos. Os Xokleng, desta forma, conseguiram manter-se com algum grau de autonomia política nos campos de Palmas até a primeira década do século XX, quando estabeleceram relações mais definitivas de contato e foram “pacificados”.

É importante ressaltar que nas primeiras décadas que seguiram o contato entre os Xokleng e grupos não indígenas ocorreram várias mortes, pois os indígenas não possuíam anticorpos para doenças comuns à população “branca”. Relatórios do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) apontam isso, principalmente entre os anos de 1920 e 1930, quando mais de dois terços do subgrupo Xokleng chamado Laklãnõ, cuja população contatada somava 400 indivíduos, foi reduzido a pouco mais de 100. Os corpos eram enterrados em valas comuns ou devorados pelos animais.

Recentes pesquisas, entretanto, têm demonstrado que não havia uma clara separação entre indígenas aldeados e não aldeados, estes últimos considerados “selvagens”, mas sim uma movimentação destes entre os aldeamentos e a floresta, ou seja, permaneciam por algum período nos núcleos criados pelo governo e, em outro, estavam nas matas, deslocando-se entre os vales e planaltos.

Há uma tendência errônea, que se tornou popular, de descrever os indígenas como divididos em dois grupos distintos: de um lado os tidos como “contatados”, “aldeados” ou “pacificados” (todos sinônimos de “civilizados” ou “aculturados”), e de outro lado os indígenas tidos como “selvagens”, como se houvesse uma passagem única e progressiva entre um estado e outro; uma passagem do “estado de natureza” para o “estado de cultura”. Este pensamento ignora o fato de que o contato entre indígenas e outros grupos e a cultura nacional é marcado por várias transições. Um vai e vem em que existiram e existem muitas particularidades, dentre elas, uma circulação constante entre um “estado” e outro, entre um território e outro, entre uma cultura e outra que, ao final, pode dar origem a uma combinação única, resultante das interações humanas típicas no Território do Contestado.

Figura 4 – Aldeamentos e Terras Indígenas implantadas entre os séculos XVIII e XX



Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

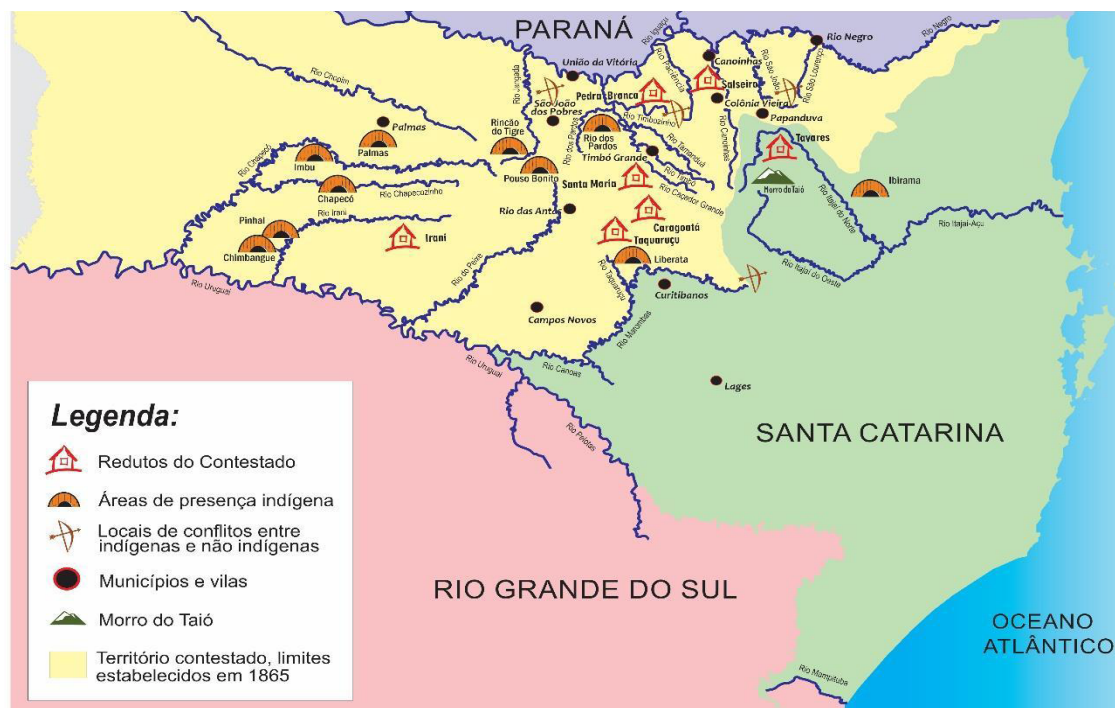
Durante a Guerra do Contestado, indígenas Kaingang e Xokleng achavam-se espalhados por todo o Planalto e participaram de múltiplas maneiras do conflito, estabelecendo formas de aliança e trocas, seja integrando-se aos redutos, fornecendo alimentos aos membros do movimento ou abrindo-os nos aldeamentos. Lutaram pelo direito à terra e contra a barbárie provocada pelos ataques de “bugreiros” e pela invasão de seus territórios, ou seja, nem todos os “brancos” eram iguais, e parte dos caboclos foram indianizados pelos próprios indígenas, constituindo uma nova combinação de resistência a uma nova elite nacional que os ameaçava.

Como já afirmado anteriormente, estes indígenas que viviam além das fronteiras dos aldeamentos e reservas, ou isolados nos sertões, entre um espaço e outro, ou nas margens dos novos espaços e ocupações formados a partir da segunda metade do século XIX em diante, foram pouco estudados até hoje. Novas pesquisas, no entanto, têm demonstrado a presença indígena por todo o Território do Contestado, antes, durante e depois da Guerra, o que avaliza a hipótese de ativa participação no conflito. Alguns redutos, inclusive, foram erguidos em locais de histórica presença indígena e hoje são habitados por seus remanescentes.

Na Figura 5, a seguir, é possível visualizar a sobreposição de áreas de histórica presença indígena, segundo várias fontes documentais, arqueológicas e orais, com locais de existência de redutos durante a Guerra do Contestado. Muitos desses espaços têm ligações culturais entre si. Esse é o caso do morro do Taió, localizado no atual município de Santa Terezinha, mencionado nos textos de viajantes e memorialistas do início do século XX como um local dominado pelos indígenas e que, ao mesmo

tempo, foi sacralizado pelos integrantes do movimento local, onde, segundo o imaginário popular, o monge São João Maria teria se refugiado e está encantado desde então.

Figura 5 – Presença indígena na região do Contestado demonstrando a sobreposição dos espaços



Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Outros redutos nos vales dos rios Timbó e Paciência, como Pedra Branca e Bom Sossego, foram erguidos em território indígena que hoje é habitado por remanescentes indígenas, os quais formaram família com caboclos do Movimento do Contestado. Matérias em jornais do final do século XIX e início do XX noticiavam conflitos entre indígenas e não indígenas nessa região. Nas proximidades de Calmon, por exemplo, onde formou-se o reduto de São Pedro, há relatos de ataques indígenas às tropas de mulas entre os anos de 1900 e 1920. Como já mencionado anteriormente, nesse mesmo espaço, em 1918, foi instalado o posto de Rio dos Pardos. Da mesma forma, na localidade de Liberata, perto do grande reduto de Santa Maria, hoje município de Fraiburgo, Santa Catarina, havia um grupo Kaingang que, segundo a tradição oral desse povo, teria fugido para o Rio Grande do Sul durante a guerra. Seus descendentes reivindicaram na justiça as terras de Liberata, mas perderam a causa. Alguns membros voltaram para o Rio Grande do Sul e outros permaneceram nas periferias dos municípios próximos.

Os Kaingang e Xokleng hoje

Hoje, os Xokleng e Kaingang estão distribuídos em oito Terras Indígenas em Santa Catarina (ver Quadro 1)¹⁰. As TIs Toldo Chimbangue, Toldo Pinhal, Rio dos Pardos (Xokleng Ngrokòthi-tõ-prèy) e Ibirama Laklãnõ (Xokleng Laklãnõ) já foram registradas, isto é, já passaram pelo processo de demarcação, homologação e tiveram o registro feito na Secretaria de Patrimônio da União, a cargo da Fundação Nacional do Índio (Funai)¹¹. Entretanto, no caso da TI Ibirama Laklãnõ, a Funai, em 1997, fez a revisão da área reservada aos indígenas, propondo que ela retornasse ao tamanho de 37.108 hectares, definido em 1926, ou seja, além dos 14.084 hectares já registrados, sugeriu a incorporação de mais 23.024 hectares. Contudo, a revisão ainda não foi decidida pela justiça e encontra-se na pauta de julgamento do Supremo Tribunal Federal.

A TI Xaçecó foi homologada em 1991, isto é, passou pelo processo de demarcação, mas não teve o registro finalizado. Em 2001 a Funai criou um grupo de trabalho para rever os limites da TI, porém o estudo ainda não foi concluído

A Reserva Indígena (RI) Kondá, da mesma forma, foi homologada em 2016 e destinada aos Kaingang que viviam no perímetro urbano da cidade de Chapecó. Cabe esclarecer que “reserva indígena” difere de “terra indígena”. Enquanto as terras indígenas são espaços tradicionalmente ocupados a longa data por determinado povo, as reservas são espaços adquiridos ou desapropriados pelo Estado e destinados apenas à posse dos indígenas, podendo ter outra destinação pela União.

Já as TIs Toldo Imbú e Fraiburgo não foram sequer demarcadas. A TI Toldo Imbú teve seus limites declarados em 2007 pelo Ministério da Justiça e a TI Fraiburgo ainda se encontra em processo de estudo para identificação e delimitação, procedimento a cargo da Funai.

Quadro 1 – Terras Indígenas Kaingang e Xokleng, Santa Catarina, 2021

Terras/Reserva indígenas	Povo	Município	Situação atual
Toldo Imbu	Kaingang	Abelardo Luz	Limites declarados
Kondá	Kaingang	Chapecó	Homologada
Toldo Chimbangue	Kaingang	Chapecó	Registrada
Xaçecó	Kaingang	Ipuaçu, Entre Rios	Homologada
Toldo Pinhal	Kaingang	Seara	Registrada
Rio dos Pardos	Xokleng	Porto União	Registrada
Fraiburgo	Kaingang	Fraiburgo	Em estudo
Ibirama	Xokleng	José Boilteux, Vitor Meireles, Italópolis e Doutor Pedrinho	Parte registrada e outra aguardando julgamento no STF

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

10 Cabe ressaltar que esta tabela é meramente ilustrativa onde listamos os povos indígenas predominantes em cada uma das Terras/Reservas Indígenas existentes no estado. Entretanto, há presença de Kaingang na TI Ibirama, assim como de Guarani; também há presença de Guarani na TI Xaçecó, assim como em outras TIs. Os dados apresentados forma baseados no trabalho de Brighenti (2015), disponível em: <https://leiaufsc.files.wordpress.com/2015/08/terras-indc3adgenas-em-santa-catarina.pdf>. Também se sugere buscar informações detalhadas sobre a presença das etnias nestas TIs no site do Instituto Socioambiental: www.socioambiental.org

11 Para compreender melhor como funciona o processo de demarcação das Terras Indígenas, veja o site: <https://cimi.org.br/terras-indigenas/demarcacao/>. Para ver a localização e os detalhes de cada Terra ou Reserva Indígena, veja o site: <https://terrasindigenas.org.br/>.

Vale ressaltar que muitos indígenas não vivem nesses locais, estão espalhados pelo Planalto, residindo nas periferias das cidades e em lugares isolados no interior dos municípios. Outros permanecem por um tempo nas TT's e em determinados períodos deslocam-se entre as cidades, trabalhando de forma sazonal em fazendas, subsistindo como posseiros em vilarejos e comercializando artesanatos.

Com a ocupação do Planalto por não indígenas e a criação dos aldeamentos, considerava-se que os “índios misturados”, “acabocladados” e “desaldeados” não eram mais indígenas, pois tinham sido incorporados à sociedade nacional e aos demais grupos humanos “civilizados” da região. Estavam, deste modo, invisibilizados aos olhos do governo, das elites e de muitos estudiosos. Mais ainda, criou-se o discurso do vazio demográfico, ou seja, a ideia de que havia poucas pessoas vivendo naquele território e que essas poucas pessoas não eram originárias dali ou que haviam se apropriado de terras, muitas delas tidas como “devolutas”, sem “dono”, pertencentes ao Estado e passíveis de serem negociadas.

Elaborou-se uma narrativa da história do Planalto Catarinense que desconsiderava, já a partir do início do século XX, a existência de indígenas não aldeados na região. Porém, eles continuaram e continuam vivendo na região em pequenas vilas do interior. Formaram família com pessoas caboclas remanescentes do Movimento do Contestado, morando geralmente próximos das serras e grotões, vivendo da agricultura de subsistência e de pequenas trocas, ligados às tradições católicas populares de devoção ao Monge São João Maria ou vivendo entre as comunidades e vilas rurais e as periferias das cidades, trabalhando nas indústrias, fazendas e plantações sazonais.

Infelizmente, os impactos e a participação indígena no Movimento do Contestado não têm sido considerados pela historiografia ou etnologia, tornando-os agentes históricos invisíveis, fazendo com que o seu legado no Movimento fosse apagado da memória e, conseqüentemente, a sua presença atual na região continue despercebida. Para muitas pessoas, quando se fala sobre os indígenas em Santa Catarina, parece que eles são estrangeiros ou invasores da região, quando na verdade vivem e ocupam o Planalto Catarinense há milhares de anos. Essa é uma visão equivocada, caracterizada pela ideia do vazio demográfico, isto é, entende-se que a povoação do território se deu apenas com a chegada de populações não indígenas de várias regiões do país ou de imigrantes europeus. Desconsidera-se, portanto, que os indígenas e seus descendentes pertencem e continuam presentes neste território, desde muito antes de Santa Catarina existir como província e depois como estado.

Como afirmado, para além das terras oficialmente destinadas aos indígenas na região, estes — e seus descendentes, tidos como caboclos — se fazem presentes e habitam as periferias das áreas urbanas das cidades que compõem o Território do Contestado. Vivem ao longo dos traçados remanescentes da ferrovia que por ela cruzava. São pequenos sitiantes, funcionários e agregados dos latifúndios da região, boias-frias, dentre outros segmentos que compõem a sociedade de toda essa área. Por fim, identificar a participação indígena na guerra, assim como sua presença atual, constitui um passo no processo de reparação histórica e de reversão da sua invisibilidade forjada.

Referências

- BRASIL. Fundação Nacional do Índio. **Manual de Redação Oficial da Funai**. Brasília: Funai, 2016.
- BRIGHENTI, Clovis Antonio. **Terras indígenas em Santa Catarina**, 2015. Disponível em: <https://leiaufsc.files.wordpress.com/2015/08/terras-indc3adgenas-em-santa-catarina.pdf>. Acesso em: 01 set. 2021.
- IRIARTE, José *et al.* Paisagens Jê Meridionais: ecologia, história e poder numa paisagem transicional durante o holoceno tardio. **Cadernos do LEPAARQ** (UFPEL), v. 11, p. 241-253, 2014.
- NOELLI, Francisco S.; SOUZA, Jonas G. Novas perspectivas para a cartografia arqueológica Jê no Brasil meridional. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.**, Belém, v. 12, n. 1, p. 57-84, jan./abr. 2017.
- SANTOS, Sílvio C. **Os índios Xokleng: memória visual**. Florianópolis: UFSC; Itajaí: UNIVALI, 1997.
- VOLPATO, Luiza R. R. **Entradas e bandeiras**. 6. ed. São Paulo: Global, 2000.

Para saber mais

- ACERVO VIRTUAL SILVIO COELHO DOS SANTOS. **Vídeos**. Disponível em: <https://avisc.wordpress.com/videos/>. Acesso em: 06 set. 2020.
- D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. Para uma história dos índios do Oeste Catarinense. **Cadernos do Ceom**, Chapecó, v. 6, p. 1-91, 1989.
- GOMES, Iraci Pereira. **Os Xokleng do Rio dos Pardos**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2010.
- FERNANDES, Ricardo Cid; TOMMASINO, Kimiye. Kaingang. **Povos Indígenas no Brasil**, 2001. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Kaingang>. Acesso em: 06 set. 2020.
- PIVETTA, Marcos. Indígenas Proto-Jê: agricultores e sedentários. **Combate Racismo Ambiental**, 2017. Disponível em: <https://racismoambiental.net.br/2017/03/04/indigenas-proto-je-agricultores-e-sedentarios/>. Acesso em: 17 set. 2021.
- MARQUE. **Populações Jê Meridionais**. UFSC, 2022. Disponível em: <https://museu.ufsc.br/marque-virtual/je/>. Acesso em: 07 nov. 2022.
- PORTAL KAINGANG. **Aldeias**. c2006. Disponível em: http://www.portalkaingang.org/index_aldeia_principal_1.htm. Acesso em: 17 set. 2021.
- QUINTO, Antonio Carlos. Arqueólogos reconstituem trajetórias e costumes dos povos Jê no Sul do Brasil. **Jornal da USP**, 2018. Disponível em: <https://jornal.usp.br/ciencias/ciencias-exatas-e-da-terra/arqueologos-reconstituem-trajetorias-e-costumes-dos-povos-je-no-sul-do-brasil/>. Acesso em: 17 set. 2021.
- SANTOS, Sílvio Coelho dos. **Índios e brancos no sul do Brasil: a dramática experiência dos Xokleng**. Porto Alegre: Movimento; Brasília: Minc/Pró-Memória/INL, 1987.

SANTOS, Silvio Coelho dos. Os índios Xokleng: memória visual. **Flickr**, 1997. Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/77994933@N07/albums/72157631552809908/page2/>. Acesso em: 17 dez. 2020.

WIIK, Flávio Braune. Xokleng. **Povos Indígenas no Brasil**, 1999. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Xokleng>. Acesso em: 17 set. 2020.

WIIK, Flávio Braune. Invisibilidades indígenas e o Contestado: ilações exploratórias e preliminares orientadas à estudos e pesquisas em Antropologia Histórica. *In*: TOMPOROSKI, Alexandre Assis; ESPIG, Márcia Janete (org.). **Tempos de muito pasto e pouco rastro**. São Paulo: LiberArs, 2018. p. 61-81.



O fortalecimento da identidade como forma de redução das desigualdades no Contestado

Eduardo do Nascimento Karasinski¹

1 Desigualdades

As desigualdades estão relacionadas aos processos históricos de organização social e podem ser vistas de diversos ângulos, portanto, são de natureza relativa. Em geral, pode-se dizer que as desigualdades estão nas diferenças entre as posições da estrutura social, contudo, diferenças nas quais a justiça é reivindicada por um grupo social com base em critérios de pertencimento.

Por um lado, as diferenças entre os grupos sociais são inerentes à estrutura social e estão relacionadas à diversidade presente em determinada sociedade. Assim é nas questões de gênero, em que entre homens e mulheres existem diversas outras classificações. Essas diferenças representam posições nas relações sociais, no entanto, elas não são necessariamente reivindicadas. Então, uma desigualdade surge quando um determinado grupo se vale dessa diferença para reclamar aquilo que possui por direito, ou quando este grupo atribui uma posição privilegiada a outros, encontrando-se em disputa para conservar ou transformar as hierarquias sociais existentes. Logo, as desigualdades se constroem em dependência dessa estrutura social, de tal forma que denominamos de desigualdades sociais (COSTA, 2019; GOHN, 2019; PAIVA; MATTOS, 2019).

Seguindo no exemplo anterior, nos séculos passados as diferenças entre homens e mulheres na estrutura da sociedade eram bastante acentuadas em comparação aos dias atuais. As mulheres se restringiam ao zelo doméstico e não tinham direito ao voto, tendo assim uma pequena participação cidadã. Porém, esta posição não fora bastante reivindicada até o movimento feminista ter se articulado numa ampla magnitude, durante as últimas décadas, por justiça em relação ao papel cidadão das mulheres, transformando a posição da mulher e a sociedade como um todo. Os enfrentamentos contemporâneos por justiça em questões de gênero têm ganhado notoriedade pelo movimento LGBTQIA+, como a reivindicação do registro de casamento entre pessoas do mesmo sexo. Por isso, pode-se denominar este tipo de desigualdade como desigualdades de gênero.

Um dos mais característicos tipos de desigualdades é a desigualdade étnica. Por exemplo, a população preta no Brasil sofreu com os séculos de escravidão e agora é sistematicamente discriminada com a perpetuação do preconceito estrutural entre os diversos grupos sociais. Consequentemente, a mortalidade, a violência, a baixa renda, a falta de educação e a falta de saúde são incidentes com acentuada frequência e intensidade nesse grupo, o qual reivindica seus direitos em favor da manutenção da sua cultura e da sua sobrevivência (GONZALEZ, 1984; HIRATA, 2014; O'DWYER, 2011).

¹ Professor e Pesquisador do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, Município de Caçador, Região do Contestado, SC, Brasil, eduardo.nascimento@ifsc.edu.br

A desigualdade étnica em relação à população preta é um processo construído historicamente, resultando em baixos índices de qualidade de vida especificamente para este grupo da população, como renda e escolaridade. Os trabalhos com menores remunerações são predominantemente ocupados por pessoas pretas, assim como a evasão escolar é mais acentuada entre esse grupo. Portanto, as desigualdades também podem ser classificadas a partir de indicadores econômicos ou educacionais, o que chamamos de desigualdades econômicas e desigualdades educacionais, respectivamente.

Por ser um processo relativo emergido da organização estrutural de determinada sociedade, as desigualdades envolvem disputas de poder e opressão. Em função disso, é um processo complexo, pois depende de muitos fatores que se relacionam entre si de diferentes maneiras, como se constata no exemplo anterior. Também pode haver desigualdades econômicas e educacionais entre outros grupos sociais que não somente o da população preta, como se observa na diferença da renda e escolaridade entre as classes trabalhadoras rurais e urbanas. Desta maneira, nota-se que as desigualdades são espaciais, ou seja, elas podem ser observadas a partir da facilidade ou dificuldade que um certo grupo social tem de acessar espaços físicos, culturais, tecnológicos, entre vários outros, o que denominamos de acessibilidade.

As desigualdades estão diretamente ligadas à acessibilidade. Apesar de a acessibilidade também estar relacionada ao direito individual, ela se torna uma desigualdade quando pensada por grupos sociais. Por meio do sentido de pertencimento e identificação, estes movimentos se organizam em enfrentamento à sua alienação. Em consequência disso, ao serem privados de acesso, tais grupos reivindicam trabalho, educação, saúde, lazer, território, entre outros. Essa disputa por condições de acesso mais equilibradas entre os diferentes grupos revela um senso de justiça em reconhecer a imparcialidade do direito de cada indivíduo e é chamada de equidade. Enfim, ao propormos observar e discutir as desigualdades, fundamentalmente vemos uma crise de valores, de racionalidade, uma crise em que somos incapazes de nos colocar de forma respeitosa e solidária na posição do outro (ARROYO, 2018; SCOTT, 2005).

1.1 As desigualdades no Contestado

De acordo com a Lei Complementar nº 571, de 24 de maio de 2012, a Região do Contestado abrange 45 municípios localizados na região central do estado de Santa Catarina. O território da região contestada entre Paraná e Santa Catarina no período da Guerra do Contestado é mais amplo e localiza-se no norte, desde o Rio Negro, passando pela margem esquerda do Rio Iguaçu até a fronteira com a Argentina. Ao sul, chega na divisa com o Rio Grande do Sul na margem direita do Rio Uruguai. Esta região é formada pelos campos de Palmas, parte da Serra, grande parte do Planalto Norte e do Oeste Catarinense.

O Movimento do Contestado é considerado a maior revolta camponesa da América Latina. Este movimento se deu em resistência às mudanças nas estruturas sociopolíticas do final do século XIX e início do século XX. Por conseguinte, culminou na Guerra do Contestado (1912-1916), um dos maiores conflitos armados da história do Brasil, ocorrido entre o exército brasileiro e o povo sertane-

jo do Contestado, conhecidos como caboclos. Na prática, o que se viu foi um genocídio, realinhando a ocupação desse território segundo a visão capitalista dominante de (des)envolvimento, emergente no país naquela época. No desenrolar do século passado, o apagamento cultural dos caboclos, imposto por um desprezo intencional das elites, deixou profundas marcas na estrutura social, política e econômica da região. As consequências do conflito são visíveis até hoje, e o Contestado é o maior bolsão de pobreza do estado de Santa Catarina (FRAGA, 2015 ; THOMÉ, 1992; VALENTINI; ESPIG; MACHADO, 2012).

Primeiramente, vamos avaliar alguns dados socioeconômicos observados na Figura 1 sobre a microrregião de Caçador e os municípios vizinhos de Calmon, Lebon Régis, Macieira, Matos Costa, Rio das Antas e Timbó Grande, trecho onde passa a antiga ferrovia e eixo dos principais combates na Guerra do Contestado.

Figura 1 – Indicadores socioeconômicos da microrregião de Caçador, região do Contestado

	Dados da Produção	Dados da Renda, Educação e Saúde
Superior à média estadual	11ª posição estadual no Valor Acrescentado Bruto e 18ª posição estadual no Produto Interno Bruto, dentre as 36 regiões.	Muito inferior à média estadual
	Produção de 8,1% da cebola, 9,5% da uva e 56,9% do tomate em Santa Catarina.	
	A indústria oferece 44% dos empregos locais, sendo 35% da madeira e celulose.	
	Caçador é a 7ª maior exportadora do estado com produtos laminados, portas e móveis.	
	Mais de 30% da área territorial é utilizada para reflorestamento principalmente de Pinus.	
	O setor de Transformados plásticos e textil contribuem com aproximadamente 9% dos empregos locais.	
	População Economicamente Ativa decresceu, enquanto a média estadual dobrou.	
	Participação no total da população do estado está diminuindo, principalmente na zona rural.	
	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal o pior colocado estadual é Calmon com 0,622.	
	Incidência da pobreza de 34 a 46% e um percentual de pessoas que vive na extrema pobreza chegando a 8%.	
	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica com taxa de distorção idade-série de 20 a 25% e taxa de abandono de 12 a 19%, ocupando a 35ª posição dentre as 36 regiões.	
	Cobertura de Esgoto Sanitário extremamente baixa de 2 a 8%. Índice de Cobertura Médica ocupando a 33ª posição dentre as 36 regiões.	

Fonte: Do autor, adaptado de IGBE (2012); Santa Catarina (2016) e Serviço Florestal Brasileiro (2019).

Esta região possui características majoritariamente voltadas aos setores da agropecuária e da indústria, com uma produção superior à média estadual. Destaca-se a grande porção do território destinada às florestas artificiais, o que caracteriza predominância da monocultura. As maiores perdas populacionais estão nas áreas rurais que apresentaram taxas de crescimento negativas, o que confirma a ocorrência do êxodo rural. Os indicadores de desenvolvimento humano e vulnerabilidade social apresentam situação muito abaixo da média do estado, numa condição que exige atenção especial, principalmente com a incidência da pobreza. Os indicadores mostram que a dimensão da renda foi a mais determinante nos resultados de desenvolvimento humano para essa microrregião (SANTA CATARINA, 2016).

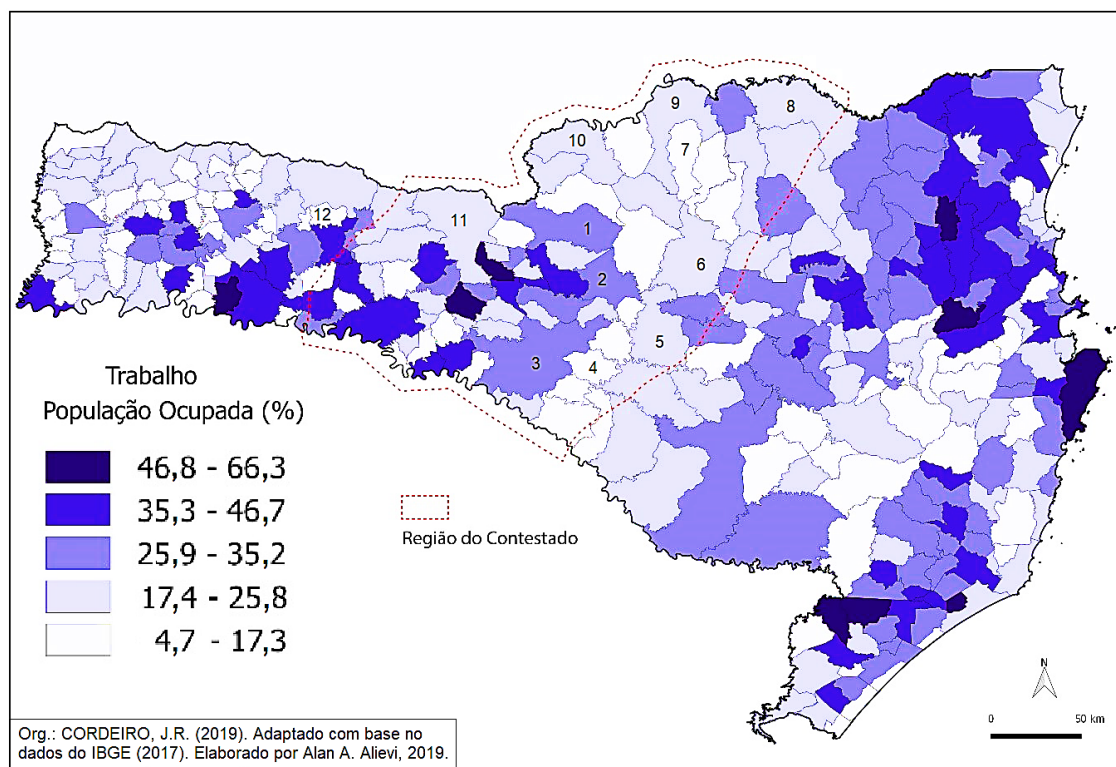
Portanto, pode-se concluir que a classe industrial está obtendo um comportamento eficiente e de elevado rendimento em relação às demais áreas do estado, o que deve ser considerado ótimo. Apesar disso, esse desempenho não se estende para os demais grupos sociais, uma vez que a classe trabalhadora dispõe das mais precárias condições sociais do estado.

Os grupos sociais espoliados na região do Contestado permanecem em reivindicação de justiça e reparações históricas com base nos ordinários indicadores sociais observados, por meio da atuação de diversas Organizações Não Governamentais (ONGs), como a Associação Cultural Coração do Contestado, a Associação Paulo Freire de Educação e Cultura Popular, a Associação Cabocla Filhos do Contestado, o grupo Renascença Cabocla, o grupo Resgate, entre outros. Assim, a região do Contestado apresenta as mais acentuadas desigualdades do estado.

Dando continuidade à avaliação dos indicadores socioeconômicos no estado de Santa Catarina, seguiremos observando dados estaduais apresentados por Cordeiro (2020). Na Figura 2, são encontrados os percentuais da população ocupada em Santa Catarina.

Em relação à ocupação, o IBGE define como conceito de população ocupada o grupo de pessoas que, no período de referência da coleta de dados, podem se enquadrar em qualquer uma das três situações: 1) trabalhar pelo menos uma hora completa em trabalho remunerado, independente da forma de remuneração; 2) trabalhar sem remuneração direta em ajuda à atividade econômica de membro do domicílio; 3) ter trabalho remunerado do qual estão temporariamente afastadas (CORDEIRO, 2020).

Figura 2 – Mapa da divisão municipal de Santa Catarina com graduação em cores representando o percentual da população ocupada. Os municípios assinalados são: 1- Caçador, 2- Fraiburgo, 3- Campos Novos, 4- Vargem, 5- Curitibanos, 6- Santa Cecília, 7- Bela Vista do Toldo, 8- Mafra, 9- Canoinhas, 10- Porto União, 11- Água Doce e 12- Ouro Verde

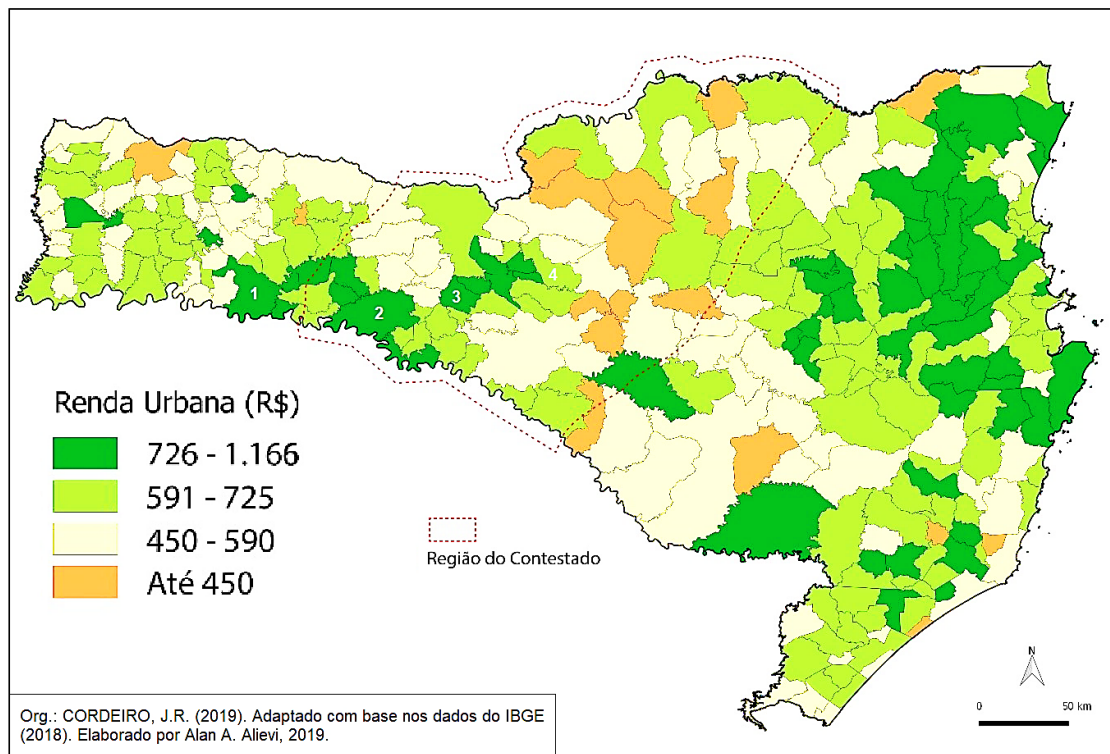


Fonte: Adaptado pelo autor de Cordeiro (2020).

Utilizar como indicador de trabalho o percentual da população ocupada torna mais abrangente a avaliação porque inclui os trabalhadores além daqueles registrados em empregos formais. Constatamos um mais elevado percentual de população ocupada na faixa Sudoeste da região do Contestado, indo de Chapecó até os municípios de Caçador, Fraiburgo e Campos Novos (na Figura 2 marcações de 1 a 3). A maior ocupação populacional nesta área é comparada à das regiões litorâneas e é atribuída à maior industrialização, incrementando serviços e comércio, conseqüentemente, com menor dependência do setor agropecuário. Ao contrário, em toda a região de contorno (na Figura 2 marcações de 4 a 12) até o extremo Oeste, o indicador de ocupação é muito baixo.

Na Figura 3, é mostrada a dimensão da renda urbana. Observa-se que os eixos de maior ocupação também são os que apresentam maior renda média domiciliar per capita, que na região do Contestado localiza-se no Sudoeste (na Figura 3 marcações de 1 a 4), indo de Chapecó até Videira. Aqui, é interessante ressaltar os valores de renda para os municípios do corredor entre Caçador, Fraiburgo e Campos Novos, que apesar de apresentarem um indicador de ocupação não tão baixo, como visto na Figura 2, mostram uma acentuada corrosão na renda. Assim, as mais baixas rendas do estado são observadas na região do Contestado.

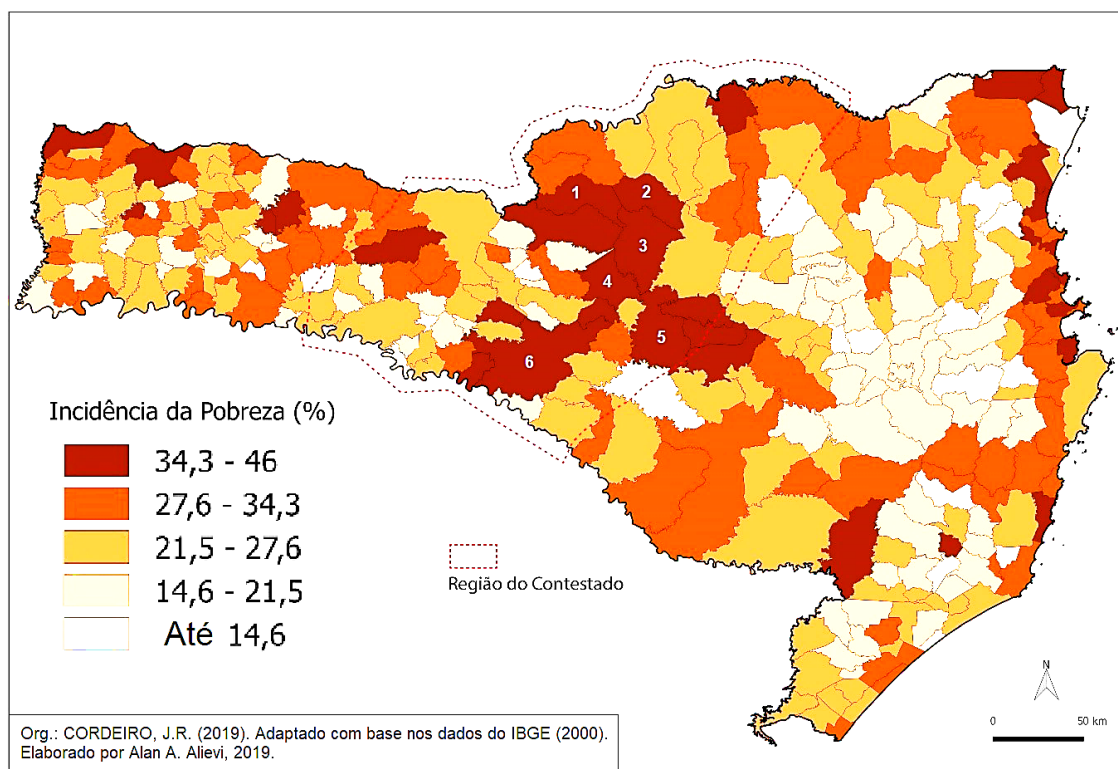
Figura 3 – Mapa da divisão municipal de Santa Catarina com graduação de cores representando a renda urbana mensal média domiciliar per capita. Os municípios assinalados são: 1- Chapecó, 2- Concórdia, 3- Joaçaba e 4- Videira



Fonte: Adaptado pelo autor de Cordeiro (2020).

Na Figura 4, mostra-se o percentual de incidência da pobreza, sendo notória a maior incidência na região do Contestado (exceto na área a Sudoeste) em comparação às demais regiões do estado. Embora haja um significativo desenvolvimento numa pequena parcela do território do Contestado, ainda persiste uma crônica condição de pobreza. Isto se deve também aos fatores históricos que privilegiam políticas públicas para as regiões litorâneas. Portanto, os dados demonstram que o Contestado é a região com a maior desigualdade de Santa Catarina.

Figura 4 – Mapa da divisão municipal de Santa Catarina com graduação de cores representando o percentual de incidência da pobreza. Os municípios assinalados são: 1- Calmon, 2- Timbó Grande, 3- Lebon Régis, 4- Fraiburgo, 5- Curitibanos e 6- Campos Novos



Fonte: Adaptado pelo autor de Cordeiro (2020).

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é um indicador que visa analisar a situação de um lugar, transferindo o foco exclusivamente do crescimento econômico para outros aspectos, como saúde e educação. Dessa forma, este indicador é o mais utilizado para avaliar a qualidade de vida de um lugar. Três municípios se mantiveram nas primeiras colocações de melhor IDHM estadual nos períodos de análise (1991, 2000 e 2010), sendo um deles a cidade de Joaçaba, localizada na região do Contestado.

Contudo, no mesmo período, a classificação dos piores IDHM do estado também estiveram na região do Contestado ou nos seus limites. Em 1991: Bela Vista do Toldo (0,316), Ouro Verde (0,315) e Vargem (0,288). No mesmo ano, o IDH de Santa Catarina foi 0,543 e do Brasil foi 0,493. Em 2001: Cerro Negro (0,475), Timbó Grande (0,453) e Calmon (0,427). No mesmo ano, o IDH de Santa Catarina foi 0,674 e o do Brasil foi 0,612. Em 2010: Vargem (0,629), Calmon (0,622) e Cerro Negro (0,621). No mesmo ano, o IDH de Santa Catarina foi 0,774 e o do Brasil foi 0,727 (IBGE, 2012).

Por último, enfatizaremos o preconceito estrutural como um dos aspectos fundamentais para a manutenção dos indicadores levantados. Neste sentido, deve-se considerar inicialmente que mesmo após o término da Guerra do Contestado, os coronéis representantes do poder local continuaram com

a “limpeza” nos anos seguintes, financiando jagunços para expulsão e extermínio da população cabocla do seu território de domínio. Este período foi denominado pelos historiadores de “açougue” e ocorreu durante décadas após o término da guerra.

A partir do silenciamento das narrativas sertanejas oriundas deste contexto, o caboclo foi, e muitas vezes ainda é, descrito pejorativamente como sinônimo de fanático, bandido, facínora, mestiço, pobre, ignorante, dentre outras denominações preconceituosas. Consequentemente, no decorrer do século passado, o apagamento cultural imposto por um desprezo intencional das elites deixou profundas marcas na estrutura social da região.

Em meados de 2019, a Instância de Governança Regional (IGR) “Vale do Contestado”, vinculada ao Ministério do Turismo, de forma isolada da maioria dos municípios, entidades educacionais, órgãos legislativos e instituições de memória, dividiu-se em duas instâncias chamadas “Vale dos Imigrantes” e “Caminhos do Contestado”. Tal mudança foi justificada como a “melhor” maneira de gerenciar e vender as regiões como roteiro turístico. Coincidentemente, os municípios que participam da IGR “Vale dos Imigrantes”, em sua maioria, são aqueles com maior IDHM, localizado no sentido Sudoeste da região do Contestado. Este ato despertou repúdio da comunidade cabocla local e dos pesquisadores sobre o movimento do Contestado pela decisão proferida (DENÚNCIA, 2019).

No Contestado, perdura o processo de apagamento da identidade cabocla. A insistência numa identidade forçada de um modelo europeizado que exclui grupos significativos da população local e apaga a diversidade é um processo de opressão organizado sistematicamente, mesmo que não intencionalmente, mas tem como consequência a alienação da população de sua história e de seu território, garantindo a manutenção do poder.

2 Identidades

Após introduzidos os conceitos sobre as desigualdades e situados os indicadores socioeconômicos na região do Contestado, vamos nos aprofundar nas condições de pertencimento que regulam as necessidades dos grupos que reivindicam situações desiguais. As desigualdades e sua reprodução na estrutura social podem ser abordadas do ponto de vista do *habitus*, expresso por Bourdieu (1983).

De modo geral, o *habitus* é um sistema de socialização com a função de transmitir conscientemente um conjunto de esquemas que serão apropriados de maneira inconsciente e difusa entre os indivíduos, constituindo sua cultura. Este sistema de transferência analógica de esquemas integra as experiências coletivas passadas e atua como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações. Assim sendo, a cultura não é somente um código comum ou um grupo de esquemas de valores particulares compartilhados, mas, sobretudo, é um conjunto de estruturas fundamentais sistematicamente transmitidas e profundamente assimiladas pelos indivíduos, a partir das quais se engendram uma infinidade de esquemas diretamente aplicados a situações particulares (BOURDIEU, 1983).

Formulada em um contexto específico, a noção de *habitus* adquire um alcance universal que permite examinar as características mais diversas de indivíduos dispostos às mesmas condições de existência. Setton (2002) aprimora o conceito, considerando o panorama contemporâneo de interde-

pendência entre as instâncias da socialização tradicionais — escola e família — e as instâncias informais das mídias de massificação. Estas instâncias configuram uma forma dinâmica e dialógica de relacionamento, são instituições constituídas por indivíduos em permanente interdependência entre si. Desta forma, a coexistência de distintas e interdependentes instâncias de socialização configura uma grande diversidade de referências e padrões identitários. No caso específico dos indivíduos da atualidade, grande parte deles socializados pelas mídias de massa, uma série de experiências e modelos identitários distintos apreendidos nos contextos locais são pulverizados. A mídia opera como agente socializador descontextualizado (SETTON, 2002). O autor Castells (2018), estudioso da sociedade em rede e suas consequências, de maneira geral nos aponta que

a centralidade das mídias de massa em nossa sociedade e a transformação tecnológica do processamento da informação e da comunicação em massa, colocou a política informacional no núcleo dos processos pelos quais o poder é alocado e exercido em nossa sociedade (CASTELLS, 2018, p. 12).

O mundo globalizado, em rede e de fluxos dinâmicos de informação traz uma separação generalizada entre o local e o global. O resultado disso é que os grupos sociais podem formar processos de identificação e pertencimento nos quais a dimensão simbólica não está mais relacionada ao lugar onde estes grupos estão inseridos. Conseqüentemente, há uma separação entre estruturas de espaço e poder. A lógica de criação de poder na rede global e a lógica de associação e representação coletiva local se distanciam. É como se os sujeitos no interior do Contestado necessitassem manter padrões e valores europeizados. Desta forma, em meio virtual, tais sujeitos cultuam os valores de uma sociedade cuja estruturação é bastante diferente do modo de vida local. Portanto, as motivações e as ações desses sujeitos serão conflitantes às necessidades reais daquele lugar (CASTELLS, 2018; HALL, 2006).

Identificar-se com determinados objetos, canções, religiões, posicionamentos morais, lugares, assim por diante, é reconhecer este algo em si. É um movimento constante para tornar-se semelhante ou igualar-se a algo dentro de um contexto. Em função disso, é um processo reflexivo e conflitante, pois envolve processos relativos da construção social de cada indivíduo. Então, a identidade pode ser descrita com uma busca de cada indivíduo por reconhecimento daquilo que o distingue de outros indivíduos em uma sociedade (CASTELLS, 2018; HALL, 2006).

A identidade individual tem uma dimensão subjetiva inerente, ainda mais no mundo globalizado em que umas das principais características é a individualização, esta subjetividade é cada vez mais fortalecida. Uma pessoa com um aparelho conectado à internet nas periferias da China, por exemplo, pode se motivar e agir conforme o movimento hip-hop dos Estados Unidos, se para ela houver uma representação significativa da sua realidade. Enquanto isso, o movimento hip-hop carrega valores próprios na sua forma de expressão em crítica às condições dos sujeitos especificamente do local onde o movimento surgiu. Veja também que, num mundo global, muitas pessoas das periferias urbanas certamente se sentirão pertencentes a condições similares.

Por outro lado, a identidade coletiva adquire uma dimensão social mais objetiva e uma dimensão concreta se constitui diante de um espaço simbólico. Em geral, diversos valores culturais circulam entre os diferentes indivíduos de um local, os quais aprovam ou refutam certas ideias e comportamentos, se estabelecendo enquanto grupo naquele contexto. Por meio deste processo de identificação, os indivíduos acabam reconhecendo um senso comum em suas orientações. Senso que acaba sendo materializado nos símbolos de pertencimento. A construção social desses lugares ocorre por meio dessas interações. Voltando ao exemplo, a pessoa da China que se identifica com o hip-hop pode também estar se afastando da cultura local, e os espaços onde ela circula já não serão mais simbólicos, redirecionando suas motivações e ações (CASTELLS, 2018 ; HALL, 2006).

O lugar é considerado o suporte essencial da identidade porque as pessoas carregam ligações emocionais com estes espaços, sendo um centro de valores e sentidos. Por isso, a construção da identidade passa pela consideração de uma herança e pela preservação de um patrimônio. Assim, os locais de memória são fundamentais para a formação da identidade territorial. No período da Guerra do Contestado, muitos imigrantes alemães, italianos e poloneses que chegaram décadas antes acabaram se “abrasileirando”, isto é, assumiram o modo de vida da população cabocla local para viver em um território desconhecido, demonstrando uma forte relação de integração com este território (HAESBAERT, 2013; LE BOSSÉ, 2013).

Porém, o imigrante também leva a territorialidade consigo devido às ligações que tem com seu local de origem. Os grupos sociais não apenas absorvem a identidade local, como também levam sua cultura, tentando reproduzi-la no lugar de destino. Isto traduz a ambiguidade que envolve a identidade em relação ao espaço. Ao contrário do que ocorreu no passado, atualmente, muitas das pessoas que vivem na região do Contestado se autodefinem como alemãs, italianas ou polonesas pelo fato de serem descendentes de imigrantes dessas regiões. No mundo globalizado, tais pessoas podem ter acesso a um modo de vida europeizado, seja no sobrenome, na forma de se vestir, na culinária, na arquitetura, nos valores familiares, entre outros, mas o território onde vivem não é a Europa.

A relação da identidade com o território também tem um caráter variável e contextual, atraindo inevitavelmente uma dimensão ideológica de disputa. Logo, a identidade territorial não pode ser separada da dimensão social. Todavia, os grupos sociais podem muito bem formar identidades em que a dimensão simbólica se sobrepõe à dimensão concreta. Nem toda identidade toma um espaço físico com referência, como na identidade de gênero, por exemplo. Este tipo de identidade é chamada de identidade social (HAESBAERT, 2013; LE BOSSÉ, 2013).

Pode-se classificar três tipos de identidades. A identidade dominante, também chamada de legitimadora ou global, é introduzida pelas instituições e grupos dominantes da sociedade no intuito de expandir e racionalizar sua hegemonia, sendo então dada pelas estruturas eficientes de poder. A identidade de resistência é encontrada em posições ou condições desvalorizadas, construindo assim “trincheiras” de resistência e sobrevivência, reforçando memórias coletivas oprimidas. Este tipo de identidade dá origem a formas de organização contra as opressões, revertendo o julgamento de valores, por isso, muitas vezes é determinada por segregação, enfrentamento e luta. Logo, as diferentes identidades dominantes e de resistência raramente se comunicam por serem constituídas de incluídos e excluídos.

Neste sentido, a identidade transformadora, que também pode ser chamada de identidade de projeto ou pluricultural, visa modificar a sociedade ao introduzir um novo conjunto de valores. Comumente, as identidades transformadoras surgem a partir das identidades de resistência. Elas surgem quando os atores sociais, baseados em qualquer material cultural fruto do diálogo entre as identidades de resistência e dominante, constroem uma identidade de redefinições das posições sociais em busca da transformação da estrutura social como um todo. Deste modo, a busca pelo significado ocorre no âmbito da reconstrução de identidades (CASTELLS, 2018; LE BOSSÉ, 2013).

2.1 A identidade no Contestado

Na sequência do texto, serão descritos alguns elementos fundamentais da identidade no Contestado, entretanto, apenas um levantamento inicial deve ser introduzido. A proposta daqui em diante é que, a partir dos conceitos apresentados, seja possível que o leitor busque e promova reflexões adicionais sobre o tema. Este texto poderá embasar e motivar a análise dos elementos simbólicos do Contestado presentes nas comunidades locais. Logo, o debate não se encerra aqui, havendo uma série de detalhes a ser explorados ainda.

No Contestado existe uma enorme riqueza de elementos simbólicos de memória que delimitam uma identidade coletiva. Para citar o principal desses símbolos, tem-se a bandeira levantada pelos caboclos na Guerra do Contestado, que até hoje mantém-se hasteada nas instituições das cidades da região. A bandeira do Contestado é constituída por uma cruz verde com as pontas chanfradas, centralizada em um fundo branco. Cada um desses elementos é a materialização simbólica da cultura do povo caboclo: a cruz representa uma profunda religiosidade cristã; a cor verde sobre o fundo branco, por sua vez, representa a esperança de paz e de uma vida “melhor”, na qual todos viveriam como iguais; os chanfros nas pontas da cruz representam a luta e o sacrifício das vidas pelo território (THOMÉ, 1992).

Os caboclos do Contestado praticavam um catolicismo rústico, no qual alguns dos símbolos tradicionais foram transformados de acordo com a cultura local. A partir disso, surge a figura do santo, monge e profeta João Maria. No final do século XIX e início do século XX, diversos eremitas peregrinavam pelo Sul do país, e o monge João Maria é a figura que simboliza, ainda contemporaneamente, os anseios da população sertaneja cabocla. É tratado constantemente como santo popular e pode ser entendido como uma entidade encantada. Depois de mais de um século da passagem do monge pelas terras Contestadas, São João Maria foi construído a partir de um contexto sociocultural e um espaço simbólico próprio, fornecendo à população um modelo de conduta, conferindo significado e valor à sua existência e estabelecendo seus princípios ideológicos. Apesar de não se saber quais monges exatamente passaram pela região do Contestado, existe o registro histórico da trajetória de três personagens: João Maria d’Agostinho, João Maria de Jesus e José Maria, os quais foram correlacionados a esta entidade. João Maria é caracterizado como um monge que orava e seguia os mandamentos de Deus, pregava penitência e era um profeta que previa o apocalipse. Também era conhecido por praticar e

aconselhar o “bem”, batizava, receitava remédios e dava esperança à população (THOMAS, 2014; WELTER, 2018).

João Maria é, para seus devotos, um santo que cura, abençoa e protege, cuja presença é sentida em grutas, cruzeiros, nascentes e plantas. As crenças, ritos e mitos sobre São João Maria estão fortemente ligados a elementos da natureza, como as fontes de água abençoadas, onde eram colocados cruzeiros, em geral feitos de cedro. A escolha específica do cedro rosa, espécie nativa *Cedrela fissilis*, demonstra profundo respeito à natureza nos ensinamentos de João Maria, posto que a utilização deste tipo de madeira não mata a árvore para confeccionar a cruz, pois ela rebrota ao ser colocada “verde” na terra. Esta íntima relação sagrada com a natureza também pode ser constatada nos benzimentos e ervas-medicinais que curavam a população (THOMAS, 2014; WELTER, 2018).

Figura 5 – (A) Bandeira utilizada pelos caboclos durante a Guerra do Contestado em posse do Museu do Paraná, Curitiba-PR. (B) Fotografia do Profeta João Maria no período de 1908



Fonte: (A) Imagem publicada em jun. 2019 pelo perfil do Museu Paranaense, disponível em: <https://www.facebook.com/MuseuParanaense/posts/2044080502381529/>, acesso em mar. 2022. (B) Imagem publicada em dez 2016 no site Wikipédia, disponível em: https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Jo%C3%A3o_Maria_de_Jesus.jpg, acesso em mar. 2022.

A entidade João Maria deu sentido messiânico e mítico para José Maria tornar-se uma liderança, reunindo os caboclos e resgatando a esperança em dias melhores. Atribuída a José Maria, a frase “Quem tem, mói; quem não tem, mói também, e no fim todos ficam iguais” representa o espírito coletivo ou irmandade do modo de vida caboclo nas cidades-santas, o qual foi baseado fortemente num modelo de partilha. Este modelo era a representação de um mundo melhor para os caboclos expulsos de seu território, assim motivando-os a combater as injustiças ocorridas na época da Guerra do Contestado (THOMAS, 2014; WELTER, 2018).

Os elementos simbólicos descritos acima contornam uma identidade de resistência que persevera no Contestado até hoje. Grande parte deste patrimônio material presente na paisagem, como olhos d’água, cruzeiros e grutas de São João Maria, estão deteriorados na região, apesar da enorme importância histórica e cultural. Mesmo após as tentativas de apagamento da memória coletiva no Contestado por décadas, a região saiu do silenciamento com a redemocratização do Brasil, havendo grande mobilização de pesquisadores e associações civis para romper com os processos de opressão e para resgatar os elementos simbólicos dispersos e fragmentados nas comunidades locais.

Atualmente, as diversas associações culturais e instituições educacionais continuam o trabalho de resgate histórico, permanência e fortalecimento da identidade do Contestado. O crematório de Perdizinhas foi o primeiro local do Contestado tombado como patrimônio histórico nacional. Nos últimos anos, alguns municípios da região têm instaurado, por meio de leis municipais e mobilização popular, a Semana do Contestado, no período do dia 22 de outubro, data da primeira batalha. Outros eventos comemorativos em memória da cultura cabocla também têm sido realizados na região, como Congresso do Contestado, Acampamento Caboclo, Recomendação das Almas, Cavalgada de São Sebastião, entre outros.

Como indicação de material para estudo e exercício sobre a identidade no Contestado, sugerimos quatro documentários produzidos recentemente que fornecem um panorama atual deste cenário. Novamente, não atentaremos à análise do material, será feita somente uma breve abordagem descritiva com a finalidade de localizar o leitor em relação à problemática. A metodologia de produção dos documentários foi baseada num processo de escuta de alguns indivíduos representantes dos grupos sociais no Contestado. Não foram realizadas entrevistas pré-roteirizadas, assim como a etapa de roteirização foi realizada somente após a decupagem do material audiovisual bruto. Na equipe produtora não houve a posição do diretor, ao passo que todos os autores participaram integralmente das etapas da produção, caracterizando obras coletivas.

Essas produções tiveram como finalidade a divulgação científica, na linguagem audiovisual, da identidade do Contestado, fornecendo um panorama atual deste cenário. Acima disto, também são uma forma de expressão artístico-cultural oriunda do diálogo entre o meio acadêmico e o meio popular que refletem um conjunto de valores e símbolos locais. Neste caso, evidenciam-se aspectos inseparáveis da formação acadêmica e do processo de construção social. Este artigo fundamenta-se no estruturalismo construtivista (PIAGET, 1979), entendendo que a construção do conhecimento ocorre a partir da interação entre o observador e o objeto. Por isso, o material audiovisual produzido é utilizado como base de dados para a análise e reflexão sobre os processos de construção da identidade no Contestado.

No primeiro documentário, intitulado *Águas Santas: a terceira margem do rio* (2020), o título já indica um lugar de fala que supõe uma interposição identitária. Na abertura deste documentário toca um terço cantado chamado Glória, tradicional na região e rezado desde a época da Guerra do Contestado. Logo em seguida, diversas personagens definem o caboclo segundo sua própria visão. Na sequência, há uma série de entrevistas protagonizadas por mulheres que relatam a importância do feminino, as dificuldades encontradas na condição de vida da região, bem como traçam um paralelo com a construção histórica do papel feminino. Após o ápice da narrativa, iniciam-se relatos das violências contra a mulher constatadas acentuadamente nos dias de hoje. No segundo momento do filme, o masculino é enfatizado a partir de valores atribuídos ao papel do pai, chegando em novo ápice da narrativa sobre os contos do monge João Maria. Tensionando novamente a narrativa, os depoimentos descrevem a visão de terror da guerra, com destaque para as histórias do último líder dos caboclos, Adeodato. Por último, as violências relacionadas às “masculinidades” são relatadas sobrepondo os fatos históricos.

Em outros dois documentários são retratadas as precárias condições de duas comunidades caboclas, uma urbana e outra rural, denunciando as acentuadas desigualdades observadas no Contestado. O filme intitulado *Vila Usina* (2021) mostra as condições de vida numa comunidade próxima ao centro urbano do município de Caçador, onde os moradores vivem sem direitos básicos, como acesso à água e energia elétrica. Já *Invernada dos Negros* (2021) conta a história dos quilombolas, suas lutas pelo território e pelo acesso à educação. O quarto documentário, intitulado *Povos da Floresta* (2021), traz uma narrativa que conecta a cultura cabocla às questões relacionadas à agroecologia. Por fim, destaca-se nestes documentários como os indivíduos do Contestado se fortalecem enquanto coletivo, apesar das dificuldades enfrentadas.

Ao falarmos da identidade no Contestado, não podemos deixar de citar dois personagens fundamentais, Romário Borelli e Vicente Telles, que são artistas simbólicos na promoção da cultura cabocla. Borelli (1979) escreveu a peça teatral musicada *O Contestado*, que retrata a história da guerra. Esta peça foi representada pela primeira vez durante a ditadura militar, ato que levou à prisão do dramaturgo pela censura. Borelli apresenta em sua obra uma grande riqueza de detalhes sobre a linguagem cabocla, e suas músicas trazem como destaque do arranjo a viola. Vicente Telles é outro personagem que disseminou amplamente o folclore do Contestado também compondo músicas. Telles ficou conhecido como a “voz de sangue”, por trazer em suas declamações um enfoque para as mortes e injustiças. Trajava um gorrinho de couro de jaguatirica, tal qual o monge, e com seu acordeão cantou a história e os personagens do Contestado na obra *Aquarela do Contestado* (PEREIRA, 2016).

A música é uma forma cultural bastante popular, pois é um meio para as pessoas comunicarem suas experiências, sendo então uma fonte de símbolos para a construção da identidade de um lugar. As composições musicais devem ser entendidas como diálogos sociais que refletem os cenários deste lugar. Por isso, devem ser levados em consideração os compositores, os arranjos, os músicos, os instrumentos, entre outros. Ambos os artistas, Romário Borelli e Vicente Telles, produziram composições que possuem linhas melódicas complexas e diversificadas, com forte influência dos gêneros musicais nativista e sertanejo. Os instrumentos utilizados nos arranjos, os ritmos e as harmonias

seguem a originalidade da música popular brasileira. As letras das composições remetem à época da guerra, escancarando as injustiças e recuperando aspectos da cultura cabocla sistematicamente deixada de lado. Portanto, estes são os mais importantes registros musicais da identidade de resistência no Contestado.

Finalizando este levantamento das identidades no Contestado, analisaremos o discurso de artistas que têm produções musicais recentes, baseadas nos materiais culturais do Contestado. O documentário *Guardiões do Mensageiro* (2021) apresenta o relato de Vicente de Paula e Nancy Lima sobre a trajetória e ensinamentos de Vicente Telles. Para analisar o discurso de tais artistas, vejamos o seguinte trecho do filme: “[...] a missão dele [Vicente Telles] era lembrar a dor, de que teve morte... essa era a missão dele, não é a nossa. A nossa hoje em dia é dar continuidade [...] com a nova era [...] agora a gente tem que fazer diferente”. Além disso, na apresentação dos artistas, a importância da ancestralidade e o relato sobre a produção da música *Chega de ilusão*, ponderando a letra para uma posição na qual todos têm responsabilidade sobre a construção social do Contestado, evidenciam um posicionamento identitário que considera o todo não somente como uma junção de suas partes, buscando entender integralmente esse contexto (GUARDIÕES, 2021). Em outro vídeo, intitulado *As Contestadas* (2021), a artista Rafaela Ventz relata o seu processo de identificação e pertencimento no Contestado a partir de um olhar para a ancestralidade. Vemos que o discurso da artista corrobora o relato anterior, como observado no trecho: “[...] quando se trata de Contestado, sim, vai haver conflito [...] mas, cabe a nós agora como reagir [...] trazer para o agora, para uma evolução, não querendo ficar condenando ou julgando [...] a questão é, com esse presente que a gente recebeu da vida, o que a gente faz com ele hoje” (AS CONTESTADAS, 2021).

Conclui-se que, em ambos os discursos, há um esforço para quebrar o tensionamento entre a oposição das identidades dominante e de resistência em transformação da realidade. Desta forma, uma vontade de poder de mudança conduz a uma identidade transformadora predominante, em alinhamento com movimentos contemporâneos como o feminismo e o ambientalismo.

3 Considerações finais

Neste capítulo, foram definidos pontos essenciais para o entendimento das desigualdades. Definiram-se as desigualdades sociais, de gênero, étnica, educacional e econômica, bem como sua relação com acessibilidade e equidade. Após, o apontamento dos dados socioeconômicos da região do Contestado realçou a mais acentuada desigualdade do estado de Santa Catarina nesta região. Posteriormente, também foram definidos pontos essenciais para o entendimento das identidades no mundo globalizado, como as identidades individual, coletiva, territorial, social, dominante, de resistência e de transformação. Destacaram-se os elementos simbólicos do Contestado, assentados na figura de São João Maria. Trouxemos a indicação de materiais audiovisuais como uma proposta metodológica para reflexão e análise dos elementos identitários atuais, sendo possível encontrar elementos da identidade de resistência e da identidade transformadora.

O aumento das desigualdades é um dos grandes problemas contemporâneos. Este fato está diretamente relacionado aos fenômenos do mundo capitalista globalizado, como a concentração de renda, a destruição e a escassez dos recursos naturais, a naturalização da injustiça e a inibição do pensamento crítico pela falta de associação comunal. Por isso, há necessidade de “construir categorias para pensar a realidade que possam gerar ações de mobilização coletiva em confrontação com os significados que desmobilizam e paralisam” (SIRVENT, 2008, p. 22).

A identidade coletiva dá centralidade aos fatores culturais, às redes de pertencimento e ao compartilhamento de valores, por conseguinte, leva ao engajamento dos indivíduos e grupos sociais. Dar ênfase aos aspectos da identidade coletiva torna os indivíduos e grupos sociais preocupados com a orientação de suas ações. Porém, em vista dos processos excludentes da identidade cabocla no Contestado, é preciso desenvolver a autoestima, mudar a imagem e as representações sobre a vida da população para poderem participar. É necessária a articulação de redes educacionais e culturais, assim como interações mais frequentes e contínuas entre instituições e associações, visto que a dimensão socio-relacional é fundamental para motivar a participação, combater a exclusão e incentivar a transformação da sociedade em favor da redução das desigualdades.

Para tanto, este capítulo abordou fundamentos básicos para que educadores e agentes culturais juntem elementos para debater em suas comunidades. Revitalizar os símbolos da cultura cabocla é fortalecer a diversidade, a coletividade e a solidariedade. Os ensinamentos de São João Maria pregam um profundo respeito e uma relação sinérgica com a natureza, tão importante no contexto de degradação ambiental em que vivemos. A transformação dos valores dominantes do consumismo e do individualismo para uma condição que permita a recuperação do ambiente e da equidade passa integralmente pela valorização da cultura cabocla no Contestado. Esta valorização busca, portanto, transformar a sociedade para uma condição em que os diferentes grupos sociais possam coexistir harmoniosamente.

Referências

- ÁGUAS Santas: a terceira margem do rio. 1 vídeo (1h40min). [Florianópolis]: IFSC, 2020. Publicado pelo canal IFSC. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=EWSFG8GsxCE>. Acesso em: jan. 2022.
- ARROYO, M. G. Reafirmação das lutas pela educação em uma sociedade desigual? **Educação e Sociedade**, v. 39, n. 145, p.1098-1117, 2018.
- AURAS, M. **Guerra do Contestado**: a organização da irmandade cabocla. São Paulo: Cortez, 1984.
- BORELLI, R. J. **O Contestado**. Curitiba: Museu da Imagem e do Som do Paraná, 1979.
- BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- CASTELLS, M. **O poder da identidade**: a era da informação, v. 2. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2018.
- AS CONTESTADAS. 1 vídeo (13 min). Caçador, SC: IFSC, 2021. Publicado pelo canal IFSC Caçador. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=egxjhtw2wQA>. Acesso em: jan. 2022.
- CORDEIRO, J. R. **O Contestado do século XXI**: ocultação da pobreza e invisibilidade cabocla. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), UFSC, Florianópolis, 2020.
- COSTA, S. Desigualdade, diferença, articulação. **Caderno CRH**, v. 32, n. 85, p. 33-45, 2019.
- DENÚNCIA: querem acabar com o Vale do Contestado. 2019. 1 vídeo (27 min). Publicado pelo canal Portal Desacato. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=r8hqtHkV1eY>. Acesso em: jan. 2022.
- FRAGA, N. C. **Vale da morte**: o Contestado visto e sentido “entre a Cruz de Santa Catarina e a espada do Paraná”. 2. ed. Blumenau: Hemisfério Sul, 2015.
- GOHN, M. G. Teorias sobre a participação social: desafios para a compreensão das desigualdades sociais. **Caderno CRH**, v. 32, n. 85, p. 63-81, 2019.
- GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Ciências Sociais Hoje**, p. 223-244, 1984.
- GUARDIÕES do mensageiro. 1 vídeo (23 min). Caçador, SC: IFSC, 2021. Publicado pelo canal IFSC Caçador. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=au2v2hO6lcE>. Acesso em: jan. 2022.
- HAESBAERT, R. Identidades territoriais. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (org.). **Geografia cultural**: uma antologia, v. 2. Rio de Janeiro: Eduerj, 2013.
- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HIRATA, H. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, v. 26, n. 1, p. 61-74, 2014.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.
- INVERNADA dos negros. 1 vídeo (30 min). Caçador, SC: IFSC, 2021. Publicado pelo canal IFSC Caçador. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5rbETobiNk8>. Acesso em: jan. 2022.
- LE BOSSÉ, M. As questões de identidade em geografia cultural: algumas concepções. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R.L. (org.). **Geografia cultural**: uma antologia, v. 2. Rio de Janeiro: Eduerj, 2013.

- O'DWYER, E.C. Etnicidade e direitos territoriais no Brasil contemporâneo. **Iberoamericana**, v. 42, p. 111-125, 2011.
- PAIVA, A. R.; MATTOS, P. Questões teóricas na desigualdade social contemporânea. **Caderno CRH**, v. 32, n. 85, p. 9-13, 2019.
- PEREIRA, M. Vicente Telles: O mensageiro do Contestado. Florianópolis: Insular, 2016.
- PIAGET, J. O Estruturalismo. São Paulo: Difel, 1979.
- POVOS da floresta. 1 vídeo (16 min). Caçador, SC: IFSC, 2021. Publicado pelo canal IFSC Caçador. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=iHKWi8T7Tp0&t=826s>. Acesso em: jan. 2022.
- SANTA CATARINA. **Perfil socioeconômico da ADR Caçador**. Florianópolis: SPG, 2016.
- SCOTT, J. W. O enigma da igualdade. **Estudos Feministas**, v. 13, n. 1, p. 11-30, 2005.
- SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO. **Inventário Florestal Nacional**: principais resultados: município de Caçador-SC. Brasília, DF: MAPA, 2019.
- SETTON, M. G. J. A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. **Revista Brasileira de Educação**, n. 20, p. 60-70, 2002.
- SIRVENT, M. T. **Educación de adultos**: investigación, participación, desafíos y contradicciones. 2. ed. Buenos Aires: Minõ Dávila, 2008.
- THOMAS, D. G. **Giovanni Maria de Agostini wonder of the century**: the astonishing world traveler who was a hermit. Las Cruces: Doc 45 Publishing, 2014.
- THOMÉ, N. **Sangue, suor e lágrimas no chão do Contestado**. Caçador: Incon Edições, 1992.
- VALENTINI, D. J.; ESPIG, M. J.; MACHADO, P. P. **Nem fanáticos, nem jagunços**: reflexões sobre o Contestado (1912-1916). Pelotas: UFPel, 2012.
- VILA USINA. 1 vídeo (20 min). Caçador, SC: IFSC, 2021. Publicado pelo canal IFSC Caçador. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=agfoNfinTno&t=3s>. Acesso em: jan. 2022.
- WELTER, T. **Encantado no meio do povo**: a presença do profeta São João Maria em Santa Catarina. São Bonifácio: Instituto Egon Schaden, 2018.



Mosaicos: aspectos da formação histórica do Planalto Catarinense

Zilma Isabel Peixer¹

1 Introdução

A região do Planalto Catarinense, também conhecida como Serra Catarinense ou Campos de Cima da Serra, situa-se na área central do estado de Santa Catarina, Região Sul do Brasil. É um território com uma grande diversidade de povos, culturas e histórias.

Há diversas formas de olhar, relatar e compreender as estratégias de ocupação e formação dos territórios e identidades da Serra Catarinense. Um olhar étnico-cultural, à primeira vista, parece destacar os descendentes de italianos, alemães, japoneses, poloneses, açorianos e portugueses, mas, sob um olhar mais atento, ressaltam-se os descendentes do Congo, Zimbábue e Cabo Verde. Mirando um pouco mais atentamente, ressaltam-se ainda os descendentes de Kaingang, Xokleng e Guarani. Um olhar econômico destaca as atividades do tropeirismo, da pecuária, da extração da madeira, das fazendas, do turismo rural, das hidroelétricas. Um olhar pela forma de uso territorial evidencia fazendas, sítios, cidades, distritos, casas, jardins e quintais. Um olhar que se dá pelas festas locais, o pinhão, as exposições agropecuárias, os rodeios e torneios de laço. Um olhar pela religiosidade perpassa igrejas, mesquitas, terreiros, religiões em suas vertentes institucionais, e pela religiosidade popular nos caminhos do Monge João Maria. Ou, ainda, um olhar que ressalta as lutas empreendidas nas comunidades quilombolas, no Contestado, na república Juliana, nos movimentos de Atingidos por Barragens. Essas múltiplas dimensões configuram a Serra Catarinense. Estão inscritas na materialidade das formações urbanas e rurais, dos traçados das cidades, dos hábitos, dos gostos e práticas de vida. Configuram as dimensões econômicas, sociais, políticas, culturais e ambientais.

Neste texto vamos apresentar algumas interfaces desse mosaico histórico, cultural e econômico, com referenciais presentes no patrimônio imaterial e material da região. Estão presentes na paisagem natural e na construída, às vezes invisibilizadas nos caminhos e percursos ou naturalizadas no cotidiano dos grupos sociais. Fazem parte da memória inscrita no território. É um recorte bibliográfico de aspectos da história e da formação cultural e econômica. Não tem pretensões de esgotar ou de ser totalizante sobre os diversos processos sócio-históricos que constituíram e constituem as formas e experiências humanas na região. São recortes dessa rica, diversa e conflituosa organização social e cultural.

¹ Professora do Departamento de Ciências Naturais e Sociais da Universidade Federal de Santa Catarina.

2 Compendo o mosaico: as cores da terra

Você já participou de uma roda de chimarrão? A roda do chimarrão é uma prática muito comum nessa região, é uma roda para contar histórias, lendas e mitos, ao mesmo tempo que se compartilha essa bebida típica da América do Sul. Em muitas memórias, o chilar da chaleira já lembra que está na hora do chimarrão. E por aqui podemos começar nosso mosaico. Essa bebida tão apreciada no Planalto Catarinense, que muitos ligam aos hábitos dos povos dos pampas, é um costume que herdamos dos pioneiros que chegaram nesta região. Pioneiros? Sim, estamos falando dos primeiros povos, ou povos originários.

Estudos arqueológicos demonstram evidências de ocupação humana efetiva em toda a América muito antes de 1500. Estudos recentes, como o desenvolvido por Vialou *et al.* (2017), identificaram vestígios de dois momentos de ocupação aqui na América do Sul: a primeira há 27 mil anos, e outra entre 12 mil anos atrás. Esses dados são oriundos das pesquisas realizadas no sítio arqueológico de Santa Elina, no Estado do Mato Grosso (PIVETTA, 2017). Os autores destacam diferentes práticas tecnológicas e econômicas presentes.

Essa é uma história ainda pouco conhecida e, muitas vezes, deliberadamente suprimida. Havia diversas civilizações, com seus idiomas, tecnologias e conhecimentos específicos. E aqui na Região Sul também. Na Serra Catarinense, os estudos pioneiros realizados por Piazza e Rohr nos anos de 1966 e 1971, respectivamente, apresentam evidências arqueológicas da ocupação humana por mais de dois mil anos, tais como sítios cerâmicos, oficinas líticas, inscrições rupestres, abrigos sob rochas e casas subterrâneas (NOVASCO, 2018). Vale destacar as estruturas subterrâneas, as famosas casas subterrâneas.

Em 1969, Piazza identificou cinco sítios arqueológicos na região serrana; em 1971, foram identificados por Rohr 14 sítios arqueológicos com a presença dessas estruturas, algumas isoladas e outras com aglomerados de até 10 unidades, com diâmetros em torno de 2 a 10 metros (REIS, 2007). Em pesquisa realizada em 1974, há detalhamentos de 83 sítios arqueológicos, situados nos municípios de Lages, Bom Retiro, Bocaina do Sul, Painel, Capão Alto, Palmeira, Ponte Alta do Sul e São José do Cerrito. A maior parte desses sítios possuíam até três estruturas subterrâneas, entretanto, em um deles foram identificadas 68 estruturas (REIS, 2007). Há evidências de que a ocupação remonta a 1800 e 250 anos atrás. Em 2018, as estruturas subterrâneas em São José do Cerrito foram foco de nova pesquisa arqueológica, realizada por Novasco (2018). Em novas datações encontrou referências a estruturas comunitárias de populações que viviam aqui há 1.000 anos. O autor considera essas estruturas como sistema de assentamentos, ou seja:

correlação funcional entre diferentes estruturas coetâneas e associadas a um mesmo grupo humano, correspondendo a áreas de atividades específicas que resultam não somente da adoção de estratégias de subsistência, mas, também, das práticas sociais, políticas e simbólicas (NOVASCO, 2018, p. 12).

O autor demonstra em seus estudos também processos de interação e intervenção humana no ambiente local. As estruturas subterrâneas eram utilizadas como moradia e espaços comunitários, com fins diversos, por exemplo, religiosos, administrativos e festas. Referências semelhantes foram estudadas por Ana Herberts no vale do Rio Pelotas, onde destaca que “os sítios residenciais diferenciam-se entre unidades domésticas escavadas e protegidas para o inverno, e unidades domésticas menos elaboradas para o período do verão” (HERBERTS, 2006, p. 164).

Há aqui uma diversidade de indícios arqueológicos sobre a existência e a ocupação desse território. Em épocas historiográficas recentes até 1700, esse foi o território de vida dos povos Guarani, Xokleng, Kaingang, que resistiram à invasão e incorporação de suas terras pelo sistema colonial português. Lembrando que os povos definiam seus territórios a partir de outros limites, não correspondendo necessariamente aos limites hoje utilizados (BRIGHENTI, 2013).

A confluência de forças e a disputa territorial irão mudar e moldar esse território com outras conexões. A ocupação territorial promovida pelos povos europeus representou uma nova forma de ocupação e estruturação social na região. Os habitantes locais tiveram suas terras invadidas e suas comunidades destruídas. Aos poucos o sistema colonial foi sendo implantado. Nesse processo, a invasão e o aprisionamento deram os tons no mosaico. Como salienta Porto-Gonçalves (2021), a formação do “sistema mundo moderno-colonial” se fez a partir da desterritorialização dos povos originários da América, bem como da desterritorialização dos povos originários da África. Esse processo foi importante para a geração e a concentração de riqueza dos países europeus e está na base do seu desenvolvimento econômico.

Em 1492, quando Colombo chega a esse continente, e depois em 1500, quando Pedro Álvares Cabral declara as terras ao sul do continente como pertencentes a Portugal, houve um processo de legitimação, criando uma ficção de que esses eram territórios vazios e de que era um “direito divino” atribuído aos europeus a incorporação dessas terras e riquezas para sua utilização. Então, há um processo de colonização para o qual se utilizam diversas estratégias, desde atos de violência, guerras, negociações e também de negação da humanidade aos outros não europeus. Como nos explica Vandana Shiva (2020), as terras da América foram consideradas “Terra nullius” , ou seja, essa

era a jurisprudência legal na época de Colombo e na época da colonização britânica. Ou seja, a terra está vazia, não pertence a ninguém. Então, primeiro declara-se uma coisa vazia, nullius. [...] Primeiro justifica-se a exterminação para colonizar. As duas coisas têm de estar juntas. O vazio para o extermínio e para a colonização. Primeiro temos de esvaziar o lugar das pessoas originais para assumir o controle (SHIVA, 2020).

Bem fácil de observar esse movimento político-cultural, mas você já pensou o quanto conhecemos sobre os primeiros povos? Por que ainda é comum referir-se a eles como “bugres”? Ou, ainda, por que não pensamos sobre os “caboclos” e os diversos preconceitos vinculados a seu modo de vida e organização de trabalho?

Depois de 1500, já no século XVIII, essa região começou a fazer parte do interesse imperial, que agora focava no processo de expansão dos territórios da colônia portuguesa e nas melhores formas de viabilizar caminhos e aproveitar as riquezas existentes na natureza local. Nessa lógica expansionista, foram implementadas vilas que serviram de apoio ao sistema de comercialização de produtos ambientais com valor econômico na época, acompanhado pelo aprisionamento de pessoas que viviam no local para ser usadas como força de trabalho. E aqui temos mais um traçado do mosaico.

3 Mosaicos de caminhos

a) O Caminho das Tropas

No século XVIII, o cenário da Serra Catarinense começa a mudar com a criação de caminhos não marítimos entre os territórios da Província de São Pedro (atual estado do Rio Grande do Sul) e a Capitania de São Paulo e, por conseguinte, com as ações de efetiva incorporação dessas terras à coroa portuguesa. Um desses trajetos é o “Real Caminho de Viamão”, cujo traçado está inscrito na Serra Catarinense. Podemos observar na Figura 1 uma reprodução do caminho entre Viamão e São Paulo (A) e o trajeto do Caminho das Tropas no município de Lages, com levantamento do Corredor de Taipas (B).

Figura 1 – Caminho que vai de Viamão até a cidade de São Paulo

(A)



(B)



Fonte: (A)Arquivo Histórico Ultramarino, desenho do Sargento João Baptista, séc. XVIII. (B) Projeto Caminho das Tropas, Uniplac 2005/2006.

Esse caminho vai se constituir na principal rota entre o Sul e o Centro do país (LOCKS *et al.*, 2006). A oficialização desse caminho é um dos elos constitutivos desse território, com a criação de vilas ao longo do trajeto, a doação de terras para as lideranças designadas pela coroa para a implementação da mesma, a formação de fazendas e o estabelecimento de instituições e formas de controle local (LOCKS, 2010; PEIXER, 2002). Interessante observar que esses caminhos eram traçados em percursos já existentes e utilizados pelos povos originários. Há uma sobreposição e ocupação territorial.

Em termos econômicos, a prática da pecuária, do comércio e de sistemas de apoio ao transporte de animais estruturava a vida nas vilas. Em termos sociais e políticos, temos a divisão entre os colonizadores, que eram também donos de fazendas, suas famílias e as pessoas que vieram escravizadas, ou alguns poucos libertos, vivendo em condições de precariedade e em atividades complementares.

No Real Caminho de Viamão, que cruzava os campos da Serra Catarinense, foram construídos muros de pedra, conhecido como taipas (Figura 2). O Caminho das Tropas e seus famosos muros de taipas são pontos marcantes desse mosaico cronotópico.

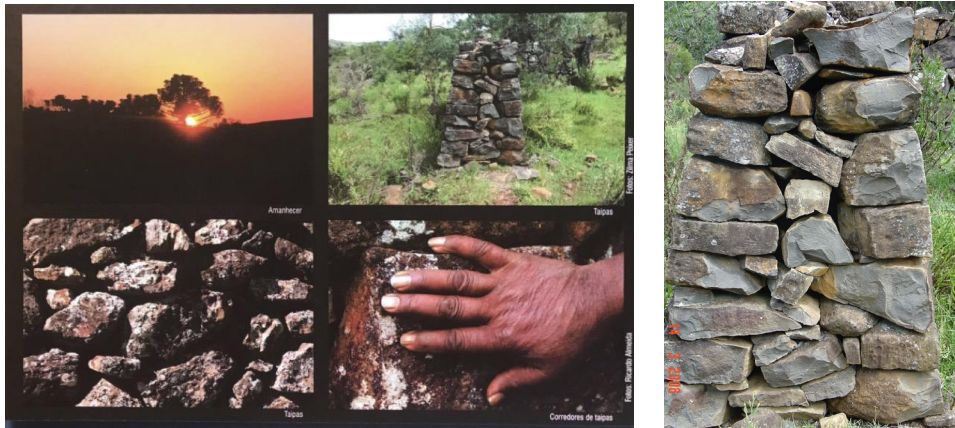
Figura 2 – Corredor de taipas, Caminho das Tropas, Lages/SC



Fonte: Imagens do projeto Saberes e Fazeres: cores e sabores da Coxilha Rica (IPHAN, 2009).

A utilização de pedras como elemento construtivo não era algo novo. Foi o recurso utilizado para facilitar o controle dos animais no trajeto, marcando os caminhos e também as fronteiras entre as fazendas, entre os espaços de trabalho, bem como em construções residenciais e religiosas (igreja, grutas, cemitérios). Os taiperos são guardiões desses saberes ancestrais de construção com pedras. Na Figura 3, alguns detalhes das taipas.

Figura 3 – Detalhes das taipas



Os percursos definidos pelo Caminho das Tropas constituíram espaços de comunicação, de idas e vindas de produtos, de pessoas, de práticas culturais. Ao longo dos trajetos, cruzando os rios, definindo os campos, organizando pousos necessários e demarcando o território da colônia. Escoando riquezas, compartilhando existências e práticas culturais.

b) Caminhos sobre as florestas: a luta pelas madeiras

Outro momento importante nesse mosaico ficou conhecido como Ciclo da madeira, já em pleno século XX, pois teve como elemento estruturante a atividade econômica vinculada à extração de madeira. Aqui destacam-se dois tempos históricos, sendo o primeiro no início do século XX, que irá propiciar o cenário para a Guerra do Contestado (1912 - 1916). Em sua essência, essa guerra foi a disputa pelo território, com a expulsão de diversos grupos locais ocorrida com a cedência de terras para a empresa Brazil Railway, responsável por definir o traçado e construir uma estrada de ferro. Em troca, a empresa obteve o direito de exploração das florestas existentes e a venda posterior das terras para migrantes (MACHADO, 2018). Interessante observar que mais um traçado, agora a estrada de ferro, vai marcando o território, e nele se veem as marcas de sangue e exploração da terra e de sua população.

O segundo tempo histórico é a ampliação no processo de extração de madeira, já nas décadas de 40 e 60, que irá representar, por um lado, um processo de crescimento econômico e populacional, e por outro, um intenso processo de desmatamento, com alteração no uso do solo e das áreas florestais. Na Figura 4, detalhes de uma serraria no município de Curitibaanos em 1959.

Figura 4 - Serraria em Curitibanos/SC, 1959



Fonte: IBGE Cidades, Curitibanos.

A dinâmica desse momento histórico, sintetizado por acréscimo populacional e crescimento econômico concentrado e desigual, está inscrita na perda de parte considerável da Mata Atlântica (substituída posteriormente pelos monocultivos florestais) e também na materialidade das casas, ruas e cidades. Nas cidades, a linguagem arquitetônica da art déco representa esse momento, como podemos observar na Figura 5: um detalhe do Cinema em Lages e o prédio do Mercado Público, ambos construídos nesse período e que fazem parte do acervo art déco do município.

Figura 5 - Cinema e Mercado Público em Lages, SC



Fonte: Peixer *et al.* (2013) e Prefeitura M. de Lages, foto Toninho Vieira.

Estilo presente na arquitetura, no design de produtos e mobiliários, no design de joias e outros objetos, a art déco teve sua origem na França em 1925 e, com o advento de meios de comunicação de massa, como o cinema, teve uma rápida difusão. Era a representação dos tempos modernos, do novo, do cinema, dos carros, da riqueza propiciada para poucos. Como salientado numa pesquisa sobre o art déco em Lages, este representou

um processo de modernização lenta, conduzido sem rupturas drásticas com e pela elite política tradicional (...) mas que buscou representar um novo tempo, moderno, industrial, veloz, de acordo com o imaginado e acalentado por essa elite (PEIXER *et al.*, 2013, p. 32).

A região do planalto catarinense conta com um acervo arquitetônico relevante desse período. Os caminhos traçados na busca pela madeira deixaram impressos suas marcas, tanto em seus aspectos positivos e relevantes como em seus aspectos negativos e impactos sobre os grupos sociais e o ambiente.

4 Considerações finais

Esses caminhos marcaram os mosaicos territoriais, compondo conflitos, articulações e resistências, criando desigualdades, mas também diversidades. Essas são algumas possibilidades para compreender a formação dos territórios locais. Aqui, para finalizar, fica o convite para percorrer esses caminhos e trajetos, observando os fios que tecem o cotidiano. Observando a multiplicidade, a diversidade, a beleza da paisagem e das pessoas.

Em toda a região encontramos referências a esses períodos, na localização de cada sede municipal, no traçado das ruas, nos espaços administrativos e religiosos tradicionais, bem como nas lidas campeiras e urbanas, nos sistemas alimentares, nas práticas de cultivo e de lida com os animais, nas crenças espirituais, entre outros. Saberes e fazeres incorporados e corporificados nas comunidades, que compõem os traços, as cores e as (com)fluências na formação das territorialidades, das práticas culturais e de (re)existência dos povos de cima da serra.

Referências

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. **Caminho que vai de Viamão até a cidade de São Paulo**: desenho do Sargento João Baptista, século XVIII. Disponível em: https://www.researchgate.net/figure/Figura-1-Demonstracao-do-Caminho-que-vai-de-Viamao-ate-a-cidade-de-Sao-Paulo-Fonte_fig1_320095048. Acesso em: 10 nov. 2021.

BORNHAUSEN, E. Z. *et al.* **Saberes e fazeres**: cores e sabores da Coxilha Rica. Lages: Centro Vianeí; IPHAN, 2009.

BRIGHENTI, C. A. **Povos indígenas em Santa Catarina**, 2013. Disponível em: <https://leiaufsc.files.wordpress.com/2013/08/povos-indc3adgenas-em-santa-catarina.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2021.

HERBERTS, A. L. Arqueologia do Planalto Catarinense: os vales dos rios Chapecó e Pelotas. *In: DE MASI, M. A. N. (org.). Xokleng 2860 a.C.: as terras altas do sul do Brasil*. Tubarão, SC: UNISUL, 2006. p. 155-165.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Curitibanos**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/curitibanos/historico>. Acesso em: 11 nov. 2021.

LAGES (SC). Prefeitura Municipal. **Oportunidade para empreendedores no mercado Público Municipal**. Lages, SC, 15 set. 2021. Disponível em: <https://www.lages.sc.gov.br/noticia-descricao/2744/oportunidade-para-empreendedores-no-mercado-publico-municipal>. Acesso em: 13 nov. 2021.

LOCKS, G. Algumas categorias úteis para pensar a territorialidade da serra catarinense. *In: VARELA, I. A. (org.). Educação do campo: novas práticas*. Lages: Grafine, 2010. p. 4-13.

LOCKS, G. *et al.* **Caminho das tropas: caminhos, pousos e passos em Santa Catarina**. Lages: Uniplac, 2006.

MACHADO, P. P. A aventura cabocla do Contestado: o conflito e seu desfecho. **Que república é essa?**, jul. 2018. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20191205163858/http://querepublicaessa.an.gov.br/temas/97-tema-contestado.html>. Acesso em: 20 nov. 2021.

NOVASCO, R. V. **Arqueologia e estudo paleoambiental no Planalto de Santa Catarina**. Tese (Doutorado em História), Unisnos, São Leopoldo, 2018.

PEIXER, Z. I.; VARELA, I.; BORNHAUSEN, E. Z. Lages: caminhos do moderno. *In: ISHIDA, A. et al. Memórias, ausências e presenças do art déco em Lages*. Florianópolis: UFSC, 2013.

PEIXER, Z. **A cidade e seus tempos**. Lages: Uniplac, 2002.

PORTO-GONÇALVES, C. W. De utopias e de topoi: espaço e poder em questão. *In: LÓPEZ, P.; BE-TANCOURT, M. (coord.). Conflictos territoriales y territorialidades en disputa: re-existencias y horizontes societales frente al capital en América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 2021.

REIS, M. J. **A problemática arqueológica das estruturas subterrâneas no Planalto Catarinense**. Erechim, RS: Habilis 2007.

SHIVA, V. Da colonização das sementes à colonização da vida. Entrevista. **Fronteiras do Pensamento**, fev. 2020. Disponível em: <https://www.fronteiras.com/entrevistas/vandana-shiva-da-colonizacao-das-sementes-a-colonizacao-da-mente>. Acesso em: 05 nov. 2021.

PIVETTA, M. Homo sapiens no centro da América do Sul. **Pesquisa Fapesp**, n. 259, set. 2017. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/homo-sapiens-no-centro-da-america-do-sul/>. Acesso em: 18 nov. 2021.

VARELA, I. *et al.* **Relatório de pesquisa: caminho das tropas**. Lages: Uniplac, 2005.

VIALOU, D. *et al.* Peopling South America's centre: the late Pleistocene site of Santa Elina. **Antiquity**, v. 91, n. 358, p. 865-84, ago. 2017. doi: <https://doi.org/10.15184/aqy.2017.101>



História da Colônia Japonesa de Celso Ramos: Parque Sakura, Casa Octogonal, Parque Sino da Paz e Kendo

Takanori Ogawa¹

Após a Segunda Guerra Mundial, Santa Catarina garantiu a entrada imigrantes no estado devido às políticas públicas de apoio à imigração, principalmente a partir das décadas de 1960 e 1970 (MARTINELLO; CARVALHO, 2011). Com relação aos imigrantes japoneses, a Empresa Japonesa de Imigração e Colonização (JAMIC) teve papel importante para a entrada destes em SC, com processo de seleção e recrutamento de alguns japoneses que estavam em outros estados sem possibilidade de acesso à propriedade para cultivo (MARTINELLO; CARVALHO, 2011; UEMURA, 2011).

Na década de 60, as políticas públicas e de cooperação no estado, que tinham como objetivo desenvolver a agricultura na região central, organizaram os imigrantes japoneses em núcleos (MARTINELLO; CARVALHO, 2011). Aqueles que foram para a região de SC, além do interesse na parceria com o governo estadual, desejavam buscar terrenos para plantio e também mais independência financeira. No ano de 1961, teve início o Plano de Criação do Núcleo Colonial Celso Ramos, na região do atual do município de Frei Rogério. As criações dos Núcleos tinham o objetivo inicial de cooperação do governo do estado de SC com os imigrantes japoneses para a introdução de técnicas na agricultura e também o cultivo de frutas de clima temperado (YAMAMOTO *et al.*, 2015).

No ano de 1963, em Florianópolis, foi assinado o documento que oficializava a fundação da primeira colônia de imigrantes dos estados RS e SC, com extensão de 1300ha, nomeada Colônia Celso Ramos, oficialmente fundada em 1964. Inicialmente, vieram oito famílias japonesas, no total de 50 pessoas. Essa Colônia se localiza no município de Frei Rogério, em SC, antigo distrito do Município de Curitibaanos (YAMAMOTO *et al.*, 2015). No dia 26 julho de 1964, foi fundada a Cooperativa Agrícola da Colônia Celso Ramos, inicialmente com sete cooperados (OGAWA; KAYAMA; YAMAMOTO, 2004). Na Figura 1, uma das primeiras famílias a chegar à Colônia.

¹ Mestre em Informática em Saúde pela UFSC (2021). Graduado em Tecnologia de em Análise e Desenvolvimento de Sistemas pela UDESC (2013). Técnico em Tecnologia da Informação pela UFSC - Campus Curitibaanos.

Figura 1 – Foto da família Ogawa chegando à colônia de Celso Ramos



Fonte: Japanese American National Museum (2021).

Os imigrantes japoneses que se estabeleceram na Colônia Celso Ramos, inicialmente, exerceram atividades agrícolas, principalmente nas áreas de fruticultura e horticultura, trazendo novas técnicas e práticas de cultivos, diferentes das fazendas/latifúndios locais de criação de gado.

No ano de 1965 foram trazidas mudas de nectarina de Pelotas para a produção destas na Colônia. A nectarina foi a primeira fruta temperada a ser ali cultivada, e teve um começo favorável nas vendas. Para ampliar as vendas, foi idealizado, pelo senhor Fumio Honda, o logotipo para comercialização da nectarina “Cabaça (*Porunga*) de Ramos”, que é utilizada como símbolo da Colônia Celso Ramos até os dias de hoje.

Figura 2 – Símbolo da Colônia Celso Ramos



Fonte: Associação Cultural de Brasil-Japão Núcleo de Celso Ramos (2015).

A distância do mercado foi um dos problemas enfrentados, pois as frutas chegavam inadequadas ao consumidor. No ano de 1974, foram tomadas medidas para melhorar a conservação das

frutas, tais como a refrigeração e a adequação do transporte. No entanto, no mesmo ano os pomares de nectarina foram afetados por uma tempestade de granizo que prejudicou a colheita e causou danos irreparáveis aos ramos, impondo o fim do cultivo da fruta na Colônia (YAMAMOTO *et al.*, 2015).

No ano de 1966, com o Decreto Federal de eletrificação rural, o Instituto de Reforma Agrária de Santa Catarina (IRASC) iniciou o planejamento de eletrificação para beneficiar as famílias rurais da região de SC. O ano de 1969 foi um marco importante para Colônia Celso Ramos, pois, depois de vários anos sem energia elétrica, a energia chegou na residência dos imigrantes japoneses (OGAWA; KAYAMA; YAMAMOTO, 2004; YAMAMOTO *et al.*, 2015).

A Colônia também se destacou com o cultivo de outras frutas, tais como a maçã, o pêssego, a ameixa e o caqui, mas, devido a problemas climáticos e doenças, não houve a continuidade da produção destas frutas. Nos dias de hoje, os descendentes de imigrantes cultivam a pera japonesa, considerada a mais suculenta do mundo. A fruta se adaptou bem ao clima local do município de Frei Rogério, ao contrário das outras plantadas anteriormente na Colônia. O sucesso do plantio da pera japonesa também se deve aos estágios/intercâmbios realizados pelos descendentes da Colônia no Japão, onde obtiveram conhecimento e orientações do manuseio e do plantio correto da pera para desenvolvê-la adequadamente (YAMAMOTO *et al.*, 2015).

Além das frutas, foram cultivadas e produzidas muitas variedades de flores, como cravo e crisântemo. Infelizmente, devido ao clima frio e ao inverno rigoroso da região, somado ao trabalho árduo (esforço físico e mental) no cultivo, não houve continuidade do plantio dessas flores, pois são sensíveis a baixas temperaturas (YAMAMOTO *et al.*, 2015).

O cultivo do alho, iniciado em 1970, foi destaque por muitos anos na região do Planalto Central de Santa Catarina. Muitos imigrantes japoneses da Colônia de Celso Ramos foram fundamentais na introdução de algumas variedades de alho no município de Frei Rogério, por exemplo, as do tipo *Chonan* e do tipo *Ito*, desenvolvidas, respectivamente, pelos agricultores Takeshi Chonan e Masanori Ito (YAMAMOTO *et al.*, 2015). O alho foi destaque devido à utilização de técnicas de plantio que envolviam o preparo do solo, o armazenamento de sementes e a seleção de sementes livres de doenças, entre outras técnicas para aumento de produção. Atualmente, devido à concorrência internacional e custos na mão de obra, a produção local vem diminuindo.

Em 1972, iniciou-se um estudo de viabilidade de plantio de cogumelos na região, pelos senhores Ogawa e Oishi. Em 1988, começa o cultivo do cogumelo *shitake* pelo senhor Kazumi Ogawa. No presente momento, filhos e sobrinhos do Sr. Ogawa dão continuidade ao plantio de *shitake*, e também o cogumelo *shimeji* está sendo produzido, ambos livres de agrotóxicos (YAMAMOTO *et al.*, 2015).

Para manter viva a cultura japonesa, os jovens imigrantes japoneses e descendentes da Colônia Celso Ramos criaram vários grupos para preservar as tradições, como as práticas de gateball, sumô, judô, beisebol, softball, engekai (festival de artes), undokai (gincana), ikebana (arranjo de flores), odorri, kendo, taiko, entre outras.

Entre o final do século XX e início do XXI, houve um movimento de migração ao Japão, no qual os descendentes japoneses foram em busca de trabalho e melhores condições financeiras. Este

movimento, conhecido como *dekassegui*², também ocorreu na Colônia de Celso Ramos. Após muitos anos trabalhando no Japão, alguns retornavam à Colônia financeiramente bem e com muitas bagagens, memórias e conhecimentos da sua cultura. O conhecimento foi compartilhado com os descendentes e os japoneses que ficaram na Colônia, aumentando e fortalecendo ainda mais a identidade japonesa no local.

Um dos destaques da Colônia de Celso Ramos em Frei Rogério é a bela coloração das plantas que foram trazidas do Japão e cultivadas no Parque Sakura. As plantas proporcionam belas imagens aos turistas em vários períodos do ano. Na Figura 3, é mostrada a coloração da planta *Momiji* no outono.

Figura 3 – Coloração da Árvore *Momiji* em Frei Rogério



Fonte: Japanese American National Museum (2021).

Com relação à culinária local, os imigrantes ainda preservam, em sua rotina diária, uma alimentação com dieta bem equilibrada e saudável, baseada no *Washoku* (Cozinha tradicional japonesa). O *Washoku* é uma cozinha que respeita a diversidade e o frescor dos ingredientes (legumes, verduras e carnes) e dos sabores inerentes a cada produto. Os pratos da culinária japonesa são cheios de cores, texturas e sabores. Os imigrantes japoneses da colônia valorizam muito a utilização de caldos ricos em peixe, *misho* (fermentação de soja), algas, verduras e outros caldos (YAMAMOTO *et al.*, 2015).

Muitos pensam que *sushi*³ e *sashimi*⁴ são a alimentação diária dos japoneses, porém, vários consideram a comida do dia a dia o arroz acompanhado de peixe ou carne e com muitas verduras e legumes (RIBEIRO; PAOLUCCI, 2006). Na Colônia, a culinária é preservada de várias formas, como no evento *Sakura Matsuri*, no qual os visitantes podem apreciar a culinária japonesa, degustando *yakisoba*, *tempura*, *sushi*, *moti* e outras iguarias (YAMAMOTO *et al.*, 2015).

2 A palavra japonesa *dekassegui* é utilizada para qualificar as pessoas, significa emigrante ou trabalho fora da residência (KATO; MIYAZAKI; SUGO, 1992).

3 *Sushi* é o arroz preparado com vinagre acompanhado com peixe ou frutos do mar, vegetais ou ovo (ZSCHOCK, 2005).

4 *Sashimi*, na culinária japonesa, consiste em servir peixes ou frutos do mar crus (RIBEIRO; PAOLUCCI, 2006).

Nas confraternizações internas realizadas pela Colônia Celso Ramos, é utilizado o sistema *mochiyori*, no qual cada família traz um prato de comida. A ideia de compartilhar, trocar e cooperar faz parte da cultura japonesa, e é muito bem aceita pelos descendentes (YAMAMOTO *et al.*, 2015). Neste tipo de sistema, há diversos pratos da culinária japonesa, como pode ser visto na mesa de confraternização da Figura 4.

Figura 4 – Mesa de Sistema Mochiyori



Fonte: Frei Rogério (2021).

A Colônia Celso Ramos recebe rotineiramente japoneses por meio de intercâmbios. Os intercambistas ficam em torno de 6 meses a 2 anos na região para promover e difundir a cultura japonesa. Esses intercâmbios são promovidos pela Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA), que é responsável pela promoção e difusão da cultura japonesa no mundo todo (JICA, 2021).

Atualmente, a Colônia possui uma sede social da Associação Cultural Brasil-Japão (ACBJ) no Parque Sakura, no município de Frei Rogério, que está geograficamente localizado na SC 451 no km 20. A Associação tenta fazer conexão à cultura japonesa, preservando, difundindo e dando continuidade a práticas como kendo, bujutsu, taiko, odori, cerimônia do chá e ensino da língua japonesa, assim mantendo viva a essência e as tradições da cultura japonesa.

Parque Sakura

Em 28 de julho de 1989, com o apoio do Ministro das Relações Exteriores, para a implantação do Parque Sakura foram doadas 3 mil mudas de cerejeiras, 1.500 mudas de ipê e 10 mil de plantas ornamentais.

A Figura 5 mostra imagens da florada e algumas plantas ornamentais localizadas no Parque.

Figura 5 – Fotos do Parque Sakura



Fonte: Município de Frei Rogério (2021).

Todo ano, no final do mês de agosto ou começo de setembro, as plantas do Parque Sakura florescem, principalmente as cerejeiras, que remetem à imagem do Japão na primavera.

Na Figura 6, é possível ver o cartaz da divulgação da 21ª *Sakura Matsuri* (Festa da Florada da Cerejeira), realizada no ano de 2019. A Colônia realizou essa festa para que os turistas pudessem apreciar a florada das cerejeiras.

Figura 6 – Cartaz de Divulgação da 21ª Festa da Florada da Cerejeira



Fonte: Associação Cultural Brasil-Japão de Núcleo Celso Ramos (2019).

Na festa *Sakura Matsuri*, os visitantes podem apreciar a cultura japonesa por meio das apresentações culturais, como cerimonial do chá, odori (danças), bujutsu, kendo, caligrafia japonesa, comidas típicas, entre outras atrações. Além de poder apreciar a florada das plantas típicas do Japão, no Parque Sakura os visitantes podem ter uma imersão na cultura japonesa (YAMAMOTO *et al.*, 2015)

Casa Octogonal

Em 20 de agosto de 2006, deu-se início à obra do pavilhão turístico multiuso, conhecido como Casa Octogonal. O financiamento foi realizado pelo governo japonês e projetado pelo arquiteto Ken Saito. A inauguração da Casa Octogonal ocorreu em 26 de julho de 2008, com o intuito de estimular o turismo rural na região (YAMAMOTO *et al.*, 2015). A Figura 7 mostra a Casa Octogonal na primavera.

Figura 7 – Casa Octogonal



Fonte: Frei Rogério (2021).

A Casa Octogonal é chamada de *Yumedono* (casa dos sonhos), o que significa que a cada realização de um sonho há a concretização de outros sonhos, por isso a construção com oito lados. No topo, a Cabaça (Porunga) de Ramos, o símbolo da Colônia Celso Ramos, que simboliza a realização de sonhos impossíveis (FREI ROGÉRIO, 2021).

Parque Sino da Paz

Em 15 de outubro de 2002, foi inaugurado, na Colônia de Celso Ramos, o Parque Sino da Paz, que relembra o acontecimento da bomba atômica lançada sobre as cidades de Hiroshima e Nagasaki na Segunda Guerra Mundial. O Parque homenageia as vítimas e os sobreviventes de explosões de bombas atômicas (FREI ROGÉRIO, 2021).

É demonstrado, na Figura 8, o monumento de 28 metros de altura, cujas linhas de estruturas foram baseadas no pássaro Tsuru (Grou). O monumento abriga um sino de bronze com mais de 400 anos que foi um presente do governo do Japão para o nosso país. Em todo o mundo, só existem três sinos iguais, um na Organizações das Nações Unidas (ONU) e outro em Hiroshima (YAMAMOTO *et al.*, 2015).

Figura 8 – Monumento do Parque Sino da Paz



Fonte: Frei Rogério (2021).

Anualmente, acontece a cerimônia que relembra as vítimas das bombas atômicas de Hiroshima e de Nagasaki, fazendo com que a mensagem de paz entre os povos continue sendo proferida (FREI ROGÉRIO, 2021; YAMAMOTO *et al.*, 2015).

Kendo

O kendo⁵ foi introduzido no Brasil no começo do século XX, inicialmente praticado pelos emigrantes, familiares e descendentes japoneses. A prática de kendo começou a ser difundida no estado de São Paulo e depois expandiu para as outras regiões do Brasil, sendo praticada por não descendentes também (CONFEDERAÇÃO, 2018; LOURENÇÃO, 2009).

O kendo iniciou as atividades na Colônia de Celso Ramos no ano de 1973 com o sensei (professor) Hirota Onaka, 3º dan, com oito alunos e treinos duas vezes por semana. No início dos treinamentos de kendo houve uma dificuldade: somente havia equipamentos para adultos (OGAWA; KAYAMA; YAMAMOTO, 2004).

No ano de 1978, o presidente Toshitugu Yamamoto, do Clube Juvenil da Vila Minami, localizado na cidade de Totsukawa, no Japão, soube que o professor Onaka, cidadão natural da cidade de Totsukawa, estava ensinando crianças na Colônia de Celso Ramos. Então, pessoas do Clube Juvenil da Vila Minami fizeram esforços para enviar equipamentos para os treinos de kendo na Colônia. Os equipamentos chegaram ao Brasil, mas, ao tentarem retirar, encontraram um problema inicial: a cobrança de imposto de entrada de mercadoria em território nacional, pois os equipamentos foram identificados como de esgrima, que na época era praticado por pessoas ricas. Com os esforços de autoridades brasileiras e japonesas, conseguiu-se contornar o problema e retirar os equipamentos somente com o pagamento de taxas administrativas (OGAWA; KAYAMA; YAMAMOTO, 2004; YAMAMOTO *et al.*, 2015).

Em 28 de setembro de 1986, foi inaugurado o primeiro *dojo*⁶ “*Bunbukan*” (local específico para prática de kendo no Brasil). Nesta data foi realizado o Campeonato Brasileiro com 15 academias e 200 atletas (YAMAMOTO *et al.*, 2015). Na Figura 9, é possível ver a demonstração de kata dos professores Onaka e Omukai no Campeonato Brasileiro sediado na Colônia de Celso Ramos.

Figura 9 – Demonstração de Kata, Campeonato Brasileiro de Kendo, Colônia Celso Ramos



Fonte: Associação Catarinense de Kendo (1989).

5 Significa caminho da espada e é um “esporte” tradicional da cultura japonesa (CONFEDERAÇÃO, 2018).

6 Dojo é o local onde se realiza a prática do treino de Kendo (CONFEDERAÇÃO, 2018).

A doação de equipamentos por várias pessoas do Japão e organizações japonesas possibilitou a prática de crianças e de adultos e a continuidade do kendo na Colônia de Celso Ramos.

Desde o início da prática, os atletas da Colônia obtiveram resultados expressivos em vários campeonatos nacionais. Alguns participaram de mundiais e obtiveram resultados significados e reconhecimento mundial.

Na Figura 10, é demonstrado o símbolo que representa o kendo da Colônia Celso Ramos.

Figura 10 – Símbolo do kendo em Celso Ramos



Fonte: Associação Catarinense de Kendo (2000).

Na Figura 11, pode-se ver uma demonstração de kendo de atletas da Colônia Celso Ramos em Frei Rogério.



Fonte: Japanese American National Museum (2021).

Na Figura 12, uma demonstração de *Nihon Kendo Kata*, com sensei Miwa Onaka e a atleta Aya Honda, no 38º Campeonato Brasileiro de Kendo.

Figura 12 - Apresentação de Nihon Kendo Kata das atletas da Colônia de Celso Ramos



Fonte: Associação Catarinense de Kendo (2019).

Em 2021, os treinos de kendo eram conduzidos pela professora Elzami Miwa Onaka, 6º dan, que foi diversas vezes campeã brasileira e de vários títulos internacionais, filha do professor Hiroataka Onaka.

Futuro da Colônia

As maiores dificuldades são os filhos e netos de imigrantes que não têm oportunidade de se estabelecer na economia local, por isso fogem para os grandes centros, buscando mais oportunidades.

A Colônia de Núcleo Celso Ramos tenta deixar um legado, preservando a cultura e a tradição japonesa na região, impulsionando a economia local na forma de turismo com o Parque Sakura, a Casa Octogonal e o Parque da Paz e também instruindo os descendentes e não descendentes nas tradições de kendo, bujutsu, taiko e na língua japonesa.

Referências

- CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE KENDO. c2018. Disponível em: <http://cbkendo.com.br/>. Acesso em: 24 nov. 2021.
- FREI ROGÉRIO (SC). **Portal de Turismo de Frei Rogério**. 2021. Disponível em: <https://turismo.freirogerio.sc.gov.br>. Acesso em: 25 nov. 2021.
- GROU: conheça o valor simbólico dessa ave no Japão. **Coisas do Japão**, [2017]. Disponível em: <https://coisasdojapao.com/2017/03/grou-conheca-o-valor-simbolico-dessa-ave-no-japao/>. Acesso em: 29 nov. 2021.
- JAPANESE AMERICAN NATIONAL MUSEUM. **Colônia Celso Ramos**. 2021. Disponível em: <http://www.discovernikkei.org/pt/nikkeialbum/albums/331/>. Acesso em: 28 nov. 2021.
- KATO, H. T.; MIYAZAKI, S. Y. M.; SUGO, A. I. Mão-de-obra do Brasil para o Japão: a aspectos econômicos e impactos nas empresas do fenômeno de kassegui. **Revista de Administração de Empresas**, v. 32, p. 21-31, 1992.
- LOURENÇÃO, G. V. N. **Identidades, práticas e moralidades transnacionais: etnografia da esgrima japonesa no Brasil**. 2009. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de São Carlos, 2009.
- MARTINELLO, A. S.; CARVALHO, E. B. Colonização japonesa em Santa Catarina: metamorfoses na imigração tutelada. **História Unisinos**, v. 15, p. 453-465, 2011.
- OGAWA, K.; KAYAMA, H.; YAMAMOTO, K. (org.). **O caminho dos 40 anos da colônia Celso Ramos**. Curitiba; Florianópolis: Associação Cultural Brasil-Japão de Núcleo Celso Ramos; Imprensa oficial do Estado de Santa Catarina (IOESC), 2004.
- PERGHER, E. D. S. **Caracterização do processo produtivo de cogumelos comestíveis e medicinais**. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Agronomia), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016.
- RIBEIRO, C. M. A.; PAOLUCCI, L. Gastronomia, interação cultural e turismo: estudo sobre a dispersão da culinária nipônica na Cidade de São Paulo –100 anos da imigração japonesa no Brasil. In: **SEMINTUR**, 4., 2006. Caxias do Sul, RS: UCS, 2006.
- UEMURA, K. K. Entre a floração das cerejeiras e o cair das flores: memórias, invenções e fluxos migratórios entre Núcleo Celso Ramos e Japão (1990-2010). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., jul. 2011. **Anais [...]**. São Paulo: ANPUH, 2011.
- YAMAMOTO, K.; UGAJI, S.; UGAJI, F.; OISHI, F. A.; ONAKA, H.; HONDA, F.; KAYAMA, H. (org.). **Kizuna: os cinquenta anos da Colônia Ramos, rumo ao futuro**. Florianópolis: DIOESC; Associação Cultural Brasil-Japão de Núcleo Celso Ramos, 2015.
- ZSCHOCK, D. **The little black book of sushi: The essential guide to the world of sushi**. [S. l.]: Peter Pauper Press Inc., 2005.



Novos imigrantes em Santa Catarina no tempo presente

Adaptação para o livro didático Dra. Janaína Santos

Gláucia de Oliveira Assis¹

Samira Moratti Frazão²

Magali Alloatti³

Eduardo Zanatta de Carvalho⁴

Luis Felipe Aires Magalhães⁵

Michelle Maria Stakonski Cechinel⁶

Janaina Santos⁷

Introdução

As migrações podem se caracterizar como internas ou internacionais e fazem parte de processos de deslocamentos humanos que não constituem um fenômeno recente. Muitas vezes, as pessoas que migram, sejam imigrantes ou emigrantes, em função das escolhas e das possibilidades que encontram e criam, constantemente refazem suas trajetórias migratórias, em busca de maior qualidade de vida, oportunidades e direitos. Migrar, neste sentido, e apesar disso, constitui uma poderosa decisão que estabelece uma nova posição histórica e social, com efeitos para suas vidas e experiências, bem como sobre futuros possíveis para outros sujeitos, aqui ou nos países de origem, podendo ou não impulsionar novos deslocamentos, criando narrativas (co)movedoras transnacionalmente.

Os sujeitos migrantes se deslocam, criando novas formas de existir, constituindo movimentos políticos e poéticos, articulando novos sentidos e sensibilidades, transformando contextos e relações. Permanecem conectados afetiva ou materialmente com diversas pessoas em diversos países, pois enviam, recebem e produzem remessas materiais, informações e imagens e as fazem circular em suas co-

1 Professora dos Programas de Pós-Graduação em História e Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental- UDESC. Pós-doutoranda Nepo, Unicamp. Coordenadora Observatório das Migrações SC.

2 Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História da UDESC. Participante do Observatório das Migrações SC.

3 Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da UFSC. Participante do Observatório das Migrações SC.

4 Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental - UDESC. Participante do Observatório das Migrações SC.

5 Doutor em Demografia Nepo-Unicamp. Pós-doutorando PUC - SP. Participou das atividades do Observatório das Migrações SC (2013-2016).

6 Doutoranda no Programa de Pós-graduação em História - UDESC. Professora do departamento de História da Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC. Participante do Observatório das Migrações SC.

7 Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (UFSC). Participante Observatório das Migrações SC. Membro do Grupo de Apoio a Imigrantes e Refugiados de Florianópolis e região (GAIRF) e do Grupo de Trabalho sobre Imigração da Comissão de Direitos Humanos (GT I) da Alesc.

munidades diaspóricas, e fora delas. Desta forma, deslocam continuamente os seus e os nossos pontos de vista. Estes migrantes se movem, em função da ausência de políticas públicas ou impulsionadas por elas, pela dificuldade de validação de diplomas, pela baixa oferta de atividades profissionais disponíveis ou pela oferta de atividades de nível inferior ao pretendido, pelos baixos salários, pela exploração da mão de obra, além de discriminações de gênero, classe, raça, religião e nacionalidade de origem. Além disto, suas trajetórias são comoventes para os próprios sujeitos migrantes, para suas famílias e conhecidos, nos países de origem e de acolhida, e para pesquisadores e pessoas defensoras dos direitos humanos, criando efeitos transformadores que movem e (co)movem.

Os imigrantes, tanto do início do século XXI quanto dos séculos anteriores, vieram para Santa Catarina em busca de oportunidades. Este estado construiu, ao longo do século XX, uma imagem de estado formado pela contribuição de imigrantes europeus, uma terra de oportunidades. Estes grupos populacionais, compostos por alemães, italianos, portugueses e poloneses que vieram nos séculos XVIII e XIX, marcaram a composição étnica da população e o desenvolvimento social, econômico e cultural. A presença de imigrantes de origem europeia, contudo, muitas vezes serviu para invisibilizar a presença de populações indígenas, negras e caboclas, que também contribuíram de diversas formas para o desenvolvimento catarinense.

Estes fluxos migratórios europeus, bem como de outros continentes, reduziram significativamente durante o século XX, quando todo o estado vivenciou uma intensa mobilidade intra e interestadual. Imigrantes do Oeste Catarinense vieram para o litoral, assim como chegaram imigrantes paranaenses e gaúchos, sobretudo nas maiores cidades, como Joinville, Itajaí e Florianópolis, num processo denominado *litoralização* do estado. Este movimento foi marcado pela redução das populações dos municípios do oeste do estado e pelo aumento do número de habitantes nas regiões próximas ao oceano Atlântico. Também contribuiu para o aumento populacional das regiões litorâneas o expressivo número de migrantes vindos de outros estados, os quais representam mais de um terço do número de novos habitantes de Santa Catarina no período. Esse grande movimento de migração interna e o arrefecimento das migrações internacionais acompanharam uma outra forma de mobilidade populacional: o ir e vir de catarinenses rumo ao exterior e a formação de novos fluxos de imigrantes rumo ao estado⁸.

Nos anos 1970, outros contingentes de imigrantes internacionais também chegaram ao estado, principalmente vindos de países latino-americanos, o que ocorreu a partir de um fluxo esporádico de exilados políticos, e posteriormente de um fluxo turístico, principalmente de argentinos, para o litoral catarinense, no final dos anos de 1980. Este movimento migratório, ainda que menos numeroso, teve continuidade na década de 1990 em direção às regiões litorâneas do estado, principalmente Florianópolis e Balneário Camboriú, com o reforço de políticas econômicas e campanhas publicitárias, destacando-se a denominação de Florianópolis como *capital turística* do Mercosul. A partir de 1970, registrou-se também o crescimento do fluxo de migrantes japoneses⁹ e de diversos países da África.

8 Ver Assis (2004, 2011); Campos (2003); Assis e Sasaki (2001); Patarra (2005); Martinello (2007); Alloati (2014); Ihá (2008); Magalhães (2014).

9 A vinda de imigrantes japoneses para SC está relacionada à política agrária brasileira nas décadas de 1960 e 70, que visava atrair japoneses capazes de trazer avanços tecnológicos ao Brasil, com conhecimentos agrícolas considerados mais avançados que aqueles usados pelos agricultores brasileiros. Os discursos presentes nos documentos oficiais e jornais

Após 2010, haitianos, ganeses, senegaleses, refugiados sírios, venezuelanos e outros grupos começaram a chegar ao estado também em busca de oportunidades. Uma das características destes novos movimentos migratórios é que, excetuando-se japoneses, haitianos e venezuelanos, que contaram com políticas migratórias específicas, os demais grupos não obtiveram o mesmo apoio governamental. Outra característica importante é que não eles vêm do Norte Global, mas do Sul, em termos de geopolítica, formando o que se denomina migrações Sul-Sul.

Os imigrantes que chegaram a Santa Catarina a partir da segunda década do século XXI foram inicialmente recrutados no Acre e destinados a trabalhos em serviços de limpeza urbana, coleta de lixo e tratamento de resíduos sólidos nas cidades de Balneário Camboriú, Itajaí, Itapema, Indaial, Jaraguá do Sul, Joinville, São Francisco do Sul e São José. Em pouco tempo passaram a desempenhar funções na construção civil e no setor de serviços.

Estes novos contingentes migratórios provêm de países com reconhecidas tradições diaspóricas e populações negras que se confrontam com processos de racialização desde o período colonial e que, muitas vezes, passam a vivenciar diretamente o racismo apenas aqui no Brasil. Os movimentos migratórios internacionais recentes em Santa Catarina possuem, entretanto, diversas complexidades que se referem à origem étnica, questões raciais, linguísticas, religiosas, de gênero e outras. Os sírios, que chegaram mais fortemente a partir de 2014, fugindo da Guerra Civil Síria iniciada em 2011, também têm se estabelecido em Florianópolis e Criciúma. Apoiando-se em redes já construídas por fluxos anteriores dessas populações para o estado, chegam como refugiados e contam com redes específicas da comunidade muçulmana estabelecida nessas cidades. Estes imigrantes, dada a própria condição de refúgio, têm uma acolhida um pouco mais positiva em relação aos imigrantes haitianos, ganeses, senegaleses e outros. Com sua etnicidade e sua diversidade cultural, linguística e religiosa, tais grupos desafiam o Estado e suas políticas públicas a acolher os novos migrantes, favorecer o diálogo intercultural e enfrentar o preconceito, a discriminação e a xenofobia, percebendo as contribuições que as migrações podem trazer.

Santa Catarina, em função de possuir a menor taxa de desemprego em relação às demais unidades federativas brasileiras na época, se destacou como a que mais admitiu trabalhadores haitianos no mercado formal de trabalho entre 2010 e 2015 (MTE, 2017). Neste último ano, das dez cidades brasileiras com mais haitianos no mercado formal de trabalho, quatro eram catarinenses, incluindo Balneário Camboriú, situada em 9º lugar em números absolutos e em 1º em proporção à população residente.

Desde 2016, a quantidade de imigrantes haitianos em algumas cidades de Santa Catarina tem se reduzido, originando novas mobilidades internas, internacionais e de retorno aos países de origem. É importante ressaltar que imigrantes haitianos, em suas experiências tanto em Balneário Camboriú como em Chapecó, Florianópolis e outras cidades do estado por onde passaram, enfrentaram dificuldades de inserção laboral e de integração cultural, devidas principalmente ao preconceito e à discriminação. Imigrantes negros das mais diversas origens descobriram, infelizmente, que no Brasil a democracia racial é um mito que não se concretiza nas relações cotidianas.

catarinenses daquela época enfatizavam que a presença destes imigrantes traria “competência e os avanços do trabalho no campo”, já que os japoneses eram providos de “vocação agrícola”, e possuam disciplina de um “bom trabalhador” (MARTINELLO, 2007).

A partir de 2014, começaram a chegar em Santa Catarina ganeses, considerados imigrantes da Copa do Mundo de Futebol de 2014, pois muitos chegaram à época do campeonato e permaneceram no país. Gana é um país cuja migração faz parte da experiência de seus habitantes. Segundo as estatísticas do manual *World Factbook 2016*, publicado pela *Central Intelligence Agency* (CIA), dentre os 54 países africanos, Gana é um dos que mais recebem migrantes do interior do continente por conta de trabalhos sazonais. O fluxo intenso de entrada no país se deve à porosidade das fronteiras no continente, facilitada por sua complexa constituição étnica, que não corresponde às fronteiras forjadas pela herança dos impérios coloniais, e, principalmente, ao fato de que, apesar de ser um país constituído por uma diversidade étnica enorme — cerca de 52 etnias convivem em seu território — e de reconhecer em sua comunidade imaginada mais de 80 idiomas diferentes, atualmente não há conflitos civis declarados em seu território.

Até meados de 2010, no entanto, o destino de mulheres e homens ganeses era, especialmente, os países europeus de língua inglesa e os Estados Unidos; a partir desta data, houve um visível deslocamento de interesse do Norte para o Sul, em especial para a América do Sul, caracterizando a criação de novos destinos e rotas inexistentes até então na tradição diaspórica ganesa. O motivo da criação de novas rotas e destinos possíveis para estes migrantes inclui inúmeros fatores, como: a crise iminente do capitalismo, que, desde 2008, atingiu países europeus e os Estados Unidos; o recrudescimento dos discursos de alteridade, acompanhados de uma sensível mudança na política de proteção de fronteiras; e, por fim, o próprio panorama de crescimento econômico brasileiro, país que, até então, não havia sido diretamente prejudicado pela crise mundial. Assim é que os ganeses chegaram ao Brasil.

Segundo as estatísticas do IBGE, até o ano de 2006, havia 163 ganeses documentados, todos residentes na Região Sudeste do País, realidade que só se modificou a partir de 2010, quando apenas na cidade de Criciúma, localizada no extremo sul do estado de Santa Catarina, houve registro da chegada de mais de 2 mil homens e mulheres de origem ganesa. A comparação dos dois dados sugere uma mudança nas rotas transnacionais e o surgimento de novas cidades de acolhimento destes imigrantes. De acordo com as estatísticas da Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho 2010/2015, 84% dos ganeses que chegaram ao Brasil se estabeleceram no Rio Grande do Sul ou em Santa Catarina; nestes estados, Caxias do Sul e Criciúma, respectivamente, foram as cidades que mais receberam imigrantes caribenhos e africanos.

Criciúma é tradicionalmente conhecida no estado pela alcunha de *capital do carvão*, devido à atividade extrativista que teve seu auge nas décadas de 40 a 70 do século passado. Contemporaneamente, a cidade se desconectou de sua vinculação identitária com o carvão e procura, por discursos de inúmeras ordens e adoção de políticas públicas, construir uma identidade fortemente etnicizada¹⁰. A ex-capital do carvão agora se constrói como a cidade das etnias.

A “cidade das etnias” insere-se neste panorama de fluxos afrodiaspóricos contemporâneos pós-2010 e, mais efetivamente, a partir de 2014. Além do recorte de gênero e religiosidade, outro marcador social importante dos imigrantes ganeses é o fato de que é na sociedade de acolhimento que estes homens e mulheres, assim como os haitianos que chegaram desde 2010 ao Brasil, se descobrem

¹⁰ Ver Campos (2003).

negros e africanos, constituindo tensões possivelmente inexistentes em suas trajetórias anteriores. Enfrentando preconceitos e tendo dificuldades de inserção no mercado formal por empresas que se negaram a contratar africanos e caribenhos, cresceu o número de migrantes que recorreram a trabalhos informais para sua sustentação na cidade. Um dos trabalhos mais comuns foi a venda ambulante ao redor das principais praças. O trabalho não é ilegal, contanto que os trabalhadores apresentem notas fiscais dos produtos vendidos, mas grupos de comerciantes estabelecidos mostraram-se contrários à presença dos ambulantes em frente a seus estabelecimentos. Neste sentido, a fim de minimizar a insatisfação da associação dos comerciantes, a prefeitura de Criciúma definiu espaços considerados legais para a prática da venda de produtos na rua, limitando-os a este comércio informal.

É justamente pela dificuldade de inserção no mercado de trabalho e dos relatos de racismo que muitos ganeses tiveram em Criciúma um lugar de passagem. A grande maioria partiu, em poucos meses, para outros países; uma minoria retornou a Gana. Entre os lugares citados nas rotas identificadas pela pesquisa, um dos mais procurados são os Estados Unidos, em especial a cidade de Nova Iorque. Os ganeses, assim como os haitianos, circulam pelo mundo global, como trabalhadores subalternos e racializados. Assim como estes, chegam ao Sul do Brasil em busca de trabalho e de melhores condições de vida, mas encontram dificuldades semelhantes de adaptação e inserção laboral, acentuadas pelos marcadores religiosos, pois parte da população é muçulmana.

A região conhecida como Grande Florianópolis é composta por 22 municípios, com população superior a 1.027.271 habitantes, segundo o Censo do IBGE de 2011, e tem como sede a capital de Santa Catarina. As cidades de Florianópolis, São José, Palhoça e Santo Amaro da Imperatriz, entre outras, a partir de 2010, passaram a receber importantes contingentes de migrantes haitianos/as e senegaleses/as, entre outros grupos de imigrantes e refugiados. Este movimento esteve articulado com outras regiões do estado e do país em um processo que vem transformando continuamente relações, escalas e paisagens sociais (APPADURAI, 2004), tanto local quanto transnacionalmente.

Os primeiros grupos de haitianos e senegaleses começaram a chegar à região em maio de 2010, poucos meses depois do terremoto ocorrido no Haiti, em 12 de janeiro do mesmo ano, num fluxo que ainda perdura, embora com menos intensidade. Dos imigrantes haitianos que ingressaram no Brasil até 2014, cerca de 59,2% concentravam-se na Região Sul, sendo Santa Catarina o principal destino¹¹. Os senegaleses, em termos gerais, destinavam-se majoritariamente e inicialmente aos estados do Rio Grande do Sul e São Paulo. Tanto haitianos quanto senegaleses possuem grande mobilidade interna, sendo comum o fato de terem morado em três ou mais cidades dentro do Brasil.

Em sua maioria formados por homens, estes contingentes apresentaram, desde o início, uma presença feminina, ainda que quantitativamente minoritária. A chegada mais expressiva das mulheres ocorreu num segundo momento do fluxo, e elas atuaram como importantes articuladoras de redes de migração.

No que se refere ao mercado de trabalho, entre 2010 e 2015 o número de trabalhadores imigrantes cresceu 131% no Brasil, principalmente nos setores de construção civil, cuidados e alimentação, sendo frequentes os relatos de jornadas excessivas e salários menores que os dos brasileiros nas

11 Segundo dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) 2014.

mesmas posições laborais. Entre a comunidade senegalesa, a maior parte já passou pela experiência do trabalho formal, seja em Santa Catarina ou em outros estados, mas, em função de exploração, preconceito e baixos salários, optou, assim como a comunidade ganesa de Criciúma, pela atividade comercial de venda de mercadorias, como roupas e eletrônicos, empreendendo e participando de feiras gastronômicas e de vestuário, acionando as identidades étnicas e relacionadas à cultura africana.

As populações haitianas, ganesas e senegalesas apresentam uma importante articulação comunitária e costumam organizar associações para a defesa de seus interesses e direitos como importante estratégia de sobrevivência e de sociabilidade.

A vinda destes grupos populacionais de pessoas provenientes do Sul Global chamou atenção e ganhou as páginas dos principais jornais e telejornais do estado. As matérias, em geral, apresentavam homens com carteiras de trabalho na mão, chegando na rodoviária de Florianópolis ou outras cidades do estado. A vinda gradual de haitianos para o Brasil — sobretudo após a ocorrência do terremoto já citado — e o então considerado primeiro caso de suspeita de ebola em solo brasileiro, em outubro de 2014, serviram como pano de fundo para que o tema das migrações internacionais fosse explorado no discurso jornalístico. A forma como estas migrações foram representadas nos veículos da imprensa promoveram um clima de pânico entre parte da população brasileira, contribuindo para uma visão preconceituosa e descontextualizada da migração.

Em muitas matérias as pessoas migrantes foram apresentadas como trabalhadoras que concorrem no mercado de trabalho com brasileiros. No caso de Santa Catarina, as narrativas jornalísticas, utilizando expressões como “invasão”, “ilegais”, “indocumentados”, “clandestinos”, “chegada em massa”, “leva”, enfatizavam a desproporção entre o volume de migrantes que chegavam e o despreparo do estado para seu acolhimento, a ausência de políticas públicas para o encaminhamento desses migrantes, além do desconhecimento dos percursos por eles percorridos para chegar ao estado.

Parte dos discursos jornalísticos relacionava os fluxos migratórios internacionais a uma ideia de risco de saúde e perigo para o Brasil, exigindo, em contrapartida, o fechamento de fronteiras. Também foi possível notar o estabelecimento de relações, sem qualquer fundamento, das migrações com práticas ilícitas, como o tráfico de pessoas, bem como com violência urbana, exploração sexual, propagação de doenças ou mesmo questões sociais — desemprego, criminalidade e pobreza —, contribuindo para a marginalização de grupos migrantes, especialmente os oriundos de países africanos e do Haiti. Neste sentido, as representações presentes no discurso jornalístico, fomentadas a partir de ideais de determinados grupos sociais, podem influenciar a opinião pública sobre assuntos diversos e favorecer o preconceito, o racismo e a xenofobia contra esses grupos, que trouxeram consigo a cor da pele negra, suas línguas diversas e suas ricas expressões religiosas, artísticas e culturais.

É importante reconhecer que o direito de migrar constitui-se um direito humano e que todas as pessoas merecem respeito, independente de sua origem étnica, racial, social e de gênero. Uma sociedade diversa é muito mais rica cultural e linguisticamente.

Referências

- AGIER, M. Distúrbios identitários em tempos de globalização. *Mana*, v. 7, n. 2, p. 7-33, 2001.
- AGIER, M. **Les migrants et nous**: comprendre Babel. Paris: CNRS Éditions, 2016.
- ALLOATTI, M. N. *et al.* **Explorando os limites da cidadania**: estudo de caso de migrantes argentinos radicados em Balneário Canasvieiras. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - UFSC, Florianópolis, 2013.
- ALLOATTI, M. A multidimensionalidade da imigração boliviana em São Paulo: perspectivas das cadeias globais como estratégia de análise. *PerCursos*, 2014, v. 15, n. 28, p. 257-284.
- ANDERSON, B. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo. Portugal: Perspectivas do Homem, 2005.
- ANDUJAR, A. M. S. **Análise comparativa da densidade populacional na praia de Canasvieiras/ SC**: temporada 2001 e 2003. 2004. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental) - UFSC, Florianópolis, 2004.
- APPADURAI, A. **Dimensões culturais da globalização**: a modernidade sem peias. Lisboa: Teorema, 2004.
- APPADURAI, A. **Modernity at large**. Minnesota: Minnesota University Press, 1996.
- ASSIS, G. de O.; SASAKI, E. M. Novos migrantes do e para o Brasil: um balanço da produção bibliográfica. In: CASTRO, M. G. **Migrações internacionais**: contribuições para políticas. Brasília: CNPD, 2001. p. 615-669.
- ASSIS, G. de O. "De Criciúma para o mundo": gênero, família e migração. *Campos*, v. 3, p. 31-49, 2003.
- ASSIS, G. de O. **De Criciúma para o mundo**: rearranjos familiares e de gênero na vivência dos novos migrantes brasileiros. 2004. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – UNICAMP, Campinas, 2004.
- ASSIS, G. de O. Fluxos do local para o global: as redes sociais construídas entre os catarinenses e a região de Boston (EUA) no início do século XXI. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25., 2009. *Anais [...]*. Fortaleza: ANPUH, 2009.
- ASSIS, G. de O. De Criciúma para o mundo: o ir e vir dos novos emigrantes brasileiros entre os EUA, o Brasil e a Europa e os impactos na vida cotidiana da cidade. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011. *Anais [...]*. São Paulo: ANPUH: 2011.
- BAUMAN, Z. **Extraños llamando a la puerta**. Buenos Aires: Paidós, 2016.
- BHABHA, H. **Nuevas minorias, nuevos derechos**: notas sobre cosmopolitismos vernáculos. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2013.
- BORDIGNON, S. de A. F. **Inserção dos imigrantes haitianos nos contextos educativos escolares e não escolares no Oeste Catarinense**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Comunitária da Região de Chapecó – Unochapecó, Chapecó/SC, 2016.
- BUTLER, J. **Caminhos divergentes**: judaicidade e crítica do sionismo. São Paulo: Boitempo, 2017.
- BUTLER, J. **Cuerpos aliados y lucha política**. Buenos Aires: Paidós, 2017.

- BUTLER, J. **Vida precária**: el poder del duelo y la violencia. Buenos Aires: Paidós, 2009.
- CAMPOS, E. C. de. Estrangeiros em casa: (re)sentimentos, impressões e identificações produzidas pelos emigrantes brasileiros clandestinos nos Estados Unidos (1995 -2005). *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 24., 2007. **Anais [...]**. São Leopoldo: ANPUH: 2007.
- CAMPOS, E. C. de. **Territórios deslizantes**: recortes, miscelâneas e exposições na cidade contemporânea – Criciúma (SC) (1980-2002). 2003. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, 2003.
- CANCLINI, N. G. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar y salir de la modernidad. Buenos Aires: Paidós, 2001.
- CARDOSO, M. G. **De volta para casa**: a inserção dos retornados à Cidade de Criciúma/SC (1995/2009). 2011. Dissertação (Mestrado em História) - UDESC, Florianópolis, 2011.
- CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, T.; ARAÚJO, D. (org.). **Relatório Anual 2016**: a inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro. Brasília, DF: OBMigra; Ministério do Trabalho, 2016.
- CECHINEL, M. S. **Trajetórias afro-diaspóricas**: memórias e histórias de imigrantes ganeses em Criciúma (2010-2016). Projeto de doutorado (Programa de Pós-Graduação em História) - UDESC, 2016.
- COGO, D; SILVA, T. Mídia, alteridade e cidadania da imigração haitiana no Brasil. *In*: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 24., 2015. **Anais [...]**. Disponível em: [http://www.compos.org.br/biblioteca/compos20015-comautoria\(1\)_2754.pdf](http://www.compos.org.br/biblioteca/compos20015-comautoria(1)_2754.pdf). Acesso em: 1 jun. 2015.
- COGO, D; SOUZA, M. B. **Guia das migrações transnacionais e diversidade cultural para comunicadores-migrantes no Brasil**. São Leopoldo: Unisinos, 2013.
- DIAS, J.; LOBO, A. **África em movimento**. Brasília: ABA Publicações, 2012.
- ELIAS, N.; SCOTSON, J. **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- FERNANDES, D.; FARIA, A. V. de. A diáspora haitiana no Brasil: processo de entrada, características e perfil. *In*: BAENINGER, R. et al. (org.). **Imigração haitiana no Brasil**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.
- FERNANDES, D.; FARIA, A. V. de. O visto humanitário como resposta ao pedido de refúgio dos haitianos. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 34, n. 1, p. 145-161, 2017.
- FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 23. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.
- FRAZÃO, S. M.; ASSIS, G. de O. A suspeita que marca: representações (tele)jornalísticas de refugiados africanos e a disseminação de pânico morais contra os fluxos (i)migratórios no Brasil. *In*: CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA, 9., 2017, Faro. **Atas [...]**. Lisboa: Associação Portuguesa de Sociologia, 2017. p. 1-12. Disponível em: http://www.aps.pt/ix_congresso/docs/final/COM0360.pdf. Acesso em: 17 ago. 2017.
- FRAZÃO, S. M.; ASSIS, G. de O. O “pânico moral” na narrativa (tele) jornalística: uma análise da representação de refugiados ganeses em telejornais brasileiros (2014). *In*: SILVA, K. de S.; PEREIRA, M. R.; SANTOS, R. de M. (org.). **Refúgios e migrações**: práticas e narrativas. Florianópolis: NEFIPO/UFSC, 2016. p. 75-99.
- GILROY, P. **O Atlântico negro**: modernidade e dupla consciência. São Paulo: Editora 34; Rio de Janeiro: Universidade Candido Mendes, 2012.

- HALL, S. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- HANDERSON, J.; JOSEPH, R. As relações de gênero, de classe e de raça: mulheres migrantes haitianas na França e no Brasil. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, v. 9, n. 2, 2015.
- IHA, N. C. **Imigrantes internacionais do século XXI: a busca da cidadania na ilha de Santa Catarina**. 2008. Dissertação (Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Banco de Dados Cidades**, 2017. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>
- LOBO, A. Ensaio bibliográfico: migrações de trânsito em África: sobre mobilidades e imobilidades. **Anuário Antropológico**, v. 38, n. 2, p. 249-259, 2018.
- MAGALHÃES, L. F. A. "O Haiti é aqui: primeiros apontamentos sobre os imigrantes haitianos em Balneário Camboriú – SC." **PerCursos**, v. 15, n. 28, p. 223-256, 2014.
- MAGALHÃES, L. F. A. **A imigração haitiana em Santa Catarina: perfil sociodemográfico do fluxo, contradições da inserção laboral e dependência de remessas no Haiti**. 2017. Tese (Doutorado em Demografia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 2017.
- MARTINELLO, A. S. **Política agrária e imigratória nas colônias japonesas de Santa Catarina (1961-1978)**. Florianópolis: UFSC, 2007.
- MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Cadastro Geral de Empregados e Desempregados**, 2016.
- MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL. **Relação Anual de Informações Sociais – RAIS 2014**. Disponível em: www.mtps.gov.br/rais
- NEE, V.; SANDERS, J.; SERNAU, S. Job transitions in an immigrant metropolis: ethnic boundaries and the mixed economy. **American Sociological Review**, v. 59, n. 6, p. 849-872, 1994.
- PATARRA, N. L. Migrações internacionais de e para o Brasil contemporâneo: volumes, fluxos, significados e políticas. **São Paulo em perspectiva**, v. 19, n. 3, p. 23-33, 2005.
- SCHMEIL, L. "**Alquila-se una isla**": turistas argentinos em Florianópolis. 1994. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – UFSC, Florianópolis, 1994.
- SASAKI, E. M.; ASSIS, G. O. Teorias das migrações internacionais. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 12., Caxambu, out. 2000. **Anais [...]**. Caxambu: ABEP, 2000. Disponível em: <http://www.webartigos.com/artigos/abordagens-teoricas-sobre-migracoes/47805/#ixzz-3C0xzuly8>. Acesso em: set. 2017.
- SANTOS, G. A. dos. **Estado, redes sociais e fronteira: a migração do sul catarinense para os Estados Unidos**. 2007. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Catarina, 2007.
- SAYAD, A. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: EDUSP, 1998.
- SILVA, C. R.; MAGALHÃES, L. F.; ASSIS, G. O. A imigração haitiana nas páginas dos jornais: análise de reportagens da Folha de São Paulo entre 2010 e 2015. In: BAENINGER, R. *et al.* (org.). **Imigração haitiana no Brasil**. Jundiaí: Paco, 2016. p. 639-653.

SCHROEDER, A. M. **Regulação e controle do transporte público coletivo municipal em Balneário Camboriú/SC. 2016.** Dissertação (Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental) - UDESC, Florianópolis, 2016.

THOMPSON, K. **Pánicos morales.** Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2014.

THOMSON, A. Histórias (co)movedoras: história oral e estudos de migração. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 22, n. 44, p. 341-364, 2002.

TURNES, V. A. Reflexões sobre fluxos migratórios internos de populações no estado de Santa Catarina. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 4, n. 1, p.155-194, abr. 2008.

UNITED NATIONS. Department of Economic and Social Affairs. Population Division. **World population prospects: the 2015 revision.** 2015.

ZHOU, M. Revisiting ethnic entrepreneurship: convergencies, controversies, and conceptual advancements. **IMR**, v. 38, n. 3, p. 1.040-1.074, 2004.



A economia regional do Planalto Catarinense

Estevan Felipe Pizarro Muñoz¹

1 - Introdução

Olá, estudante! Me chamo Estevan Muñoz e vou conduzir você por este fascinante universo científico que é a Economia. Mais especificamente, me proponho a fazer um olhar da economia regional do Planalto Catarinense para ir ao encontro dos objetivos deste livro que você tem em mãos, chamado “As identidades culturais no Planalto Catarinense: dinâmicas históricas e processos contemporâneos de construção da diversidade”.

Para isso, organizei este breve capítulo em quatro seções, além desta introdução. Na próxima seção serão estabelecidas algumas definições conceituais que irão nortear a nossa reflexão. A terceira seção irá apresentar um conjunto de informações que vai permitir uma caracterização panorâmica da economia do território do Planalto Catarinense. Na sequência, a quarta seção vai buscar analisar e discutir algumas das principais questões que levantamos nas duas seções anteriores. E, por fim, a última seção vai realizar os comentários finais deste capítulo. Vamos nessa?

2 - Economia e território: primeiras definições conceituais

Para começo de conversa: que história é essa de economia?

Certamente você já ouviu muitas vezes essa palavra na sua vida, e provavelmente ela estava associada à ideia de poupar recursos em alguma compra de produtos e/ou serviços, bem como à expectativa de ganhar mais dinheiro em alguma atividade remunerada, não é mesmo? O fato é que a economia (e suas diferentes expressões) está profundamente articulada com a vida humana. Quanto custa isso? Em que você trabalha? Qual o seu salário? Quanto você paga de imposto? Por que a gasolina está custando essa barbaridade? Essas e tantas outras questões estão relacionadas à economia e demonstram sua importância no nosso cotidiano.

A palavra economia vem do termo grego *oikonomos* e pode ser entendida como “aquele que administra um lar”. Imagine a sua casa. Vocês dividem o trabalho para limpar, cozinhar, lavar a louça, arrumar o quarto, fazer compras, pagar as contas de água, luz, internet etc.? Viver em uma casa ou apartamento dá bastante trabalho, né? E a gente precisa dividir tarefas (senão, a gente sobrecarrega as outras pessoas da família). Ou seja, já estamos fazendo algum tipo de atividade econômica, embora, neste caso, ela se caracterize como “atividade doméstica” e, portanto, não remunerada (mas não menos importante para a nossa reprodução social, 😊 hein?).

¹ Professor do Departamento de Ciências Naturais e Sociais, Centro de Ciências Rurais, UFSC. E-mail para contato: estevanpmunoz@gmail.com

Uma primeira definição de economia pode ser dada por: “Economia é o conjunto de atividades desenvolvidas <pelos pessoas>, visando a produção, distribuição e o consumo de bens e serviços necessários à sobrevivência e à qualidade de vida, <bem como pela busca da sustentabilidade social e ambiental>”² Essa definição nos permite identificar algumas variáveis que serão chave para a compreensão deste texto, tais como a produção e a distribuição, as quais vão nos levar ao papel das empresas que transformam fatores de produção (terra, capital, trabalho) em bens e serviços para os consumidores. Estes, por sua vez, podem ser os consumidores finais e/ou outras empresas intermediárias que continuam processando a produção e agregando novas utilidades na cadeia de valor de um determinado produto. Além disso, temos as necessidades das pessoas que buscam ser supridas por esses bens e serviços que elas não produzem, mas que precisam (ou desejam) consumir e tendem a contribuir para sua qualidade de vida. Por último, mas não menos importante, temos que considerar como a relação “economia/sociedade/natureza” precisa ser levada mais a sério se queremos ter um futuro possível para as próximas gerações.

Muito complexo? Pois é, mas essa é só a pontinha do “iceberg”³ da ciência econômica, rs. Mas não se assuste. Vale a pena estudar!

Agora que entendemos um pouco sobre o conceito básico de economia, precisamos esclarecer o segundo conceito central deste texto: “território”.

O que seria um território?

Bem, o termo território vem do latim *territorium*, expressão que se referia a uma terra delimitada ou sob uma dada jurisdição. O conceito de território vai se originar dos debates da Geografia, pois está diretamente relacionado aos processos de construção e transformação do espaço geográfico. Historicamente, a noção de território irá se vincular aos Estados Nacionais, os quais necessitavam estabelecer e defender suas fronteiras, já que, até não muito tempo atrás, havia muitas disputas e guerras pela posse e soberania de um determinado espaço físico e, portanto, deveriam ser protegidos pelos exércitos. Verdade seja dita, esse fenômeno nunca parou ao redor do nosso planeta, mas é evidente que, por ora, esse processo está menos intenso do que no passado.

O artigo 18 da nossa Constituição Federal de 1988 determina que a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. Acontece que os debates da geografia e da economia regional têm demonstrado que as delimitações político-administrativas nem sempre condizem com outras dimensões não menos importantes de um território. Isso significa que um território⁴ pode conjugar múltiplos aspectos sociais, históricos, culturais, ambientais e econômicos, os quais podem conformar diferentes arranjos territoriais para além da classificação político-administrativa.

2 Nota do autor: realizei duas complementações desse conceito tendo em vista a sua atualização.

3 Nota do autor: ficou mais coisa fora do que dentro nesta primeira definição conceitual de economia, mas a ciência precisa estabelecer essas fronteiras teóricas para poder realizar suas análises.

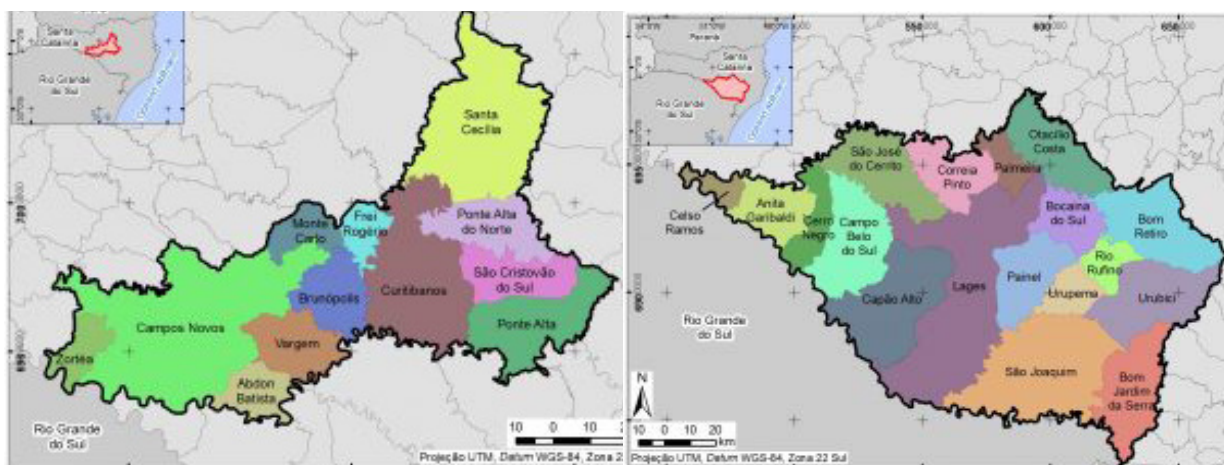
4 Ver mais em: <https://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/geografia/o-que-e-territorio.htm>

Ufa! Acho que temos uma fundamentação teórica básica sobre Economia e Território, correto? (Senão, releia o texto, consulte os materiais complementares⁵ e/ou peça ajuda de professores e colegas). Agora podemos passar para a seção seguinte.

3 - Um olhar sobre alguns indicadores da economia do território do Planalto Catarinense

Para fins deste estudo, utilizaremos a mesma classificação de território delimitada pelo Grupo de Pesquisa em Análise Socioambiental no Planalto Catarinense (ASAM), localizado no Centro de Ciências Rurais do Campus de Curitibanos, da Universidade Federal de Santa Catarina⁶, que compreende a região de Curitibanos e a região de Lages, de acordo com a delimitação espacial proposta pelo Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS). A Figura 1 ilustra esses municípios:

Figura 1: a) Região de Curitibanos; b) Região de Lages



Fonte: ASAM (2021).

A partir desse recorte territorial, apresentaremos a seguir informações socioeconômicas panorâmicas sobre: Dados demográficos; Produto Interno Bruto Municipal; Empresas e empregos; Empresas e empregos por setores da economia; Estabelecimentos rurais e pessoal ocupado.

⁵ Além das indicações de referências listadas nas notas de rodapé, uma sugestão de leitura complementar para quem quiser se aprofundar mais nas discussões acadêmicas é a obra do Cruz *et al.* (2011), que está detalhada nas referências.

⁶ Ver mais em: <https://asam.paginas.ufsc.br/>

a) Dados Demográficos

Tabela 1: Dados demográficos do Território do Planalto Catarinense

n.	Município	Habitantes (Censo 2010)			Pop total. Estimada 2020/2021	Variação da popu- lação 2010	Área territorial (2020)	Densidade demográfica (2010)
		Rural	Urbano	Total				
1	Abdon Batista	1.929	724	2.653	2.534	-4,49%	237,52	11,25
2	Anita Garibaldi	4.072	4.551	8.623	6.783	-21,34%	589,81	14,67
3	Bocaina do Sul	2.323	967	3.290	3.501	6,41%	510,67	6,42
4	Bom Jardim da Serra	1.998	2.397	4.395	4.891	11,29%	938,52	4,7
5	Bom Retiro	2.525	6.417	8.942	10.153	13,54%	1.057,03	8,47
6	Brunópolis	2.145	705	2.850	2.318	-18,67%	336,44	8,46
7	Campo Belo do Sul	3.077	4.406	7.483	6.889	-7,94%	1.025,64	7,28
8	Campos Novos	5.760	27.064	32.824	36.861	12,30%	1.717,70	19,09
9	Capão Alto	1.791	962	2.753	2.467	-10,39%	1.331,96	2,06
10	Celso Ramos	1.899	872	2.771	2.709	-2,24%	208,39	13,3
11	Cerro Negro	2.817	764	3.581	3.013	-15,86%	418,54	8,58
12	Correia Pinto	2.763	12.022	14.785	12.315	-16,71%	647,39	22,71
13	Curitibanos	2.979	34.769	37.748	40.037	6,06%	949,87	39,79
14	Frei Rogério	1.768	706	2.474	1.918	-22,47%	158,78	15,54
15	Lages	2.790	153.937	156.727	157.158	0,28%	2.637,66	59,56
16	Monte Carlo	1.236	8.076	9.312	9.945	6,80%	191,28	48,12
17	Otacílio Costa	1.446	14.891	16.337	19.201	17,53%	847,25	19,33
18	Painel	1.408	945	2.353	2.352	-0,04%	738,33	3,18
19	Palmeira	1.448	925	2.373	2.673	12,64%	289,10	8,2
20	Ponte Alta	1.316	3.578	4.894	4.619	-5,62%	575,17	8,6
21	Ponte Alta do Norte	296	3.007	3.303	3.426	3,72%	396,88	8,27
22	Rio Rufino	1.748	688	2.436	2.484	1,97%	282,57	8,62
23	Santa Cecília	2.094	13.663	15.757	17.004	7,91%	217,58	13,75
24	São Cristóvão do Sul	1.212	3.800	5.012	5.646	12,65%	345,90	14,28
25	São Joaquim	7.239	17.573	24.812	27.322	10,12%	1.888,63	13,11
26	São José do Cerrito	6.781	2.492	9.273	8.054	-13,15%	948,71	9,81
27	Urubici	3.633	7.066	10.699	11.311	5,72%	1.021,37	10,51
28	Urupema	1.250	1.232	2.482	2.453	-1,17%	350,47	7,09
29	Vargem	1.912	896	2.808	2.387	-14,99%	350,61	8,02
30	Zortéa	655	2.336	2.991	3.432	14,74%	190,18	15,77
TOTAL DO TERRITÓRIO DO PLANALTO CATARINENSE		74.310	332.431	406.741	415.856	2,24%	21.399,95	19,43
Comparativo								
Florianópolis		15.965	405.275	421.240	516.524	22,62%	674,84	623,68

Fonte: IBGE Cidades (2022).

b) Produto Interno Bruto Municipal

Tabela 2: Produto Interno Bruto Municipal do Território do Planalto Catarinense

n.	Município	PIB Municipal (x R\$ 1.000)	% Agro	% Ind	% Serv	% Adm P.	PIB per capita
1	Abdon Batista	65.192,26	36%	5%	26%	33%	25.435,92
2	Anita Garibaldi	170.973,88	29%	13%	33%	25%	23.969,42
3	Bocaina do Sul	86.228,53	49%	5%	20%	25%	24.821,11
4	Bom Jardim da Serra	132.716,82	43%	5%	29%	22%	27.981,62
5	Bom Retiro	313.892,00	46%	7%	32%	15%	31.496,29
6	Brunópolis	90.130,08	49%	4%	27%	20%	37.243,84
7	Campo Belo do Sul	228.816,31	52%	7%	24%	17%	32.613,50
8	Campos Novos	2.194.251,42	16%	36%	38%	10%	60.541,09
9	Capão Alto	136.809,79	44%	12%	27%	17%	54.182,09
10	Celso Ramos	59.455,82	33%	7%	25%	35%	21.794,66
11	Cerro Negro	80.225,65	50%	5%	20%	25%	25.680,42
12	Correia Pinto	618.967,15	13%	47%	27%	13%	48.375,71
13	Curitibanos	1.494.454,95	6%	33%	48%	14%	37.601,08
14	Frei Rogério	72.673,48	46%	6%	26%	22%	35.923,62
15	Lages	5.571.757,82	3%	22%	59%	16%	35.366,36
16	Monte Carlo	174.405,71	24%	18%	28%	30%	17.778,81
17	Otacílio Costa	771.457,44	10%	46%	29%	15%	41.157,57
18	Painel	59.911,21	49%	4%	19%	28%	25.396,87
19	Palmeira	110.985,71	29%	33%	20%	18%	42.248,08
20	Ponte Alta	130.942,82	35%	18%	25%	22%	27.967,28
21	Ponte Alta do Norte	114.123,23	46%	9%	25%	20%	33.428,01
22	Rio Rufino	59.284,06	45%	5%	22%	29%	23.875,98
23	Santa Cecília	54.465,41	12%	5%	25%	58%	8.305,19
24	São Cristóvão do Sul	159.871,19	15%	26%	37%	23%	28.810,81
25	São Joaquim	894.979,86	38%	6%	41%	14%	33.206,44
26	São José do Cerrito	262.281,50	36%	31%	18%	15%	31.619,23
27	Urubici	296.614,82	35%	5%	40%	20%	26.400,96
28	Urupema	66.613,94	46%	5%	23%	26%	27.023,91
29	Vargem	65.731,08	42%	11%	19%	27%	26.536,57
30	Zortéa	82.422,04	34%	6%	31%	29%	24.508,49
TOTAL DO TERRITÓRIO DO PLANALTO CATARINENSE		14.620.635,98	16%	24%	44%	16%	35.945,81
Comparativo							
Florianópolis		21.963.927,87	0,27%	8%	76%	15%	43.842,54

Fonte: Dados adaptados do IBGE Cidades (2022).

Legenda: Agro = Agropecuário; Ind = Indústria; Ser = Serviços; Adm P = Administração Pública; Imp = Impostos.

c) Empresas e empregos

Tabela 3: Empresas, empregos e microempreendedores do Território do Planalto Catarinense

n.	Município	Empresas					Empregos					Micro- em- preendo- res
		% Mic	% Peq	% Méd	% Gra	Total	% Mic	% Peq	% Méd	% Gra	Total	
1	Abdon Batista	93%	7%	0,00%	0,00%	107	47%	53%	0%	0,00	417	68
2	Anita Garibaldi	97%	2%	0,35%	0,00%	282	60%	20%	20%	0,00	1.012	245
3	Bocaina do Sul	96%	4%	0,00%	0,00%	89	67%	33%	0%	0,00	277	63
4	Bom Jardim da Serra	98%	2%	0,00%	0,00%	252	79%	21%	0%	0,00	560	128
5	Bom Retiro	95%	5%	0,19%	0,19%	531	33%	28%	4%	0,35	2.891	350
6	Brunópolis	97%	3%	0,00%	0,00%	65	70%	30%	0%	0,00	163	88
7	Campo Belo do Sul	94%	5%	0,45%	0,45%	223	34%	31%	14%	0,22	1.468	198
8	Campos Novos	94%	5%	0,84%	0,20%	2.035	31%	26%	22%	0,21	12.965	1.151
9	Capão Alto	94%	5%	0,98%	0,00%	102	42%	46%	12%	0,00	500	64
10	Celso Ramos	95%	5%	0,86%	0,00%	584	37%	34%	29%	0,00	2.825	741
11	Cerro Negro	99%	1%	0,00%	0,00%	83	90%	10%	0%	0,00	176	67
12	Correia Pinto	Dados não localizados										
13	Curitibanos	93%	6%	0,44%	0,24%	2.064	36%	36%	13%	0,15	12.273	1.885
14	Frei Rogério	97%	3%	0,00%	0,00%	63	49%	51%	0%	0,00	161	48
15	Lages	93%	6%	0,63%	0,32%	8.478	33%	30%	13%	0,24	55.061	6.641
16	Monte Carlo	94%	4%	0,72%	1,08%	279	23%	10%	29%	0,38	2.792	277
17	Otacílio Costa	92%	7%	0,64%	0,26%	776	27%	37%	12%	0,24	7.285	684
18	Painel	Dados não localizados										
19	Palmeira	93%	7%	0,00%	0,00%	102	44%	56%	0%	0,00	547	62
20	Ponte Alta	95%	4%	0,57%	0,00%	176	51%	33%	15%	0,00	720	155
21	Ponte Alta do Norte	93%	5%	1,20%	0,00%	167	42%	34%	25%	0,00	917	116
22	Rio Rufino	96%	4%	0,00%	0,00%	50	51%	49%	0%	0,00	182	78
23	Santa Cecília	93%	5%	0,96%	0,21%	937	29%	28%	21%	0,21	6.277	677
24	São Cristóvão do Sul	94%	5%	0,79%	0,39%	254	30%	22%	27%	0,21	1.734	163
25	São Joaquim	Dados não localizados										
26	São José do Cerrito	98%	1%	0,44%	0,00%	228	77%	11%	13%	0,00	559	234
27	Urubici	97%	3%	0,00%	0,00%	574	69%	31%	0%	0,00	1.624	402
28	Urupema	97%	2%	1,16%	0,00%	86	16%	8%	76%	0,00	797	95
29	Vargem	Dados não localizados										
30	Zortéa	99%	1%	0,00%	0,00%	175	93%	8%	0%	0,00	200	139
TOTAL DO TERRITÓ- RIO DO PLANALTO CATARINENSE		94%	5%	0,59%	0,25%	18.762	34%	30%	15%	21%	114.383	14.819
Comparativo												
Florianópolis		92%	7%	0,61%	0,48%	35.519	25%	27%	9%	39%	285.628	33.468

Fonte: Dados adaptados dos Cadernos de desenvolvimento do Sebrae (2019).

Legenda: Mic = Microempresa; Peq = Empresa de pequeno porte; Méd = Empresa de médio porte; Gra = Empresa de grande porte.

d) Empresas e empregos por setores econômicos

Tabela 4: Empresas e empregos por setor da economia do Território do Planalto Catarinense

n.	Município	Agricultura		Comércio		Serviços		Indústria		Construção	
		% E	% W	% E	% W	% E	% W	% E	% W	% E	% W
1	Abdon Batista	4%	2%	49%	42%	31%	23%	10%	14%	7%	19%
2	Anita Garibaldi	12%	6%	46%	35%	32%	19%	7%	40%	2%	0%
3	Bocaina do Sul	28%	24%	35%	25%	19%	15%	18%	36%	0%	0%
4	Bom Jardim da Serra	28%	42%	35%	23%	14%	25%	8%	9%	3%	1%
5	Bom Retiro	16%	62%	39%	15%	28%	12%	13%	10%	3%	1%
6	Brunópolis	32%	29%	38%	49%	18%	6%	9%	16%	2%	0%
7	Campo Belo do Sul	25%	51%	39%	17%	22%	8%	12%	24%	2%	1%
8	Campos Novos	11%	10%	36%	28%	36%	18%	9%	39%	7%	5%
9	Capão Alto	49%	42%	22%	12%	20%	24%	7%	21%	3%	2%
10	Celso Ramos	3%	6%	36%	29%	45%	31%	7%	30%	9%	4%
11	Cerro Negro	20%	26%	40%	36%	28%	11%	11%	27%	1%	0%
12	Correia Pinto	Dados não localizados.									
13	Curitibanos	9%	8%	39%	33%	35%	22%	11%	32%	6%	6%
14	Frei Rogério	21%	16%	44%	21%	29%	22%	6%	41%	0%	0%
15	Lages	6%	4%	40%	29%	39%	37%	10%	23%	6%	6%
16	Monte Carlo	13%	56%	47%	11%	32%	12%	5%	19%	3%	2%
17	Otacílio Costa	5%	2%	46%	20%	31%	16%	12%	48%	7%	14%
18	Painel*										
19	Palmeira	17%	7%	30%	21%	28%	13%	22%	47%	3%	11%
20	Ponte Alta	20%	36%	38%	14%	23%	10%	18%	41%	2%	0%
21	Ponte Alta do Norte	14%	13%	32%	24%	23%	17%	27%	45%	5%	1%
22	Rio Rufino	14%	10%	42%	21%	32%	18%	12%	51%	0%	0%
23	Santa Cecília	14%	18%	37%	14%	30%	14%	14%	48%	5%	5%
24	São Cristóvão do Sul	14%	11%	31%	16%	30%	35%	22%	37%	3%	1%
25	São Joaquim	Dados não localizados.									
26	São José do Cerrito	25%	24%	41%	35%	22%	25%	10%	15%	2%	1%
27	Urubici	16%	27%	33%	35%	40%	30%	7%	6%	3%	1%
28	Urupema	34%	86%	34%	6%	27%	7%	3%	0%	2%	0%
29	Vargem*										
30	Zortéa	8%	25%	54%	56%	27%	17%	7%	3%	3%	1%
TOTAL DO TERRITÓRIO DO PLANALTO CATARINENSE		10%	11%	39%	26%	35%	28%	10%	29%	5%	6%
Comparativo											
Florianópolis		0,25%	0,26%	28%	22%	61%	68%	4%	4%	6%	6%

Fonte: Dados adaptados dos Cadernos de desenvolvimento do Sebrae (2019).

Legenda: E = Empresas; W = Empregos.

e) Estabelecimentos rurais e pessoal ocupado

Tabela 5: Estabelecimentos rurais e pessoal ocupado do Território do Planalto Catarinense

n.	Município	Estabelecimentos Rurais			
		Quant.	Área Total (ha)	Área média (ha)	Pessoas ocupadas
1	Abdon Batista	693	17.009	25	1.462
2	Anita Garibaldi	1.343	47.914	36	3.492
3	Bocaina do Sul	607	37.449	62	1.701
4	Bom Jardim da Serra	669	79.261	118	2.026
5	Bom Retiro	750	69.847	93	2.775
6	Brunópolis	557	28.121	50	1.521
7	Campo Belo do Sul	1.040	80.167	77	2.956
8	Campos Novos	1.670	150.380	90	4.793
9	Capão Alto	710	115.291	162	2.121
10	Celso Ramos	556	14.799	27	1.296
11	Cerro Negro	791	31.658	40	2.772
12	Correia Pinto	884	47.894	54	2.531
13	Curitibanos	893	79.308	89	2.555
14	Frei Rogério	429	13.322	31	1.644
15	Lages	1.389	260.861	188	4.518
16	Monte Carlo	285	20.798	73	1.819
17	Otacílio Costa	508	74.153	146	1.467
18	Painel	663	72.151	109	1.606
19	Palmeira	520	28.251	54	1.170
20	Ponte Alta	409	48.283	118	1.109
21	Ponte Alta do Norte	81	36.870	455	332
22	Rio Rufino	306	13.203	43	883
23	Santa Cecília	358	110.219	308	1.612
24	São Cristóvão do Sul	178	28.849	162	577
25	São Joaquim	2.360	169.510	72	10.122
26	São José do Cerrito	2.063	73.894	36	4.880
27	Urubici	658	55.142	84	2.522
28	Urupema	322	23.301	72	1.505
29	Vargem	714	28.800	40	1.769
30	Zortéa	257	15.201	59	742
TOTAL DO TERRITÓRIO DO PLANALTO CATARINENSE		22.663	1.871.906	83	70.278
Comparativo					
Florianópolis		211	4.592	22	595

Fonte: Dados adaptados do IBGE Cidades (2022).

Minha nossa, quantos números! Vamos interpretá-los?

4 - Análises dos dados apresentados

a) Dados demográficos

As tabelas demonstram que a população estimada total do Território do Planalto Catarinense, em 2021, representa 406.741 habitantes, que ocupam um total de 21.399 km², e isso gera uma densidade demográfica de 19 habitantes/km². Em termos estaduais, nosso território representa 22% da área territorial de Santa Catarina e nossa população responde por 5,54% da população catarinense. Para você ter uma ideia de comparação com outros municípios, de acordo com o IBGE Cidades, Florianópolis possui 623 hab./km²; Joinville possui 457 hab./km²; Chapecó possui 293 hab./km². Em nosso território, Lages é a cidade com a maior densidade demográfica, com 59,56 hab./km². Na outra ponta do ranking, a cidade com a menor densidade demográfica dessa amostra de municípios é Capão Alto, com apenas 2,06 hab./km². **Atenção!** Esta é uma das nossas principais características demográficas: temos pouca gente por quilometro quadrado.

Uma segunda característica que os dados demográficos nos apresentam é que 82% da população do Território do Planalto Catarinense é urbana. Esse dado vai ao encontro dos movimentos de urbanização em todo o globo, embora alguns estudos ponderem outras variáveis, como tamanho dos municípios e densidade demográfica. De todo modo, nosso território vai ter uma presença da população rural muito acima de Florianópolis, que possui apenas 4%. Nesse sentido, 13 dos 30 municípios do nosso território possuem uma população rural maior do que a urbana, sendo que Cerro Negro se destaca com 73% da população vivendo no meio rural. No outro extremo desse ranking, Lages é a cidade com a menor porcentagem da sua população vivendo no meio rural, com apenas 2%.

Por fim, é possível observar que 15 dos 30 municípios do nosso território perderam população nos últimos 10 anos. Isso ocorre por duas questões centrais: a relação das taxas de natalidade com as taxas de mortalidade e o crescimento dos movimentos migratórios dos habitantes do território. Em outras palavras, as famílias estão tendo menos filhos, os quais não têm proporcionado o crescimento da população. Mas, talvez, o mais preocupante é a saída das famílias de seus locais de origem em busca de novos lugares para viver. Isso se expressa na variação populacional que o Território do Planalto Catarinense obteve nos últimos 10 anos, quer dizer, houve um crescimento de apenas 2,24% da população. Por outro lado, se observarmos Florianópolis, veremos que a capital catarinense cresceu 22% nos últimos 10 anos, Chapecó cresceu 24% no mesmo período, Joinville cresceu 17%. No mesmo período, nossa maior e mais dinâmica cidade do Território – Lages – cresceu apenas 0,28%. Essa tendência contínua de perda de população é preocupante para o futuro da região.

b) Produto Interno Bruto Municipal

De acordo com os Cadernos de desenvolvimento do Sebrae (2019), o Produto Interno Bruto

(PIB) expressa, em valores, a soma de todos os bens e serviços produzidos em determinado país ou região⁷. É um indicativo macroeconômico que dimensiona a atividade econômica presente naquele espaço geográfico, sendo trabalhado como “termômetro” do grau de desenvolvimento ali presente. Nesse sentido, os dados indicam que a somatória do PIB do Território do Planalto Catarinense está em torno de R\$14 bilhões, sendo que os três municípios com o maior PIB municipal são: 1º) Lages, com R\$ 5,5 bilhões; 2º) Campos Novos, com R\$ 2,1 bilhões; 3º) Curitibanos, com R\$ 1,4 bilhões. Na outra ponta do ranking, temos que os três municípios com o menor PIB municipal são: 30º) Santa Cecília, com R\$ 54 milhões; 29º) Rio Rufino, com R\$ 59,2 milhões; e 28º) Celso Ramos, com R\$ 59,4 milhões.

Para termos um comparativo do que isso significa, de acordo com os dados do IBGE, o PIB do estado de Santa Catarina representou R\$323 bilhões em 2019, e os quatro maiores municípios foram os seguintes: 1º) Joinville, com R\$ 34 bilhões; 2º) Itajaí, com R\$ 28 bilhões; 3º) Florianópolis, com R\$ 21 bilhões; e 4º) Blumenau, com R\$ 17 bilhões. Quer dizer, a contribuição do nosso Território para o PIB Estadual é bastante tímida, representando apenas 4,33%.

O PIB é a somatória dos seguintes setores econômicos: agropecuário, indústria, serviços, administração pública e impostos. Uma das características principais do nosso território é a forte presença do PIB agropecuário, representando 16% do Valor Adicionado Bruto Total do território. Isso se expressa no fato de que 17 dos 30 municípios da amostra possuem o PIB Agro como o mais importante componente do PIB total, com destaque para Campo Belo do Sul, com 52%. No outro extremo desse ranking, Lages se destaca com a menor expressão do PIB Agro, com apenas 2% do PIB total, o que significa que o polo regional do território possui uma economia mais diversificada, como veremos mais adiante. Em termos absolutos, São Joaquim é o município com o maior PIB Agro da nossa amostra de municípios, onde a fruticultura de clima temperado se destaca como principal atividade econômica, especialmente a produção de maçã, pera e uva. Campos Novos representa o segundo município do território com o maior valor absoluto do PIB Agro, na medida em que é o maior produtor de cereais de Santa Catarina, destacando-se nos cultivos de milho, soja, trigo e feijão. Além disso, a pecuária extensiva ainda é uma atividade característica do nosso território.

Um segundo componente do PIB refere-se ao PIB Indústria, que corresponde ao percentual referente às atividades industriais, independentemente do ramo. Nesse sentido, o PIB Ind do Território do Planalto Catarinense representa 22% do PIB total, sendo que apenas 3 dos 30 municípios da amostra possuem o PIB Ind como o mais importante do PIB total: Correia Pinto, Otacílio Costa e Palmeira. Vale destacar que os três municípios se caracterizam pelas grandes áreas de reflorestamento de pinos e eucaliptos e pela produção de papel, celulose e outros derivados da madeira. Além do mais, nosso território é também caracterizado pela presença da economia agroindustrial, especialmente da suinocultura e avicultura.

O PIB Serviços representa o terceiro componente do PIB total. O chamado setor de serviços é caracterizado por atividades bastante heterogêneas quanto ao porte das empresas, à remuneração média e à intensidade no uso de tecnologias. Nas últimas décadas, o desempenho das atividades que compõem o setor vem se destacando pelo dinamismo e pela crescente participação na produção

7 Ver mais em: <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>

econômica brasileira (IBGE, 2022). Assim, o PIB Serv representa 44% do PIB do nosso Território, sendo que 7 dos 30 municípios dessa amostra de municípios possuem como a maior expressão do PIB Total, com destaque para Lages. Conforme comentado anteriormente, Lages é o polo regional do Território do Planalto Catarinense e destaca-se na agropecuária, processamento de madeira e comércio, além de setores econômicos como metal-mecânico, autopeças, polo petrolífero, produção de alimentos e desenvolvimento de softwares, ou seja, possui uma maior diversificação das suas atividades.

Um indicador bastante utilizado para se medir a riqueza de um território é o chamado PIB per capita, que nada mais é do que a divisão do PIB pelo número de habitantes de um território. No nosso caso, os dados estão disponíveis por municípios. A Tabela 2 indica que o município com maior PIB per capita é Campos Novos, com R\$ 60.541,09/hab., enquanto o município com o menor PIB per capita é Santa Cecília, com R\$ 8.305,19/hab.. Os dados agregados do território do Planalto Catarinense apontam que o PIB per capita é de R\$ 35.945/hab. Como comparativo, destacamos que o PIB per capita de Joinville é de R\$ 58.746,90/hab.; Chapecó é de R\$ 47.749,34/hab.; e Florianópolis é de R\$43.842,54/hab.

c) Empresas e empregos

De acordo com a legislação brasileira atual, pode-se classificar as empresas da seguinte forma⁸:

- Microempresa: tem faturamento anual de até R\$ 360 mil ou emprega até 9 pessoas no comércio e serviços, ou 19 pessoas no setor industrial.
- Pequena empresa: tem faturamento anual de até R\$ 4,8 milhões por ano ou emprega de 10 a 49 pessoas no comércio e serviços, ou de 20 a 99 pessoas na indústria.
- Empresa de médio porte: com faturamento anual até a R\$ 300 milhões e emprega de 50 a 99 pessoas para o setor de comércio e serviços, e de 100 a 499 pessoas no setor industrial.
- Empresa de grande porte: com faturamento anual maior que R\$ 300 milhões e emprega 100 pessoas ou mais no setor de comércio e serviços e 500 pessoas ou mais no setor industrial.
- Microempreendedor individual: pessoa que trabalha por conta própria e se legaliza como pequeno empresário optante pelo Simples Nacional. O microempreendedor pode possuir um único empregado e não pode ser sócio ou titular de outra empresa. Seu faturamento anual deve ser de até R\$ 81.000,00.

O que os dados apresentados na Tabela 3 demonstram é que 94% das empresas do Planalto Catarinense representam microempresas, 5% representam empresas de pequeno porte, 0,59% representam empresas de médio porte e 0,25% representam empresas de grande porte. Já quando se observa o número de empregos, destaca-se que 34% dos empregos no território são oriundos das microempresas; 30% das empresas de pequeno porte; 15% das empresas de médio porte e 21% das empresas de grande porte. Os dados permitem constatar que 99% das empresas são microempresas e empresas de

8 Ver mais em: <https://www.portaldaindustria.com.br/industria-de-a-z/micro-e-pequena-empresa/#:~:text=Micro%20empresa%3A%20empresa%20que%20t%C3%A4m,a%2099%20pessoas%20na%20ind%C3%BAstria>.

pequeno porte, as quais geram 64% dos empregos disponíveis. Além disso, vale destacar a presença da modalidade dos microempreendedores individuais, que somam um total aproximado de 15 mil pessoas e dinamizam a economia regional com a prestação de pequenos serviços e/ou o estabelecimento de pequenos comércios. Em termos absolutos, observa-se que há menos empresas, empregos e microempreendedores individuais do que Florianópolis. Quer dizer, quanto menor o número de pessoas em um espaço geográfico, menor a quantidade de atividade econômica daquele território.

Quando se analisam os dados presentes na Tabela 4, é possível observar como essas empresas e empregos estão distribuídos nos diferentes setores da economia. Os dados agregados do Planalto Catarinense demonstram que 10% das empresas e 11% dos empregos estão relacionados à atividade agropecuária; 74% das empresas e 54% dos empregos estão relacionados ao setor de comércio e de serviços; 10% das empresas e 29% dos empregos estão vinculados ao setor industrial; e, por fim, 5% das empresas e 6% dos empregos estão vinculados à construção civil. Esses dados vão ao encontro da maior expressão do PIB de Serviços junto ao PIB Total do nosso território, ao mesmo tempo que evidenciam a relativa importância que o setor agropecuário possui para o Planalto Catarinense.

d) Estabelecimentos rurais e pessoal ocupado

Por conta da importância da atividade agropecuária para o território do Planalto Catarinense, a Tabela 5 apresentou os dados sobre estabelecimentos rurais e pessoas neles ocupadas. Os dados agregados apontam que aproximadamente 70.000 pessoas estão ocupadas em 22.663 estabelecimentos rurais nos 30 municípios do Planalto Catarinense. Isso é um dado bastante relevante, na medida em que demonstra que, de alguma maneira, 17% da população do território tem alguma relação com estabelecimentos rurais, seja como agricultores ou como moradores que possuem rendas de fora da agricultura.

Nesse momento, é preciso dizer que há diferenças relevantes entre esses estabelecimentos rurais, em termos de área territorial, de capital empregado, de tipos de atividades agrícolas, pecuárias, florestais e/ou agroindustriais, de relação social de trabalho, de tipos de pessoas jurídicas etc. Ou seja, não são estabelecimentos rurais homogêneos, pelo contrário, são bastante diferentes entre si. E aqui é preciso destacar que temos uma agricultura de commodities bastante competitiva em alguns setores, tais como grãos (soja e milho), frutas (maçã e uva), pecuária de corte e de leite, cultivo florestal etc., bem como atividades agroindustriais como suinocultura, avicultura, vitivinicultura e beneficiamento da madeira. Grosso modo, os estabelecimentos que se dedicam a essa 'agricultura industrial' são de maior área territorial, maior capital de exploração (pacotes tecnológicos), trabalho assalariado, monoculturas e gestão profissionalizada, os quais respondem pelo maior valor bruto da produção e são muito voltados ao comércio internacional, embora uma parte importante disso seja de baixo valor agregado com o uso excessivo de fertilizantes e agrotóxicos.

Outro conjunto muito importante de estabelecimentos rurais se refere a uma 'agricultura familiar e camponesa'. De modo geral, as principais características desse tipo de agricultura são menor área territorial, uso da mão de obra e gestão familiar, produção diversificada de alimentos para

subsistência e de excedentes comercializáveis, bem como a realização de produções agroecológicas. A economia da agricultura familiar e camponesa responde por um menor valor bruto da produção, mas responde pelo maior número de pessoas que dependem disso para sobreviver, ao mesmo tempo que possui um papel preponderante na soberania e segurança alimentar e nutricional e na redução da pobreza do território do Planalto Catarinense. Não é á toa que em nosso território vamos encontrar inúmeros tipos de agricultura familiar e camponesa, como assentados de reforma agrária, pequenos agricultores, indígenas e quilombolas, os quais representam um rico patrimônio cultural, ao passo que são também importantes defensores da biodiversidade.

5 - Considerações finais

Vamos tentar pontuar as principais conclusões deste nosso estudo:

- a) nosso território representa uma grande área geográfica, com pouca gente vivendo nele. Além disso, há uma trajetória contínua de baixo crescimento populacional e de migrações;
- b) somos uma das regiões do estado de Santa Catarina com menor dinamismo econômico;
- c) as atividades agrícolas, pecuárias, florestais e agroindustriais são uma importante fonte de valor adicionado bruto do nosso território, mas 74% das empresas e 54% dos empregos estão relacionados ao setor de comércio e de serviços;
- d) 99% das empresas do Planalto Catarinense são microempresas e empresas de pequeno porte, as quais geram 64% dos empregos disponíveis;
- e) 17% da população do território tem alguma relação com estabelecimentos rurais;
- f) temos setores competitivos da agricultura industrial, tais como grãos (soja e milho), frutas (maçã e uva), pecuária de corte e de leite, cultivo florestal etc., bem como atividades agroindustriais como suinocultura, avicultura, vitivinicultura e beneficiamento da madeira;
- g) temos uma expressão relevante de agricultura familiar e camponesa, como assentados de reforma agrária, pequenos agricultores, indígenas e quilombolas, os quais representam um rico patrimônio cultural, ao passo que são também importantes defensores da biodiversidade.

E aí, gostou deste pequeno passeio pela ‘Economia regional do Planalto Catarinense’? Observe que foram pontuados alguns poucos indicadores econômicos, os quais certamente são importantes, mas não são os únicos. O objetivo central, vale reforçar, foi apresentar um ‘panorama’ da economia do nosso território. A partir desse breve diagnóstico, temos maiores elementos para propor ações para o futuro, como políticas públicas; pesquisa, desenvolvimento e inovação; criação de novas empresas e assim por diante.

Agora convido você a se aprofundar mais nesse tema, pesquisar maiores informações sobre nosso território e propor novas soluções!

Bons estudos!

Referências

CRUZ, Bruno de Oliveira *et al.* (org.). **Economia regional e urbana: teorias e métodos com ênfase no Brasil**. Brasília: Ipea, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **IBGE Cidades**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 10 fev. 2022.

SANTA CATARINA. Secretaria do Estado do Desenvolvimento Sustentável. 2022. Disponível em: <https://www.sde.sc.gov.br/>. Acesso em: 10 fev. 2022.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS – SEBRAE. **Cadernos de Desenvolvimento de Santa Catarina, 2019**. Disponível em: <https://datasebrae.com.br/>. Acesso em: 10 fev. 2022.



Agriculturas familiares no Planalto Serrano Catarinense

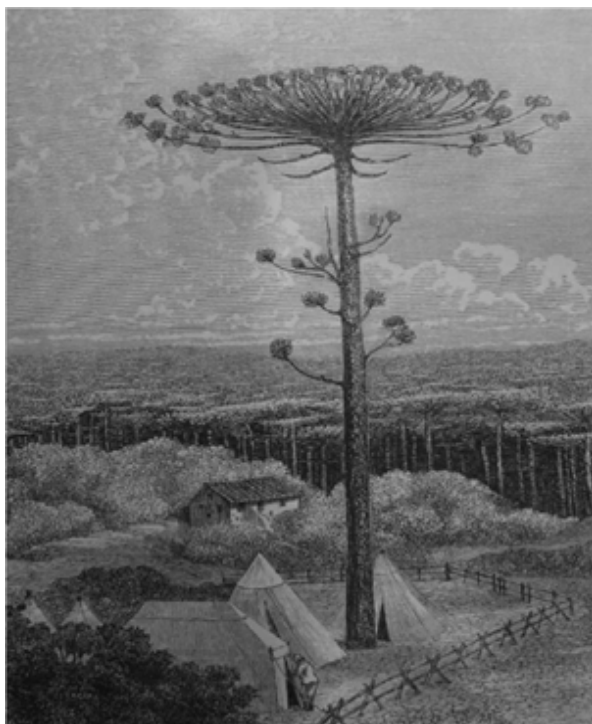
Cleber José Bosetti¹

1 - As terras

“Exuberantes araucárias, indígenas, camponeses, viajantes e imigrantes. Terras em disputa...”

Até a chegada do processo colonizador na região do Planalto Catarinense, as terras eram ocupadas por grupos indígenas, principalmente Kaingang e Xokleng, que viviam principalmente da coleta de produtos que a exuberante floresta ombrófila mista os oferecia, especialmente o pinhão das araucárias (PEREZ, 2018). Com formas de vida itinerantes e um território extenso, a relação dessas tribos com a natureza não causava impactos significativos sobre a exuberante floresta existente. Esse quadro começou a ser alterado de maneira mais impactante com a chegada dos viajantes, tropeiros e colonizadores na região.

Figura 1 – Floresta de Araucária



Fonte: Bigg-Wither (1974).

¹ Professor de Desenvolvimento e Extensão Rural - UFSC; graduação em História e Filosofia; especialização em sociologia; doutorado em Sociologia Política; graduando em Ciências Econômicas.

Desde a colonização portuguesa até meados do século XIX, o acesso à terra no Brasil era feito por meio de doações e concessões em que o Estado dava o direito de posse a determinados indivíduos por meio das chamadas Sesmarias. A partir da Lei de Terras de 1850, houve uma transformação nesse formato, sendo estabelecido o direito de propriedade e a compra como mecanismo para sua aquisição (SILVA, 1996). Porém, por muito tempo, as estratégias de escrituração eram obscuras e acabavam favorecendo grandes proprietários que anexavam as terras devolutas, pertencentes ao Estado, e as terras dos posseiros que não tinham registros (MACHADO, 2011; SILVA, 1996). Com isso, a concentração da propriedade fundiária permaneceu inalterada.

Durante o referido período, a posse de terra era distribuída entre os chamados latifundiários, pessoas que tinham a posse de grandes áreas de terra, e os camponeses, trabalhadores rurais que por vezes possuíam pequenos lotes de terra ou então trabalhavam nas terras dos grandes proprietários na condição de posseiros ou parceiros (GUIMARÃES, 1977; MARTINS, 1986). Posseiros e parceiros eram camponeses que firmavam contratos informais com os donos das terras e que, por meio desses “contratos”, dedicavam uma parte do tempo ao cultivo de pequenas parcelas voltadas ao sustento de suas famílias e outra parte na prestação de serviços para o dono das terras (CÂNDIDO, 1977; MARTINS, 1986). Além desses segmentos citados, em muitos territórios rurais havia os escravos, que trabalhavam nas fazendas, e os indígenas, que viviam em suas comunidades.

De forma similar, as terras do Planalto Serrano Catarinense também seguiram os mesmos padrões de ocupação. O processo colonizador português na região deu-se a partir de meados do século XVIII, com a conquista das terras pertencentes aos grupos indígenas na região (SERPA, 1999) e sua distribuição na forma de sesmarias que deram origem a grandes fazendas (PEIXER *et al.*, 2020). Nessas fazendas, praticava-se principalmente a criação de gado, atividade que se articulava com o tropeirismo na região. Os tropeiros realizavam o transporte de animais e produtos de origem agrícola e extrativa dos campos do Sul do Brasil para as cidades litorâneas e para a região Sudeste. Essas práticas econômicas perduraram até o final do século XIX, quando novos mecanismos de transporte começaram a ser implantados.

Embora as atividades da pecuária fossem predominantes na região, no interior das grandes fazendas havia uma grande diversidade de camponeses que viviam e trabalhavam nas terras (PEIXER *et al.*, 2020). Esses camponeses se dividiam em posseiros, sitiantes cujas terras ocupadas não possuíam registros de propriedade, e parceiros, camponeses que viviam como agregados nas grandes fazendas, trabalhando para os proprietários e também fazendo pequenas lavouras, denominadas de roças (SERPA, 1999). Os principais produtos cultivados nas roças camponesas eram o feijão, o milho, o trigo, a abóbora, a cevada, as ervas medicinais e a criação de animais como galinhas, porcos e bovinos para a produção de carne. Essas roças cultivadas pelas famílias camponesas serviam para o autoconsumo e, por vezes, para trocas no mercado local. Portanto, desde o período da colonização portuguesa na região já havia a presença de famílias camponesas produzindo alimentos nas terras do Planalto Catarinense.

2 - As raízes

“À sombra das araucárias, imbuias e guamirins, floresciam roçados, criavam-se animais soltos e contavam-se causos em rodas de mate”.

A agricultura camponesa na região do Planalto Catarinense tinha suas especificidades e se conectava com as dinâmicas da floresta na qual estava inserida. Até as primeiras décadas do século XX, a agricultura camponesa estava enraizada no meio da floresta. As principais técnicas de produção eram o roçado ou coivara, que consistia na derrubada, queima, plantio e cultivo das lavouras de forma rotativa. Esse sistema realizava uma rotação das terras, isto é, a área de terra que era cultivada em um ano ficava por alguns anos em pousio ou “descanso” para, só depois, ser cultivada novamente (ETGES, 2012). As terras para fins produtivos eram chamadas “terras de plantar”, nas quais se realizavam as chamadas roças, e as “terras de criar”, nas quais os animais eram criados soltos e ocupavam áreas extensivas, portanto, utilizando-se de áreas não restritas à posse de seus donos (BRANDT, 2015). Assim, o que era cercado, na maioria das vezes, era a lavoura e não os animais de criação. Isso porque havia uma concepção de uso comum das terras ocupadas pela floresta e seus produtos (BRANDT, 2010), tal como a lenha, o pinhão, as ervas medicinais, entre outros.

Gradativamente, entre o final do século XIX e o início do século XX, a expansão de algumas atividades econômicas, como a agropecuária, a madeireira e o extrativismo da erva-mate, foram despertando o interesse de fazendeiros locais e de empresas colonizadoras sobre as riquezas existentes no território. As empresas colonizadoras ganharam do Estado o direito de vender lotes de terras devolutas na região, fato que intensificou os conflitos fundiários entre fazendeiros e camponeses, entre fazendeiros e agregados e entre camponeses e indígenas (MACHADO, 2011). A terra tornou-se objeto de disputa sob diferentes perspectivas: para alguns representava um ativo econômico com o qual poderia se obter renda; para outros, era o espaço da vida.

A aplicação mais efetiva da Lei de Terras a partir da implantação da República, em 1889, se desdobrou nas políticas de incentivo a uma nova etapa de colonização da região. Parte desse projeto deu-se a partir das concessões de faixas de terra para empresas construtoras de estradas de ferro que visava estimular a integração econômica do país. Com isso, os recursos naturais existentes no território, especialmente a madeira, a erva-mate e as próprias terras, passaram a ser vistos com um olhar mercantil. Paralelamente, as disputas territoriais entre Santa Catarina e Paraná pelos domínios territoriais e os movimentos religiosos messiânicos interferiram nas dinâmicas naturais e socioeconômicas da região. O resultado desses processos culminou na Guerra do Contestado, evento marcante que reconfigurou a história da região na medida em que expropriou parte dos posseiros camponeses dos seus lotes. As consequências desses processos, bem como as transformações socioeconômicas ocorridas no mundo ocidental ao longo do século XX, geraram profundas transformações na agricultura e no espaço rural da região.

3 - Plantações

“As cercas nas cercanias, as toras nas serrarias, plantar e plantar, os forasteiros e suas ideias...”

Após os eventos da Guerra do Contestado, a região do Planalto Serrano Catarinense passou por uma nova etapa do processo de colonização. Diferentemente do período anterior, em que as terras eram doadas a determinados indivíduos, dando origem a grandes fazendas, agora, o objetivo do processo colonizador era comercializá-las por meio das companhias colonizadoras a fim de promover uma ocupação mais intensiva para impulsionar o desenvolvimento econômico.

Antes mesmo da Guerra do Contestado, já havia a ideia de ocupar a região com imigrantes de origem Europeia, e a concessão de faixas de terra para a Brazil Railway Company, empresa que construiu as estradas de ferro na região, já expressava esse interesse (VALENTINI; RADIN, 2012). Após a Guerra do Contestado, empresas colonizadoras passaram a fazer o processo de venda das chamadas colônias, áreas de terra destinadas a agricultores oriundos de outras regiões do país, especialmente descendentes de imigrantes europeus vindos das antigas colônias do Rio Grande do Sul.

Sendo parte de um projeto civilizador ancorado na perspectiva do progresso econômico (VALENTINI; RADIN, 2012), a venda de terras pelas companhias colonizadoras foi gradativamente legitimando as propriedades fundiárias tituladas, isto é, com registros formais e legais. Contudo, a maioria dos camponeses posseiros não possuía recursos nem conhecimento sobre as leis para efetuar os registros (MACHADO, 2011), e as companhias colonizadoras as vendiam para outros agricultores. Essa configuração gerou novos conflitos entre os chamados brasileiros, caboclos da região, e os chamados de origem, descendentes de imigrantes que compraram as terras (RENK, 1990).

A reconfiguração do espaço rural da região, ao longo do século XX, foi marcada pela continuidade das grandes fazendas e pela emergência de pequenas propriedades rurais. Nas pequenas propriedades rurais, os camponeses continuaram desenvolvendo suas atividades para o autoconsumo e para a comercialização. Gradativamente, este segundo elemento foi ganhando cada vez mais importância, pois as mudanças históricas ocorridas ao longo do século XX, principalmente o crescimento demográfico, a urbanização e a industrialização, aumentaram a demanda por alimentos e a integração econômica da agricultura com os demais setores da economia.

A chegada de novos agricultores trouxe consigo outras técnicas de cultivo, como a utilização da tração animal para revolver o solo, os plantios seletivos de culturas agrícolas, a criação de animais cercados e a utilização do esterco desses animais para adubação das lavouras. Nesse contexto, intensificou-se o processo de substituição da floresta de araucária por culturas agrícolas, especialmente o trigo (BRANDT, 2010). Essas técnicas se diferenciavam do roçado camponês, embora este continuasse sendo praticado, e proporcionaram a ampliação das áreas de cultivo e da produção agrícola da região.

Figura 2 – Agricultores preparando o solo para cultivo e criação de porcos



Fonte: Brandt (2015).

Nesse contexto de maior integração econômica, os camponeses passaram a ser designados como pequenos produtores ou pequenos agricultores (SILVA, 1982), pois, além de abastecer o mercado local, também produziam para abastecer outros centros urbanos. Essa integração dava-se por meio de empresas comerciais que, através das ferrovias e estradas, faziam seus produtos chegar aos consumidores de diferentes lugares do país.

A partir de meados do século XX, a expansão das atividades econômicas na região ganhou força com a exploração da madeira nativa, especialmente das araucárias (PEIXER *et al.*, 2020), o que multiplicou o número de serrarias instaladas e foi reduzindo rapidamente as áreas de floresta nativa. Isso contribuiu para impulsionar as transformações agrícolas já iniciadas após a Guerra do Contestado.

Figura 3 – Atividades madeireiras no Planalto Serrano Catarinense na década de 1950



Fonte: IBGE Cidades (2020).

As clareiras abertas na mata foram dando lugar à lavoura e à pecuária tanto nas grandes propriedades quanto nas pequenas. Os pequenos agricultores aravam as terras com tração animal, plantavam com máquinas manuais e utilizavam principalmente a enxada para fazer o controle dos chamados inços, ervas que disputavam espaço com as culturas plantadas. A utilização de carroças puxadas por animais era o meio de transporte mais comum, e os produtos colhidos eram armazenados em galpões antes de serem processados e comercializados. O trabalho era feito por todos os membros da família, desde crianças até idosos trabalhavam na labuta de uma agricultura de base familiar que se integrava cada vez mais à lógica mercantil da agricultura moderna, embora sem deixar de lado a produção para o autoconsumo.

Entretanto, gradativamente, a modernização foi marchando pelos campos. As máquinas, as sementes, os insumos, as raças de animais, tudo foi sendo trazido de fora. Uma nova agricultura estava emergindo, e as lógicas camponesas pareciam não mais fazer parte da sua paisagem. Contudo, as rodas da história não rodam de maneira tão reta.

4 - Gente demais na roça

“A agricultura deixou de ser uma arte e tornou-se meramente uma técnica”

Convencionalmente chamada de Revolução Verde, o conjunto de transformações sociotécnicas compostas pela motomecanização, pelo uso de insumos e fertilizantes químicos e pela aquisição de plantas e raças de animais melhoradas em laboratório (MAZOYER; ROUDART, 2010) criou uma condição de dependência dos agricultores para com as indústrias produtoras desses artefatos (GOODMAN; SORJ; WILKINSON, 2008), bem como para com as agroindústrias compradoras dos produtos dos agricultores (MCMICHAEL, 2016). A incorporação desses artefatos tecnológicos modificou radicalmente as dinâmicas de trabalho e sociabilidade nas propriedades dos pequenos agricultores, pois a agricultura mecanizada dispensa mão de obra e aumenta a produtividade do trabalho.

Figura 4 – Agricultura moderna no planalto Catarinense na década de 1970



Fonte: Olinger (2020).

Porém, nem todos conseguiram se encaixar nesse formato, pois a agricultura moderna é uma atividade que exige recursos financeiros, gestão econômica e áreas maiores para tornar viáveis os chamados pacotes tecnológicos em boa parte das culturas agrícolas. Embora os artefatos citados anteriormente tenham se difundido mais rapidamente nas grandes propriedades, eles também foram sendo incorporados parcialmente pelos chamados pequenos agricultores. Porém, tal incorporação deu-se de modo bastante desigual: alguns conseguiram adquirir integralmente os pacotes tecnológicos da revolução; outros conseguiram apenas parcialmente; e muitos ficaram distantes dos mesmos. Com isso, as diferenças socioeconômicas se intensificaram e o resultado disso foi o êxodo rural.

Quadro1 – Evolução da distribuição dos estabelecimentos rurais por área na região serrana de SC

Ano	Estabelecimentos acima 100 hectares	Estabelecimentos até 100 hectares	Estabelecimentos totais
1991	4.018	18.556	22.574
2000	5.182	16.030	21.212
2010	2.901	15.408	18.309

Fonte: IBGE (2020).

O Quadro 1 possui algumas informações importantes acerca das transformações agrárias no espaço rural da macrorregião Serrana de Santa Catarina, com destaque para a redução dos estabelecimentos rurais. Como a redução ocorreu tanto nos estabelecimentos acima quanto nos menores de 100 hectares, umas das conclusões que se pode chegar é que houve um processo de concentração fundiária. Esse fenômeno confirma as prerrogativas da Revolução Verde, pois a proposta de uma agricultura em escala e com aportes tecnológicos externos tende a reduzir o número de agricultores com áreas menores de terra.

Quadro 2 – Número de domicílios rurais e urbanos macrorregião serrana de Santa Catarina

Ano	Urbana	Rural	Total
1991	62.807	24.138	86.945
2000	90.607	24.069	114.676
2017	98.708	21.598	120.306

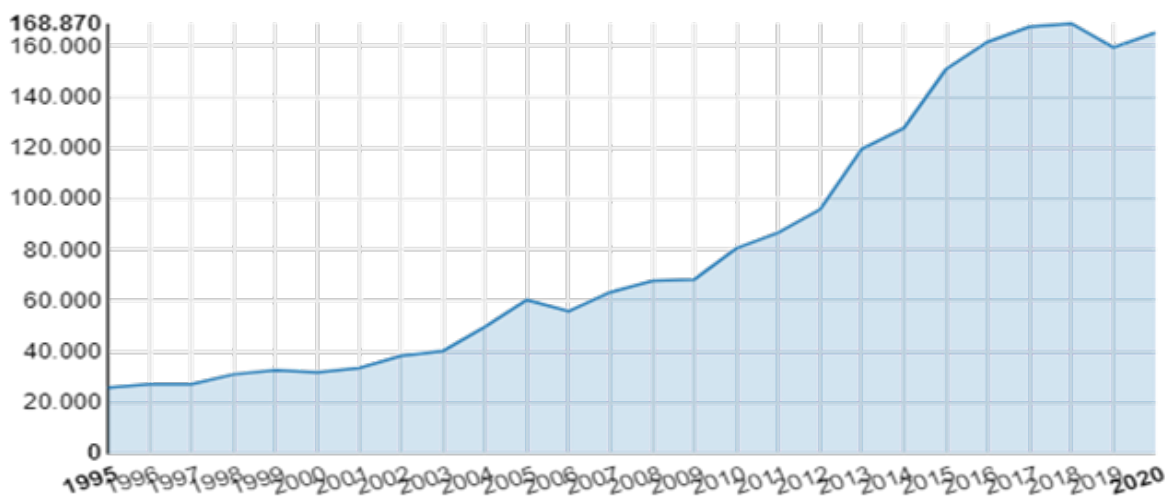
Fonte: IBGE (2020).

Os reflexos da redução dos estabelecimentos rurais também podem ser observados na composição dos domicílios. Como se vê, o número de domicílios rurais foi decrescendo ao longo do período analisado, enquanto os urbanos foram crescendo. Seguindo-se a linha evolutiva do censo agropecuário sobre o número de estabelecimentos, pode-se prospectar uma redução ainda maior dos domicílios rurais e da população rural.

Outro desdobramento da expansão da agricultura moderna sobre o espaço rural foi a modificação das culturas agrícolas produzidas. Na segunda metade do século XX, algumas culturas ganharam destaque na região, como a produção de milho, feijão, alho, maçã, culturas que se juntaram aquelas já praticadas anteriormente e com a atividade da pecuária. Após o esgotamento das madeiras nativas, o cultivo de florestas plantadas com eucalipto e pinus também passaram a ocupar parte das terras (PEIXER *et al.*, 2020; ROCHADELLI, 2008).

A maior integração aos mercados de commodities, isto é, de produtos destinados para as agroindústrias do agronegócio (DELGADO, 2012) ganhou força entre o final da década de 1990 e o início da década de 2000. Com incentivos do Estado e a expansão do mercado chinês (ESCHER; WILKINSON, 2019), a agricultura de exportação tornou-se um dos ancoradouros da economia brasileira. Neste cenário, a paisagem rural da região foi colonizada por uma nova cultura: a soja. Seja substituindo os campos nativos da pecuária ou o espaço de outras culturas, a rentabilidade econômica dessa leguminosa motivou seu cultivo tanto em grandes propriedades quanto em parte das propriedades da agricultura familiar.

Gráfico 1 – Expansão das lavouras de soja na região serrana de Santa Catarina



Fonte: IBGE (2020).

Conforme o Gráfico 1, nota-se a expansão acentuada da soja no período. Parte dos pequenos agricultores se inseriu nessas cadeias produtivas do agronegócio de commodities, enquanto outra parte buscou inserir-se em outros circuitos de produção e comercialização, como a produção de hortaliças, a fruticultura, a bovinocultura de leite, as agroindústrias familiares e os circuitos curtos de comercialização (CCC).

5 - Comida na mesa

“Idas e vindas: o reencontro com a natureza, a produção de alimentos orgânicos e comida saudável na mesa”

Ainda durante a década de 1990, as preocupações com as dificuldades socioeconômicas dos pequenos agricultores, o êxodo rural, o desemprego e as condições de segurança alimentar da população urbana levaram à construção de políticas públicas voltadas a minimizar esses problemas. Essas políticas foram construídas a partir da junção de diversos atores, como a Fundação das Nações Unidas para a Alimentação (FAO), entidades representativas dos pequenos agricultores e o Governo Federal. Nessa construção coletiva foi elaborado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), e uma nova categoria foi construída a fim de operacionalizá-lo: a agricultura familiar (GUANZIROLI, 2001). Com isso, denominações anteriores como camponeses, colonos, pequenos agricultores, dentre outras, passaram a ser agrupadas na categoria agricultores familiares.

Na década de 2000, outras políticas públicas complementares ao PRONAF foram criadas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), nos quais o governo compra os produtos dos agricultores familiares para fornecer a instituições como escolas e hospitais (GRISA; SCHNEIDER, 2014). Essas políticas visam facilitar o acesso aos produtos dos agricultores familiares à população urbana a fim de melhorar a qualidade da sua alimentação. Essa convergência foi concebida com base na Lei de Segurança Alimentar e Nutricional (BRASIL, 2006), que culminou na elaboração do Guia Alimentar para a população brasileira (BRASIL, 2014). Assim, os incentivos à produção dos agricultores familiares gera produção e renda no campo e ajuda a melhorar a alimentação da população urbana.

Na região do Planalto Serrano de Santa Catarina, muitas famílias de agricultores passaram a integrar esses programas e têm conseguido permanecer no espaço rural produzindo alimentos. Os alimentos produzidos nesse formato são diversos: feijão, arroz, hortaliças, legumes, batata, mandioca, frutas, produtos elaborados em agroindústrias familiares com certificação, dentre outros. De certa forma, essas famílias retomaram a produção diversificada de alimentos combinando tradição com tecnologia adaptadas para suas realidades.

Nos últimos anos, a procura por parte dos consumidores urbanos por alimentos saudáveis tem sido cada vez maior. Com isso, observa-se a expansão do que se tem denominado novos mercados alimentares (NIEDERLE; WESZ JR., 2018). Esses mercados são constituídos principalmente pela presença de agricultores familiares que produzem alimentos orgânicos ou agroecológicos e que comercializam seus produtos diretamente com os consumidores. Esse encontro tem sido benéfico para ambos: os agricultores familiares conseguem produzir e gerar renda em suas unidades socioprodutivas, e os consumidores conseguem adquirir alimentos nutritivos e saudáveis para atender a suas expectativas de saúde e bem-estar.

A articulação desse tipo de mercado se dá pela mobilização de diversos atores e instituições locais, como prefeituras, entidades de extensão rural, universidades, associações de agricultores, sin-

dicatos, dentre outros. Esse tipo de arranjo possibilita a sustentabilidade econômica dos agricultores familiares que não haviam sido inseridos nas cadeias do agronegócio. Uma das principais modalidades desses mercados são as feiras da agricultura familiar.

Figura 5 – Feira da agricultura familiar no município de Curitibaanos



Fonte: Epagri.

As feiras são espaços de encontro entre agricultores e consumidores em que o consumidor conhece a pessoa que produz o alimento que ele consome. Isso gera relações de confiança e valores que transcendem a lógica monetária do mercado de alimentos. O fortalecimento desse tipo de mercado é uma forma de estimular a continuidade das formas familiares de produção no espaço rural, bem como de proporcionar para os consumidores urbanos comida de qualidade em suas mesas.

Ademais, ao buscar produzir alimentos orgânicos e agroecológicos, os agricultores familiares inseridos nesses novos mercados desenvolvem um processo de reencontro com a natureza. A produção orgânica e agroecológica pauta-se na diversidade biológica, na saúde da terra e no equilíbrio ecossistêmico da relação do ser humano com a natureza. Esse reencontro é salutar e fundamental na atualidade para os agricultores familiares, pois eles podem ser importantes agentes colaborativos para a sustentabilidade tão verbalizada no século XXI.

Referências

- BIGG-WITHER, Thomas. **Novo caminho no Brasil meridional: a província do Paraná, três anos de vida em suas florestas e campos: 1872-1875**. Rio de Janeiro: J. Olympio; Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1974.
- BOSETTI, Cleber José. **Perspectivas de desenvolvimento rural em disputa no Brasil**. 2013. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.
- BOSETTI, Cleber José. O camponês no olhar sociológico: de fadado ao desaparecimento à alternativa ao capitalismo. **Revista IDEAS**, v. 5, n. 2, p. 8-32, 2012.
- BRANDT, Marlon. Dos pinheirais à “terra dos trigais”: colonização e transformação da paisagem – colônia Marechal Hindemburgo (1930-1950). **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 11, n. 35, p. 195-208, 2010.
- BRANDT, Marlon. Criação de porcos “à solta” na floresta ombrófila mista de Santa Catarina: paisagem e uso comum da terra. **História**, São Paulo, v. 34, n. 1, p. 303-322, jan./jun. 2015.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia alimentar para a população brasileira**. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.
- CÂNDIDO, Antônio. **Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e as transformações em seu modo de vida**. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1977.
- BRASIL. **Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006**. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2006.
- DELGADO, Guilherme. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio**. Porto Alegre: UFRGS, 2012.
- ESCHER, Fabiano; WILKINSON, John. A economia política do complexo soja-carne Brasil-China. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 57, n. 4, p. 656-678, 2019.
- ETGES, Virginia Elisabeta. O uso da terra na pequena propriedade rural: a contribuição de Leo Wai-bel. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, v. 7, n. 14, p. 1-19, ago. 2012.
- GOODMAN, David; SORJ, Bernardo; WILKINSON, John. **Da lavoura às biotecnologias: agricultura e indústria no sistema internacional**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.
- GRISA, Cátia; SCHNEIDER, Sérgio. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **RESR**, Piracicaba, v. 52, n. 1, p. 125-146, 2014.
- GUANZIROLI, Carlos. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Geramond, 2001.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- MACHADO, Paulo Pinheiro. A política de terras em Santa Catarina: posse, propriedade e legitimação no Planalto Serrano e Meio-oeste no final do Império e início da República (1854-1912). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: ANPUH, 2011.
- MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. São Paulo: Unesp, 2010.

MCMICHAEL, Philip. **Regimes alimentares e questões agrárias**. Porto Alegre: UFRGS, 2016.

NIEDERLE, Paulo André; WESZ JUNIOR, Waldemar João. **As novas ordens alimentares**. Porto Alegre: UFRGS, 2018.

NODARI, Eunice; CARVALHO, Miguel; ZARTH, Paulo Afonso (org.). **Fronteiras fluidas: florestas com araucárias na América Meridional**. São Leopoldo: Oikos, 2018.

OLINGER, Glauco. **Aspectos históricos da extensão rural no Brasil e em Santa Catarina**. Florianópolis: Epagri, 2020.

PEIXER, Zilma Isabel *et al.* **Estudos socioambientais sobre o Planalto Catarinense**. Florianópolis: Insular, 2020.

PEREZ, Jackson Alexandre. Indígenas, não indígenas e pinhões: fartura e conflitos em Santa Catarina no século XIX. In: NODARI, Eunice; CARVALHO, Miguel; ZARTH, Paulo Afonso (org.). **Fronteiras fluidas: florestas com araucárias na América Meridional**. São Leopoldo: Oikos, 2018.

RENK, Arlene. **A luta da erva: um ofício étnico da nação brasileira no Oeste Catarinense**. 1990. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1990.

ROCHADELLI, Roberto. Expansão florestal na região do Planalto Serrano Catarinense: uma perspectiva a partir do perfil socioeconômico dos proprietários rurais. **FLORESTA**, Curitiba, v. 38, n. 3, jul./set. 2008.

SERPA, Élio. **A Guerra do contestado (1912-1916)**. Florianópolis: UFSC, 1999.

SILVA, José Graziano. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

SILVA, Lígia Osório. **Terras devolutas e latifúndio: efeitos da lei de terras de 1850**. Campinas: UNICAMP, 1996.

VALENTINI, Delmir José; RADIN, José Carlos. A guerra do Contestado e a expansão da colonização. **Esboços**, Florianópolis, v. 19, n. 28, p. 127-150, dez. 2012.



Entre canhões, porretes e orações forjam-se masculinidades no Contestado: gênero, psicanálise e universidade

Lucas Emmanoel C. de Oliveira²

Introdução

Reconhecemos a ideologia do domínio masculino como uma das bases modernas para os processos históricos e sociais constitutivos dos sujeitos e para a masculinização dos homens. A partir de 1960, o ideal de masculinidade reproduzido pelas instâncias dominantes da sociedade tem sido questionado, desestabilizado e desconstruído (CONNEL, 1995, 1998, 2013; KIMMEL, 1992, 1998). Contudo, como a história não se dá em uma progressão evolucionista, as contradições se intensificam quando percebemos um Brasil contemporâneo testemunhar um recrudescimento do ideal do homem viril, o que implica a demonstração da força por meio da tentativa de dominação do outro, que pode se manifestar na violência contra quem não reflete a imagem da onipotência narcísica deste homem, e contra si mesmo, na medida em que a contínua busca – por parte de alguns homens – para alcançar aquele ideal reafirma os inelutáveis limites da identidade do homem.

E a educação pode reafirmar a conformidade social na qual o domínio masculino se engendra na medida em que reproduz o machismo e o sexismo nos processos educativos. Na particularidade da região do Contestado – no Planalto Catarinense –, onde o coronelismo e o machismo têm sido eminentes, a educação tende a sua manutenção.

Assim, neste artigo faremos algumas apreensões históricas sobre como se deu a constituição da masculinidade na região do Contestado, especificamente no município de Curitibanos, que serão tensionadas com as teorias de gênero e a psicanálise para, então, propor uma educação que tenha a alteridade como horizonte da sua práxis.

Diante da não constatação de pesquisas sobre os processos de masculinização em Curitibanos-SC, o que revela o silenciamento e a conseqüente reprodução incólume da conformidade social, desenvolvemos algumas categorias para a compreensão da masculinização nesta cidade: nacionalismo, a Guerra do Contestado e o projeto de um certo homem; o coronelismo e o machismo; e a escolarização como reprodução do sexismo.

² Psicanalista, mestre em Psicanálise: Clínica e Cultura (PUC-RJ), psicólogo (PUC-GO), psicólogo educacional da UFSC Campus Curitibanos-SC e membro do Laboratório de Estudos e Pesquisas Psicanalíticas e Educacionais (LEPSI-MINAS).

Sobre a fundação do Município de Curitiba-SC

Como região de pastoreio no Planalto Catarinense, Curitiba surgiu inicialmente como fazenda, e, a partir de 1800, foram se demarcando pequenas posses de terras que ocupavam as estradas por onde passavam as tropas que vinham de Campos Novos e Lages rumo a São Paulo. Em 11 de junho de 1868, pela Lei Provincial nº 628, Curitiba emancipa-se de Lages e passa a ser município (FELIPPE, 1995).

Conforme Lemos (1977), o tropeirismo faz parte do Terceiro Ciclo das Bandeiras Paulistas, que se deu desde o fim do século XVII até o início do século XX, quando foram construídos outros meios de transporte, como as ferrovias. E além de conduzir as tropas de muares e cavalos, os tropeiros compravam e vendiam animais e outros produtos. E nesse empreendimento “desbravador” – sob a perspectiva bandeirante –, os tropeiros seguiam fazendo estradas e a integração dos territórios.

E quem eram os tropeiros? Inicialmente, eram homens brancos, patriarcais, ricos e influentes da sociedade paulista (ALMEIDA, 1968). Como continuidade das bandeiras paulistas, os tropeiros se punham também à “preação” de indígenas, que consistia no aprisionamento destes com o objetivo de vendê-los como escravos. Posteriormente, se somavam aos paulistas, aqueles que vinham dos campos gerais do Paraná e também do planalto gaúcho, os quais traziam consigo sujeitos pretos e indígenas escravizados (MACHADO, 2004). Nesse sentido, e a despeito da apreensão épica dos tropeiros como “grandes heróis”, “civilizadores”, “desbravadores”, o tropeirismo deve ser identificado como uma forma de “circulação colonial no sul do Brasil” (SOUZA, 2000, p. 104), a qual reproduz o pacto reconhecido como “civilizatório” por meio da conquista e submissão das populações nativas. Verificamos, portanto, que há aqui um indubitável projeto para o reconhecimento de humanidade e de homem, dos quais os pretos e indígenas não faziam parte, o que se atualizará na Guerra do Contestado.

Nacionalismo, a Guerra do Contestado e o projeto de um certo homem

O município de Curitiba é marcado profundamente pela Guerra do Contestado, que se deu entre 1912 e 1916, como uma forma de insurgência de sertanejos e sertanejas frente à realidade de exclusão, expropriação e abandono no contexto de transformação radical do Planalto Catarinense dominado por coronéis, oligarcas, imigrantes e pelo capital. Podemos dizer que a particularidade histórica desta guerra se deu na instauração da República no Brasil, orientada pela ideologia nacionalista de busca pelo progresso, baseada na industrialização, na ordem, e visando a exploração da terra, o povoamento do interior do Brasil e sua colonização.

Na busca pela compreensão dos processos de masculinização que se deram em Curitiba, iremos destacar alguns elementos sobre a Guerra do Contestado, os quais abrigam contradições e complexidades impossíveis de serem apreendidas linearmente. E uma das problemáticas iniciais para a deflagração da Guerra foram os conflitos em torno das demarcações territoriais entre os estados do Paraná e Santa Catarina para a disputa pela região Contestado.

A nação, como “comunidades imaginadas” (ANDERSON, 2006), é um conceito abstrato e

compartilhado na sociedade de modo a tentar estabelecer uma demarcação territorial e consolidar um pacto narcísico entre um “nós” – a Nação – e um Outro, inimigo a ser excluído e exterminado (OLIVEIRA, 2020), como condição para a reafirmação daquele pacto, o que é base para o processo de masculinização e para o forjamento de um homem que viesse corresponder ao projeto nacionalista.

A política de povoamento da região Contestada propalava o discurso da necessidade de desenvolvimento de uma indústria pastoril e agrícola em Santa Catarina, onde havia terras livres para a apropriação. Contudo, esse argumento guardava a ideologia que sustentava o nacionalismo republicano eminente no Brasil: um projeto de civilização inspirado na Europa que correspondia ao homem, branco, cisheterossexual, cristão, militar, patriarcal e capitalista. Desse modo, os sujeitos indígenas, pretos e sertanejos que aí moravam estavam absolutamente excluídos desse processo “civilizador”, o que passou a justificar, ainda mais, esses grupos mencionados como um Outro a ser excluído e eliminado.

O investimento sólido do Brasil para a vinda dos imigrantes europeus é uma mostra da ideologia da europeização e branqueamento do Sertão Catarinense. Em 1908, o Estado cedeu um trecho de até 15 quilômetros de terra para a exploração da companhia Southern Brazil Railway, empresa encarregada de construir a ferrovia que faria a integração entre São Paulo e Rio Grande do Sul, que era chefiada pelo magnata norte-americano Percival Farquhar e apoiado financeiramente pelos capitais ingleses e franceses. Em 1913, Farquhar criou a Southern Brazil Lumber Company, a qual passou a subsidiar a empresa anterior. No período entre 1908 e 1910, Brazil Railway preparou o território para a exploração e venda de terras aos colonos imigrantes italianos, poloneses e ucranianos situados no Paraná, e, para isso, “o corpo de seguranças particulares da Brazil Railway já havia ‘limpado’ a região da presença de ‘intrusos’” (MACHADO, 2003, p. 140). Esses intrusos eram os sertanejos e sertanejas da Serra Catarinense, os indesejados pela república brasileira, uma “população, recusada e temida como parte do que se queria superar” (MISKOLCI, 2013, p. 13).

O território sofreu significativas alterações geográficas, econômicas, culturais e étnicas, o que implicou a exclusão e eliminação de milhares de sertanejos e sertanejas. Ademais, foi trazido um grande número de trabalhadores de outras regiões do Brasil para a construção da ferrovia. Esses operários também foram acometidos, inevitavelmente, com os impactos do capital estrangeiro e da colonização. Além da falta de pagamentos e desmandos dos empreiteiros, esses operários receberam a promessa de que seriam levados de volta aos locais de origem após o término da construção da ferrovia, o que não aconteceu. Assim relatou Setembrino (1916, p. 4), a partir de narrativas feitas a ele: “Terminada a construção e por uma deslealdade dos empreiteiros, comumente praticada com esses homens desprotegidos, foram os trabalhadores abandonados nos mesmos sítios em que se achavam as turmas que pertenciam”. Este tenente aponta que os operários se juntaram aos sertanejos e sertanejas do Contestado, potencializando as posteriores revoltas. Em trecho de uma carta encontrada junto ao cadáver de um sertanejo, é proferido: “Nóis não tem direito de terras, tudo é para a gente das Oropa” (LEMOS, 1977, p. 137).

A injustiça, a violência, o abandono e a precarização da vida institucionalizada pelo governo federal conduziu os sertanejos e sertanejas à conscientização da objetividade social que sustentava sua exclusão. Irmanados em redutos, essa população encontrou na religiosidade, que se deu em torno das pregações dos monges João Maria e José Maria, uma produção simbólica para o cultivo da esperança

de um novo porvir. Desse modo, o estereótipo de fanáticos concedido a esses sujeitos, tão apregoados pelos relatos militares feitos por Setembrino (1916, 1950) e Peixoto (1920), por historiadores como Queiroz (1976), Lemos (1977) e Lemos & Lemos ([1982]), é um preconceito que até hoje é reproduzido, como nas repartições públicas de Curitiba, o que, de certo modo, desqualifica a luta e reafirma os sertanejos e as sertanejas como o Outro bárbaro. Em relação a este contexto, nos afastamos da compreensão da experiência religiosa como alienação (QUEIROZ, 1976, 1977) e concordamos com a reflexão de que a insurgência da população sertaneja se testemunhou na interconstituição entre religiosidade e crítica social (MACHADO, 2003).

Em nome do projeto nacionalista e de um certo homem, os governos de Santa Catarina, Paraná e o Governo Federal, com o apoio dos coronéis e oligarquias do Planalto Catarinense, encaminharam uma tropa militar à região Contestada, que ceifou milhares de vidas, deixando corpos dilacerados e insepultos.

Sobre essa operação, Alcides Maya, escritor sul-rio-grandense e representante do pensamento naturalista e positivista, expressou o espírito da época em relação à Guerra no Contestado:

Ontem matávamos o índio a pretexto de grosseria moral econômica; hoje, invocando razões de defesa social, exterminamos caipiras fora da lei. Bandidos, exige a pátria que pereçam e, dentro em pouco, ao menos ali, entre Paraná e Santa Catarina, findará a anomalia que representam. Depois, se em outros pontos surgirem, serão de novo esmagados. O exílio ou a morte; para eles não há lugar no Brasil que, além de bons elementos imigratórios, atrai, recebe, encaminha e reabilita pelo trabalho, a escória do mundo (MAYA, 1918, p. 20).

O que não convergia para o projeto de homem nacionalista era tratado como anomalia, como efeito de um conjunto de discursos e práticas médicas, jurídicas e políticas que justificavam a expurgação daqueles que se desviavam da nação. Assim, de um lado esses homens se uniram sob o arauto nacionalista para eliminar os desviantes, e de outro, a população sertaneja, potencializada pela fé, insistiu na sua sobrevivência, ameaçando a coesão nacionalista. Canhões, porretes e orações como uma forma de defesa de si contra o Outro.

Na luta vigorosa dos sertanejos e sertanejas diante da violência e para a sobrevivência no conflito bélico com militares, coronéis, grandes fazendeiros e alguns grupos de imigrantes – sob as ideologias nacionalistas republicanas de progresso e modernização, estes se mantinham na apreensão obstinada daqueles como “inferiores, selvagens, jagunços, bandidos, fanáticos”, de modo a reafirmá-los como o Outro a ser eliminado –, qual masculinidade precisou emergir senão a viril, aquela que se manifesta por meio da força e tentativa de dominação do outro?

Além disso, destacamos a abstração a-histórica que legitima o homem como correspondente do Universal, para o qual tudo que não lhe reflete é o Outro, instituindo, assim, a dicotomia que conduz à hierarquização e à exclusão do Outro pelo “Homem Universal”, o que conduz a uma quimera androcêntrica e colonizadora do mundo. A colonização moderna, a fundação escravagista de pretos,

pretas e indígenas no Brasil, que se atualiza na Guerra do Contestado com os sertanejos, revela que a imagem desse homem tornado Universal é branca, europeia, cisheterossexual e rica. Raça, gênero, sexo e classe são marcadores sociais que convergem para a composição do forjamento do que se entende como homem. Essa reflexão reporta à provocação de Fanon (2008, p. 26): “o negro não é um homem”. Assim, nesse enquadre do ser homem e humano, os nativos da região Contestado não são homens.

E como reafirmação desse processo social que forja uma masculinidade viril, o coronelismo e sua consequente manifestação machista utilizou um arsenal político para o mandonismo e a administração da região Contestado e de todos.

Coronelismo e machismo

O coronel, no contexto da estrutura agrária brasileira, foi uma posição social ocupada pelo homem proprietário de grandes extensões de terra que exercia o domínio do que estava sob a demarcação do seu latifúndio, ou seja, seu poder oligárquico se reafirmava nas múltiplas instâncias sociais, políticas e econômicas. Com o advento da Primeira República, sobretudo o federalismo, o domínio do coronel é acentuado por meio da sua cumplicidade com o Município, o Estado e a União (LEAL, 2012) para troca de favores, resultando no coronelismo, um fenômeno que, teoricamente, se deu no período entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX como uma política que guarda a corrupção, o autoritarismo, a injustiça e a violência social no seu cerne.

O domínio da apropriação do Coronel não se limitava à terra, compreendendo também seu clã familiar, no qual ele era o patriarca e mantinha a dependência da família e dos seus agregados (CARONE, 1971). Em que pese o fato de que este domínio masculino nunca é total, o homem tinha seu poder reafirmado e se manifestava por meio do machismo como fundamento para a superioridade e comando do que não refletia a sua imagem. Assim, em troca da proteção da família e dos agregados, os coronéis exigiam a obediência, mantendo uma relação de opressão e dependência impulsionada pelo medo.

Na estratificação social da região do Contestado, o coronel se encontrava no mais elevado nível de domínio. Maurício Vinhas de Queiroz, em *Messianismo e conflito social* (1977) no Contestado, vai estabelecer que as relações dessa região eram estratificadas em posições de domínio ocupadas por homens: 1º) coronel, geralmente caracterizado pelo proprietário de grande extensão de terra e que estabelecia pactos de domínio com outros coronéis da região e com o governo; 2º) fazendeiros, homens reconhecidos pelo número de cabeças de gado e pelo os limites de terras; 3º) os criadores ou meio-fazendeiros, referido aos homens que não tinham quantidades de gados acima de milhares e extensão de terras que não eram além de alguns alqueires; 4º) lavradores, em que estavam incluídos os sertanejos que viviam de suas roças, os pequenos plantadores de tabaco e os criadores de porcos; 5º) agregados, caracterizados por aqueles que, em troca de um pequeno pedaço de terra e da licença para criarem algumas poucas cabeças de gado, viviam na obrigação de prestar serviços gratuitos ao seu senhor; e 6º) peões, que estavam em todas as estratificações sociais que exigiam um trabalho pesado.

Nessa estratificação social estabelecida, podemos verificar que os homens indígenas e pretos não foram mencionados. Levando em conta o contexto social racista do Contestado, ou mesmo an-

teriormente, no século XVII, em que o Planalto Catarinense teve sua região despovoada por meio da “preação de indígenas” (MACHADO, 2004, p. 59), percebemos, novamente, que estes homens não eram reconhecidos como humanos.

Os sujeitos pretos escravizados vieram para o Planalto Catarinense quando da fundação de Lages, com a comitiva de Correia Pinto. Conforme Lemos (1977), tem-se registros de que apenas em Lages havia pelourinho, onde escravos eram expostos e violentados. Mas a escravidão aconteceu na região do Contestado e em Curitibanos. Ainda que Lemos (1977, p. 60) indique que neste município “nem todos os proprietários eram maus”, pelo fato da “doação de “liberdade condicional” aos escravos, os sujeitos pretos continuavam sendo propriedades e destituídos do reconhecimento de sua humanidade.

E o machismo se reproduzia com o poder autoritário do coronel e nos modos de subjetivação dos homens daquela estratificação social que operava na reprodução da ideologia da virilidade masculina. Isso pode ser testemunhado na relação desses homens com as mulheres indígenas, principalmente as mais jovens, que eram capturadas como animais pelos peões para se tornarem objeto sexual e se converterem “em esposas e companheiras de peões, pequenos sitiantes e tropeiros” (MACHADO, 2004, p. 58). Mencionamos também o lugar ocupado pelas mulheres nas antigas fazendas, onde faziam os pesados trabalhos domésticos e não se reuniam com os homens nos momentos de trabalho e refeições, restando a elas apenas o cumprimento de servir os homens à mesa (LEMOS, 1977, p. 78). As mulheres que talvez tiveram reconhecimentos diferentes da submissão ao homem no Contestado foram a benzedeira Nega Jacinta, Maria Rosa, Francisca Roberta (conhecida posteriormente como Chica Pelega), Rosa Paes de Farias e Teodora, dentre outras que certamente existiram, mas que tiveram suas vidas silenciadas pelo domínio masculino e pelo ideológico historicismo.

Na região do Contestado, na qual o domínio foi feito por homens sob os mandonismos do coronel, o machismo se apoiou no coronelismo para reafirmar a superioridade de um certo homem em relação à mulher e àqueles que não refletiam a sua imagem, o que no cotidiano se manifestaria nas múltiplas formas de sexismo, discriminação fundamentada em sexo, gênero, classe ou raça e nas violências. Reconhecendo a ideologia machista como estruturante da sociedade moderna e notável na particularidade histórica do Contestado, a educação seria uma forma de reprodução da dominação e do machismo.

Escolarização e sexismo

A educação é uma das principais instâncias sociais para a socialização do sujeito na sociedade. Como a história evidencia, o ensino tem sido utilizado pelas classes dominantes para a manutenção dos seus poderes e reprodução de suas ideologias. Em Curitibanos, lugar de grandes propriedades rurais, onde o coronelismo teve lugar preponderante (THOMÉ, 2002), podemos considerar que o machismo foi uma das ideologias reproduzidas na educação. Ou seja, o androcentrismo e a manutenção do domínio dos homens conduziria a educação de homens para a reprodução do machismo, obtendo aí os seus privilégios e agruras; a de mulheres para a submissão e reprodução; e conjecturamos que, também, se manifestaria no patrulhamento das fronteiras de sexo e gênero para os sujeitos que não se

reconheciam na identidade de homem ou mulher – homossexuais e bissexuais – e sujeitos que também não se reconheciam no gênero que lhe foi atribuído em correspondência ao seu sexo ao nascer – transexuais.

Em Curitiba, a primeira instância educativa foi criada em 17 de novembro de 1864 e promulgada na Sessão da Assembleia Legislativa de 1865 (LEMOS, 1977), como efeito da demanda dos moradores desta Freguesia, a qual objetivou a fundação de uma escola de primeiras letras para alunos do sexo masculino.

Ao menino, foram dadas as possibilidades de desenvolvimento das suas potencialidades, pois a criação de uma escola somente para meninos pressupõe que havia uma política pedagógica específica para a formação do homem. Ainda que, até então, não tenham sido encontrados dados sobre os processos pedagógicos desta primeira escola em Curitiba, o contexto brasileiro e catarinense nos conduz a indicar que a educação distinguia socialmente os meninos das meninas, de modo a reafirmar a inferiorização das mulheres por meio da hierarquização e da desigualdade. Às meninas era relegado o ambiente privado das casas, com a instrução de professores particulares. E delas se exigiam “apenas o serviço doméstico e habilidade em trabalhos manuais” (LEMOS, 1977, p. 160).

Em 1904, o padre alemão frei Rogério Neuhaus veio para Curitiba e, juntamente com o frei Gaspar Redento e outros franciscanos, fundou o Colégio São José ou o “Coleginho dos padres”, onde era oferecida instrução primária e secundária, que também era destinada aos meninos (LEMOS, 1977, p. 189). As meninas passaram a ser escolarizadas nas primeiras décadas de 1900 em uma “Escola Pública Isolada”, sob a direção da professora Maria Cândida Hefling, o que posteriormente passou a se tornar uma Escola Estadual, com a direção da professora Josefina de Amorim (LEMOS, 1977, p. 201).

Apenas a partir de 1933 meninos e meninas passaram a ser escolarizadas juntos. Com a mobilização dos moradores de Curitiba, foi fundado o Colégio Santa Terezinha, que se instalou provisoriamente no antigo Teatro Municipal deste município, sob a direção das Irmãs Franciscanas da Sagrada Família que tinham sede em Curitiba. Posteriormente, o espaço educativo foi nomeado de Grupo Escolar Arcipreste Paiva e, após a abertura do seu Curso Normal, voltou a ser chamado de Colégio Santa Teresinha (LEMOS, 1977).

Podemos depreender que a educação inicial de Curitiba revelava uma política de gênero e sexo – reproduzindo a ideologia machista apoiada no regime coronelista – e também de classe e raça. Na região Contestada, quem tinha condições de remunerar um professor particular? Ou mesmo o Grupo Escolar Arcipreste Paiva, que ainda que tivesse o apoio da prefeitura, cobrava uma taxa particular, quais famílias tinham esse privilégio? Conforme documento sobre a fundação do Grupo Escolar (SCHMITT, 1973, p. 13), o mesmo era frequentado pelos “filhos das famílias tradicionais de Curitiba”, referindo-se, provavelmente, às famílias da classe média e alta da região. E a cor dessas “famílias tradicionais”, conjecturamos que não era preta, portanto, os herdeiros e herdeiras da população sertaneja da Guerra do Contestado não faziam parte do grupo priorizado e escolarizado.

Conforme dados do ano de 1920, em Curitiba, do total da população que era de 12.673 pessoas, apenas 2.233 eram alfabetizadas, enquanto 10.440 encontravam-se analfabetas (PIAZZA, 1983, p. 602-3). E ainda em 1950, o município com maior índice de analfabetismo era “Curitiba (57,3%),

seguido de Campos Novos (55,5%), justamente os dois mais antigos” da região do Contestado (THOMÈ, 2002, p. 1). Se na República Velha e até 1985 – quando foi promulgada a Emenda Constitucional nº 25 à Constituição de 1967 –, as pessoas analfabetas não tinham o direito de votar, para um município regido por oligarquias e coronéis era assegurador para o seu domínio que tivesse o menor número de pessoas não escolarizadas.

Além disso, destacamos a intervenção da Inspetoria Geral da Instrução Pública, que surgiu a partir de 1854 com forte influência do coronelismo e, por isso, era exercida por pessoas de confiança dos governantes, os quais, por sua vez, eram indicados pelos coronéis. Logo, se o governo objetivava a formação de indivíduos civilizados para a produção de uma identidade nacional, patriótica e obediente rumo ao progresso, haveria de se estabelecer uma binariedade. Isso nos conduz a postular a reprodução da hierarquização entre homens e mulheres em Curitibanos, como pode ser testemunhado na divisão por sexo em disciplinas obrigatórias dos Grupos Escolares – instituídos em Santa Catarina a partir de 1911 –, como os trabalhos manuais que eram destinados à seção feminina e a ginástica, à seção masculina (DALLABRIDA, 2003). Esse sexismo fica ainda mais evidente na *Carta pastoral sobre o problema da instrução* (1920), de Joaquim Domingues de Oliveira – Arcebispo de Florianópolis no período de 1914 a 1967 –, em relação à instrução da mulher:

Cristã e instruída, a donzela tem de exercer, por via de regra, a sua atividade no seio da sua futura família. Esposa e mãe, e sem embargo das exigências de um extremado feminino, o seu direito principal, ao qual se subordinam todos os mais direitos, tem que ser o de saber dirigir e governar a sua casa. Nada a poderá desviar deste ofício primordial. A mulher é rainha no lar doméstico, e mesmo quando dele se afaste, a ele deve dirigir não apenas seu afeto de mãe, senão também sua atenção de diretora.

Se à mulher era reservada uma educação para a reprodução do essencialismo biologista feminino baseado em reprodução, heterossexualidade, maternidade, inferiorização, restrição ao âmbito familiar e submissão ao homem, seu esposo, a masculinidade estaria relegada a um lugar de domínio que se manifesta no machismo e no patriarcalismo. Nessa política de gênero, aos sujeitos que não se identificavam nem a um nem ao outro lugar, possivelmente, restaria a tentativa de conversão, exclusão ou eliminação.

Com esses elementos históricos, podemos postular que os processos de masculinização para a produção dos homens na particularidade história do Contestado são orientados para o androcentrismo, no qual o homem é apreendido como Universal e mediado pela raça, classe, sexo e gênero, instituindo o homem, branco, colonizador, rico, cisheterossexual e viril como horizonte para a subjetivação dos homens na sociedade. Como indica Welzer-Lang (2001, p. 463), a mensagem dominante era: “ser homem é ser diferente do outro, diferente de uma mulher”. A dependência e oposição hierárquica do homem em relação ao Outro como condição para se definir como tal demonstra o quão fictício é o ser homem, crítica esta que será o baluarte para as teorias de gênero e a psicanálise.

Gênero e psicanálise: o homem como ficção

As teorias de gênero são constituídas pela crítica feminista que tem o construcionismo social como uma de suas bases epistemológicas, conduzindo à afirmação de que o gênero, os modos como se concebem os homens, as mulheres, os sujeitos, não é determinado pela anatomia sexual, mas é uma construção social (SCOTT, 2017). Isso põe em descontinuidade a linearidade entre homem, macho, cishetero, forte, autocontrolado, viril. A compreensão sobre o modo que a identidade de gênero se constrói e a crítica ao essencialismo possibilitariam uma desconstrução do machismo e uma abertura para as múltiplas formas de masculinidades.

E a psicanálise constata que a alteridade é condição para a constituição do sujeito, ou seja, este é uma produção de linguagem a partir dos significantes que vêm do Outro, é a manifestação do modo que esses significantes afetam o sujeito e, também, da forma como este se posiciona subjetivamente em relação ao Outro, considerando que nesse encontro de corpos há um real (LACAN, 1953), referido ao não sentido insibilizável e que, ao passo que limita a completa significação da experiência, se põe como um convite à invenção em torno do vazio do não sentido. Essa apreensão conduz a psicanálise a transgredir a determinação do biologicismo instintual; a fazer crítica às dicotomias que estabelecem uma relação de externalização entre o sujeito e o Outro, quer dizer: o sujeito não é um receptáculo passivo à influência do outro, pelo contrário, há outros constitutivos no sujeito que possibilitariam ou não a adesão deste às regulações de gênero. Nesse sentido, a psicanálise recoloca a “Outra cena”, que é diferente da cena representacional da vigília (FREUD, 1990), para fazer referência ao inconsciente, o qual não é um reservatório de profundezas, mais um “lugar de falta” (LACAN, 1998, p. 633) que se atualiza na alteridade, como um limite à performatividade, ao discurso e ao desconstrucionismo.

Dessa forma, as teorias de gênero e a psicanálise sustentam uma tensão que é possibilidade de abertura para o novo. Assim, singular e coletivo, subjetividade e sociedade, clínica e política se põem para a reflexão sobre os processos de subjetivação que constituem os sujeitos que se identificam como homens e sobre suas possibilidades de transformação.

Para Butler (2015), o gênero é efeito de um conjunto de atos que são repetidos compulsoriamente por meio de discursos e práticas, em uma estrutura social reguladora que se fixa em uma determinada particularidade histórica para produzir a aparência de uma substância, de uma entidade naturalizada. Portanto, a identidade, na matriz das relações cisheteronormativas que conferem inteligibilidade a certos sujeitos, se estabelece de modo binário, em uma continuidade e coerência entre sexo: macho ou fêmea; gênero: masculino ou feminino; e sexualidade: heterossexual. Esse conjunto de compreensões conduz Butler (2015, p. 56) a indicar que o gênero não é uma “substância”, tampouco é “um conjunto de atributos flutuantes”, visto que a performatividade, como repetição compulsória da cisheteronormatividade, produz um efeito de substância ao gênero. Sendo o gênero performativamente produzido como um “feito”, a autora faz referência a Nietzsche, em *Genealogia da moral*, para indicar que o “fazedor”, que pode ser o homem, é uma “ficção” (NIETZSCHE, 1969 *apud* BUTLER, 2015, p. 56).

Destacamos que ficção não se opõe à verdade, pelo contrário, a ficção é uma forma de os sujeitos rearranjarem a vida, de modo que a função desta (re)produção, na sua estrutura mesma, tenha

valor de verdade. A operação de ficção da identidade descortina a impossibilidade de síntese, o que faz reconhecer o conflito como imanente ao humano e revela, portanto, a multiplicidade constitutiva do sujeito do inconsciente. A consciência não é o centro da vida. Na malograda tentativa da identidade de se manter estável, coerente e linear, a Outridade comparece a sua revelia. Isso justifica o fato de que a identidade é construída nos laços sociais e que a repressão lhe é constitutiva, revelando a ineficácia da operação identitária, pois, à medida que esta deve ser um ou outro, o que foi reprimido sempre estará à espreita para subverter a identidade.

Freud, em *Ensaio para a teoria da sexualidade* (1905), ensina que nós temos uma bissexualidade constitucional, ou seja, estaríamos propensos às múltiplas possibilidades sexuais: heterossexual, homossexual, bissexual, pansexual. Essas disposições polimórficas sofrem os efeitos das marcas do laço social, de maneira que haveria uma canalização desta multiplicidade para uma ou outra forma de sexualidade. Sendo assim, o homem forjado no Contestado, para ser masculino, em conformidade com a sua particularidade histórica, manteria à distância a feminilidade, socialmente atribuída à mulher e aos homossexuais.

Destacamos que a masculinidade e a feminilidade são categorias explicativas que têm sido utilizadas na ciência moderna com o intento de apreender a complexidade dos posicionamentos subjetivos e coletivos em relação ao Outro, que para a psicanálise não se encontram em formas puras e separadas: “[...] todos os indivíduos humanos, em razão de sua constituição bissexual e da herança cruzada, reúnem em si características masculinas e femininas, de maneira que a pura masculinidade e a pura feminilidade são construções teóricas de conteúdo incerto” (FREUD, 2018, p. 271). Dessa forma, a disposição sexual que se tentou manter afastada em nome da rigidez identitária, inelutavelmente, compareceria na experiência de alteridade.

Welzer-Lang (2001, p. 465), refletindo sobre os processos de masculinização, vai evidenciar que “para ser um homem, é necessário não ser associado a uma mulher”, tornando o feminino “o inimigo interior que deve ser combatido sob pena de ser também assimilado a uma mulher e ser (mal) tratado como tal”. Desse modo, o homem constituiria a sua identidade na recusa do que não poderia ser: feminino. Assim, hipotetizando que na região Contestada haveria uma multiplicidade de masculinidades, qual lugar tiveram aquelas masculinidades não viris? E atualmente, como se dá o reconhecimento em Curitiba de sujeitos que resistem a subjetivar padrões de uma masculinidade viril, que não ocupam esse lugar e nem buscam ocupar a posição de “masculinidade hegemônica” (CONNEL, 1995)?

Com as teorias de gênero e com a psicanálise podemos reconhecer que existe uma política de gênero que produz uma matriz de inteligibilidade para o reconhecimento do que seja homem e masculinidade, e que por meio da compulsória performatividade de gênero que reafirma aquela matriz, intenta tornar a identidade do homem uma essência. Malograda tentativa, esta identidade se põe como uma ficção na experiência do sujeito do inconsciente que se dá na alteridade do laço social. Por um lado, esse descentramento pode despontar a angústia, na medida em que o homem não vê a sua imagem refletida no espelho, o que pode se manifestar em violência; por outro, pode ser abertura para o novo ao invocar os homens a se reinventarem em masculinidades possíveis, o que tem implicações subjetivas, políticas e éticas.

Universidade e alteridade

Partimos do entendimento de que a educação, na sua universalidade, está referida aos processos de socialização, ou seja, à relação dialética sujeito e sociedade, portanto, não se restringe à escolarização ou ao academicismo. Nesse sentido, a psicanálise, ao se debruçar nos processos subjetivos implicados na socialização, dando destaque para a tensão inconciliável entre sujeito e sociedade, e as teorias de gênero, na medida em que identificam os discursos e as práticas constitutivas da formação da identidade de gênero, evidenciando sua natureza fictícia, são contribuições fundamentais para a reflexão sobre a práxis educativa na Universidade. E sendo a Universidade um lugar de socialização e formação, portanto, a despeito do risco de reprodução do domínio e conformidade social, é necessário que o comprometimento político universitário tenha a emancipação como horizonte. E para isso, propomos que os processos educativos na Universidade colaborem para as experiências de alteridade.

Distanciamos-nos da apreensão da alteridade como “relação interpessoal”, orientada pela política de diversidade na qual um tolera o outro, como se houvesse uma relação de externalização entre sujeito e aquele que é diferente de mim, evitando assim a contradição e a discordância e ocorrendo a integração. Convidamos para uma proposição mais radical, não orientada pelo gozo fálico que se fundamenta na fantasia de domínio tão eminente na constituição do homem, mas pela experiência de alteridade que se revela na medida em que o espelho que refletiria a fictícia consistência imaginária do homem é quebrado, repondo uma diferença. Longe de ser exclusiva do Outro, tal diferença faz parte da multiplicidade constitutiva do sujeito, e tanto o é que aquela diferença lhe acossa e lhe afeta. Desse modo, a reafirmação compulsória da identidade implica a negação do presumível oposto, contudo, o Outro que se difere da identidade se faz incomensuravelmente necessário na medida em que mulheres, homossexuais, transgêneros, o feminino, demarcam a identidade do homem e, ao mesmo tempo, o despersonalizam.

Nesse sentido, colocamos em questão os processos de socialização que têm se dado na Universidade Federal de Santa Catarina, quando discentes desta instituição relatam que o principal tipo de violência sofrida dentro da Universidade foi o machismo (17,1%), inclusive, com uma frequência maior que fora da instituição (12,2%) (CAPONI *et al.*, 2021). Por outro lado, os discentes que relataram nunca terem sofrido algum tipo de violência foram os homens, autodeclarados brancos. De modo emblemático, é incontestável que o machismo, juntamente com o racismo, engendra a educação e os espaços institucionais, o que contraria o projeto formativo emancipatório.

É fato que o machismo na Universidade é, em parte, efeito do domínio do homem na sociedade. Contudo, à medida que as violências machistas se reproduzem na instituição, é necessário questionar se o machismo não tem se tornado institucional e legitimado pelos discursos e práticas acadêmicas.

Diante desta possibilidade, entram em questão as condições objetivas para que os processos educativos na Universidade colaborem para as experiências de alteridade. Isso envolve: as políticas institucionais, de modo a estabelecer parâmetros que se contraponham à reprodução do domínio social e das violências e orientem ações para o acolhimento efetivo das diferenças; os componentes e as atividades curriculares, de modo a fazer crítica às teorias naturalizantes e aos cânones epistemoló-

gicos que mantêm discursos colonizadores, binários e essencialistas; a formação docente, para que o lugar de professor e da professora não corresponda a uma posição de mestre que reafirma o domínio, o autoritarismo e a pretensão de certezas, de modo a instigar os estudantes e as estudantes ao questionamento, à reflexão, à contradição e à criação, e que, além disso, possam atentar-se para não repetir violências na relação docente-discente e também intervir em situações cotidianas que reproduzem o machismo ou o domínio do outro. Nessas condições objetivas, entram ainda as práticas pedagógicas nos cursos, de modo que não fiquem restritos à profissionalização, mas objetivem a formação crítica em relação às implicações éticas e políticas de sua práxis, e que essas práticas favoreçam atividades entre sujeitos heterogêneos; as atividades artísticas, de modo a propiciar a expansão das subjetividades; e os espaços de escuta e de fala de homens e sujeitos que se identificam como homens sem o afã imediato de desconstruí-los, para o acolhimento da radicalidade do Outro em si mesmos e nos outros, sem que implique violência.

Considerações finais

O tornar-se homem é uma questão que recoloca a problematização sobre os processos históricos, sociais, políticos, econômicos e subjetivos que performatizam o homem como uma identidade. Nesse sentido, o reconhecimento das relações entre história, masculinidade e virilidade não pode justificar o machismo, o sexismo, as LGBTQIA+ fobias e as violências na contemporaneidade. A história revela as construções sociais e o inacabamento do humano, o que é fundamental para refletirmos sobre o contemporâneo e as possibilidades de transformação. Contudo, é decisivo identificar o machismo reproduzido e mantido, o que repõe diretamente o questionamento sobre as políticas de gênero que constituem as instituições sociais, a educação e as relações. Destacamos, também, o homem como uma ficção forjada para reafirmar a “hegemonia” de uma masculinidade necessária a um domínio, como se deu na história do Contestado, e que marcou profundamente o município de Curitiba. E reafirmamos que uma Universidade que tenha a emancipação como horizonte precisa colaborar para as experiências de alteridade, sendo um espaço onde as diferenças, ao invés de serem hierarquizadas, excluídas e eliminadas, sejam acolhidas e socializadas, mantendo a necessária mutação na formação universitária.

Referências

- ALMEIDA, A. Os caminhos do sul e a feira de Sorocaba. **Revista I.H.G.B.**, Rio de Janeiro, 1945.
- ANDERSON, B. **Imagined communities**. London: Verso, 2006.
- BLUTER, J. P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- CAPONI, S. *et al.* **Sofrimento psíquico em acadêmicos da Universidade Federal de Santa Catarina**. Relatório de Pesquisa, 2021.
- CARVALHO, S. de. **Memórias: dados para a História do Brasil**. Rio de Janeiro, 1950. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/imagens/dossies/contestado/CARVALHOMarechalSetembrinode.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2022.
- CARVALHO, S. de. **Relatório apresentado ao General de Divisão José Caetano de Faria, ministro da Guerra, 1915**. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1916.
- CONNEL, R. W. Políticas da masculinidade. **Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71725>. Acesso em: 05 maio 2022.
- CONNELL, R.; MESSERSCHMIDT, J. W. Masculinidades hegemônicas: repensando o conceito. **Estudos feministas**, v. 21, n. 1, p. 541-282, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2013000100014/24650>. Acesso em: 17 jul. 2021.
- CONNELL, R. **The men and the boys**. Berkeley: University of California Press, 2000.
- DALLABRIDA, N. Colméia de virtudes: o grupo escolar arqui-diocesano São José e a (re)produção das classes populares. In: DALLABRIDA, N. (org.). **Mosaico de escolas: modos de educação em Santa Catarina na Primeira República**. Florianópolis: Cidade Futura, 2003, p. 281-308.
- FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FELIPPE, E. J. **O último jagunço: folclore na história da Guerra do Contestado**. Curitiba: UNC, 1995.
- FREUD, S. A interpretação dos sonhos (II). In: **Edição standart brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996, v. 5.
- FREUD, S. Tres ensayos de teoría sexual. In: **Obras completas**. Buenos Aires: Amorrortu, 2017. v. 7. p. 109-232.
- FREUD, S. Algumas consequências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos. In: **Obras incompletas de Sigmund Freud**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018. p. 259-276.
- KIMMEL, M. A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. **Horizontes Antropológicos**, n. 9, p. 103-117, 1998. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/B5NqQSY8JshhFkpgD88W4vz/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 10 mar. 2019.
- KIMMEL, M. La producción teorica sobre la masculinidade: nuevos aportes. **Ediciones de las Mujeres**, n. 17, p. 129-138, 1992.

- LACAN, J. O simbólico, o imaginário e o real. *In*: LACAN, J. **Nomes-do-Pai**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. p. 9-54.
- LACAN, J. A direção do tratamento e os princípios de seu poder. *In*: LACAN, J. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. p. 591-652.
- LEAL, V.N. **Coronelismo, machado e voto**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- LEMOS, A. de O.; LEMOS, Z. de A. **A história dos fanáticos em Santa Catarina e parte da minha vida naqueles tempos: 1913/1916**. Passo Fundo, RS: Berthier, [1982].
- LEMOS, Z. de A. **Curitibanos na história do Contestado**. Florianópolis: Governo do Estado de Santa Catarina, 1977.
- MACHADO, P. P. **Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916)**. Campinas, SP: Unicamp, 2004.
- MAYA, A. **“Crônicas” e ensaios**. Porto Alegre: Barcellos Bertaso & Cia., 1918.
- MISKOLCI, R. **O desejo da nação: masculinidade e branquitude no Brasil de fins do XIX**. São Paulo: Annablume, 2013.
- OLIVEIRA, D. J. D. **Carta pastoral sobre o problema da instrução**. Florianópolis: Cisne, 1920.
- OLIVEIRA, L. E. C. A revolta do Contestado e o passado que não passa: nacionalismo, abjeção e contemporaneidade. *In*: NASCIMENTO, E. (org.). **Rede Contestado de Educação, Ciência e Tecnologia**. Ponta Grossa, PR: Atena, 2020. p. 251-261. Disponível em: <https://www.atenaeditora.com.br/post-artigo/43684>. Acesso em: 15 jan. 2022.
- PEIXOTO, D. **A campanha do Contestado: episódios e impressões**. Coleção Setembrino de Carvalho. Rio de Janeiro, 1920. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/imagens/dossies/contestado/DERMEVALPeixoto.pdf> Acesso em: 25 mar. 2022.
- PIAZZA, W. F. **Santa Catarina: sua história**. Florianópolis: UFSC/Lunardelli, 1983.
- QUEIROZ, M. V. **Messianismo e conflito social**. São Paulo: Ática, 1977.
- QUEIROZ, M. I. P. **O messianismo no Brasil e no mundo**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.
- SCHMITT, J. M. **Levantamento de dados da Escola Básica “Anciprestes Paiva”**. Inédito, 1973.
- SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 01 maio 2018.
- SOUZA, J. O. C. O índio e o ciclo do tropeirismo no Cone Sul. *In*: SANTOS, L. M. S.; BARROSO, V. L. M. (org.). **Bom Jesus e o tropeirismo no Cone Sul**. Porto Alegre: EST, 2000. p. 100-28.
- THOMÉ, N. A escola pública na região do Contestado: do coronelismo ao advento do neocoronelismo. *In*: JORNADA DO HISTEDBER, 2., Ponta Grossa, 2002. **Anais [...]**. São Paulo: Unicamp, 2002. Disponível em: http://www.achegas.net/numero/onze/nilson_thome_11.htm. Acesso em: 15 abr. 2022.

THOMÉ, N. **A formação do homem do Contestado e a educação escolar**: República Velha. 2007. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, SP, 2007. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1604445>. Acesso em: 14 maio 2021.

WELZER-LANG, D. A construção do masculino: a dominação das mulheres e homofobia. **Estudos Feministas**, v. 9, n. 2, p. 460-482, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2001000200008>. Acesso em: 10 fev. 2017.





Daniel Granada é doutor em Etnologia pela Universidade de Paris *Ouest Nanterre La Défense* e PhD em História pela Universidade de Essex (2013). Graduado em Ciências Sociais, com Mestrado em Sociologia e Antropologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS / PPGAS), Mestrado em Estudos das Sociedades Latino-Americanas pelo IHEAL (Instituto de Estudos Superiores da América Latina, Universidade de Paris III Sorbonne Nouvelle), é professor da Universidade Federal de Santa Catarina (Brasil), onde ministra cursos de antropologia, sociologia, antropologia e sociologia da saúde e doença e debates contemporâneos.

Pesquisa os processos migratórios, Direitos Humanos, transnacionalização, mobilidade humana e processos de saúde e adoecimento. Atualmente está pesquisando as relações entre saúde e migração, os efeitos da Covid-19 nas populações migrantes no Brasil e os impactos entre os profissionais de saúde.

O presente trabalho agrega capítulos que abordam alguns aspectos relacionados com o estado de Santa Catarina em geral e com a região do Planalto Serrano em particular, um território atravessado por ocupações históricas, lutas e resistências do povo que nele circula. Os capítulos aqui reunidos procuram oferecer um panorama diversificado da constituição histórica, social, econômica e cultural desta região, e nossa pretensão é que possa vir a servir como ponto de apoio para a construção de temas de pesquisa e iniciação científica por parte de docentes e estudantes, bem como auxílios gestores e gestoras educacionais em ações estratégicas, contribuindo para que tenham elementos para a valorização da história da região através das belas e singulares histórias aqui retratadas.



MINISTÉRIO DA
CIÊNCIA
TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO

